

SUMÁRIO

- ❖ **Relatório da Administração**
- ❖ **Relatório do Auditor Independente**
- ❖ **Balanco Patrimonial**
- ❖ **Demonstrações dos Resultados**
- ❖ **Demonstrações dos Resultados Abrangentes**
- ❖ **Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**
- ❖ **Demonstrações dos Fluxos de Caixa**
- ❖ **Demonstrações dos Valores Adicionados**
- ❖ **Notas Explicativas da Administração**



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

1T2021

Comentários da administração para os períodos findos em 31 de março 2021 comparado com o mesmo período de 2020.
Valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de o utra forma)

Dados Gerais de Atendimento

1. Dados Gerais de Atendimento

A Companhia opera em Sistemas de Abastecimento de Água e Tratamento de Esgotos na grande maioria do Estado de Goiás atuando em 226 dos 246 municípios do estado nos quais 62 possuem Contrato de Programa e 164 Contratos de Concessão.

Contratos de Programa de Concessão	1T2021	1T2020	Part. na Receita %
Municípios Atendidos	226	226	100%
Municípios com contrato de programa	62	61	71,68%
Municípios com contrato de concessão	164	165	28,32%

Água - Indicadores Operacionais	Unid.	1T2021	1T2020	Var. (%)
População Atendida	Mil.	5.851	5.761	1,56%
Índice de Atendimento	%	97,50%	97,20%	0,31%
Ligações	Mil.	2.285	2.222	2,84%
Economias	Mil.	2.485	2.424	2,52%
Extensão de Rede	Km	31.386	30.599	2,57%

Esgoto- Indicadores Operacionais	Unid.	1T2021	1T2020	Var. (%)
População Atendida	Mil.	3.932	3.763	4,49%
Índice de Atendimento	%	65,50%	63,50%	3,15%
Índice de Atendimento (Tratado)	%	61,10%	59,10%	3,38%
Ligações	Mil.	1.283	1.222	4,99%
Economias	Mil.	1.450	1.388	4,47%
Extensão de Rede	Km	13.662	13.170	3,74%

Água - Indicadores Operacionais	Unid.	1T2021	1T2020	Var. %
Volume Faturado	mil m ³	68.176	65.282	4,43%
Volume Produzido	mil m ³	95.552	93.882	1,78%

Esgoto - Indicadores Operacionais	mil m ³	1T2021	1T2020	Var.%
Volume Faturado	mil m ³	42.562	40.437	5,26%
Volume Produzido	mil m ³	39.552	37.423	5,69%

Tabela 01 - Dados Gerais de Atendimento dos Serviços Prestados.

Dados Gerais de Atendimento

2.1 Sistema de Abastecimento de Água

No 1T2021 a Companhia ampliou sua atuação na prestação de serviços de abastecimento de água no estado de Goiás em relação à população atendida em 1,56% com índice de atendimento do serviço alcançando 97,5% da população. Houve um aumento do número de ligações faturadas de água da Companhia em 2,84% enquanto a extensão das redes de distribuição de água foi ampliada em 2,57%.

2.2. Sistema de Esgotamento Sanitário

Em relação aos sistemas de esgotamento sanitário também houve expansão, a população atendida aumentou, representando um crescimento de 4,49%. Este número representa um Índice de Atendimento de Esgoto de 65,5% do total da população atendida no Estado (municípios em que a Companhia detém concessão) no 1T2021. O número de ligações faturadas de esgoto representou um crescimento de 4,99%. Em relação ao volume faturado de esgoto houve aumento na ordem de 5,26%. Já o volume de esgoto tratado cresceu 5,69% também para o 1T2021.

3. Indicadores de Desempenho

Em relação ao número de empregados, houve redução no quantitativo total, passando de 5.841 no 1T2020 para 5.831 no 1T2021, o que representa uma redução de 0,17%. O índice de produtividade do quadro de pessoal, medido pela relação de ligações (água + esgoto) por número de empregados, passou de 589,6 lig. / Emp. para 601,4 lig. /Emp, evidenciando melhoria na eficiência de 2%.

Indicadores	1T2021	1T2020	Var. %
Quantidade de empregados	5.831	5.841	-0,17%
Ligações/Empregado	601,40	589,60	2,00%
Economias/Empregado	674,83	652,64	3,40%
Índice de Hidrometração	99,74%	99,73%	0,01%
Índice de Macromedição	98,69%	97,59%	1,13%
Índice de Perdas	26,72%	28,77%	-7,13%

Tabela 02 - Indicadores de Desempenho

Destaca-se ainda a redução de 7,13% no índice de Perdas de Água Tratada alcançando um percentual de 26,72% no 1T2021 ante 28,77% no 1T2020. A Companhia implantou em 2020 e de forma contínua uma força tarefa priorizando o combate às perdas nos seus sistemas com ações que incluem a pesquisa de vazamentos por meio de uma haste de escuta em residências e substituição de ramais danificados. O projeto de implementação de medidores de tecnologia volumétrica e de renovação do parque de hidrômetros trata-se de um trabalho para a

Dados Gerais de Atendimento

melhoria da qualidade de medição e para a diminuição de perdas, sendo realizado de março de 2020 a março de 2021 a substituição de 221 mil hidrômetros, representando 9,7% do parque de hidrômetros da Companhia, principalmente nos municípios de Anápolis e Goiânia.

Investimentos

4. Investimentos

Os investimentos realizados no 1º trimestre de 2021 totalizaram R\$ 37.746, conforme Gráfico 1. Deste montante, 51,28% foram investidos em sistemas de abastecimento de água, enquanto que 33,13%, foram destinados aos sistemas de coleta e tratamento de esgoto sanitário, o restante 15,59% foram investidos em programas de melhoria operacional, desenvolvimento empresarial, bens de uso geral e outros. A redução do volume de investimentos foi provocada pelo insucesso de licitações no 2º semestre de 2020, motivadas principalmente pela alta dos preços de materiais da construção civil, um dos efeitos da Pandemia do Coronavírus. Dentro do Grupo 'Outros' está aquisição de bens não destinados a Sistemas de Água e Esgoto como aquisição de veículos, computadores, construções de áreas administrativas, softwares e estoque de obras.

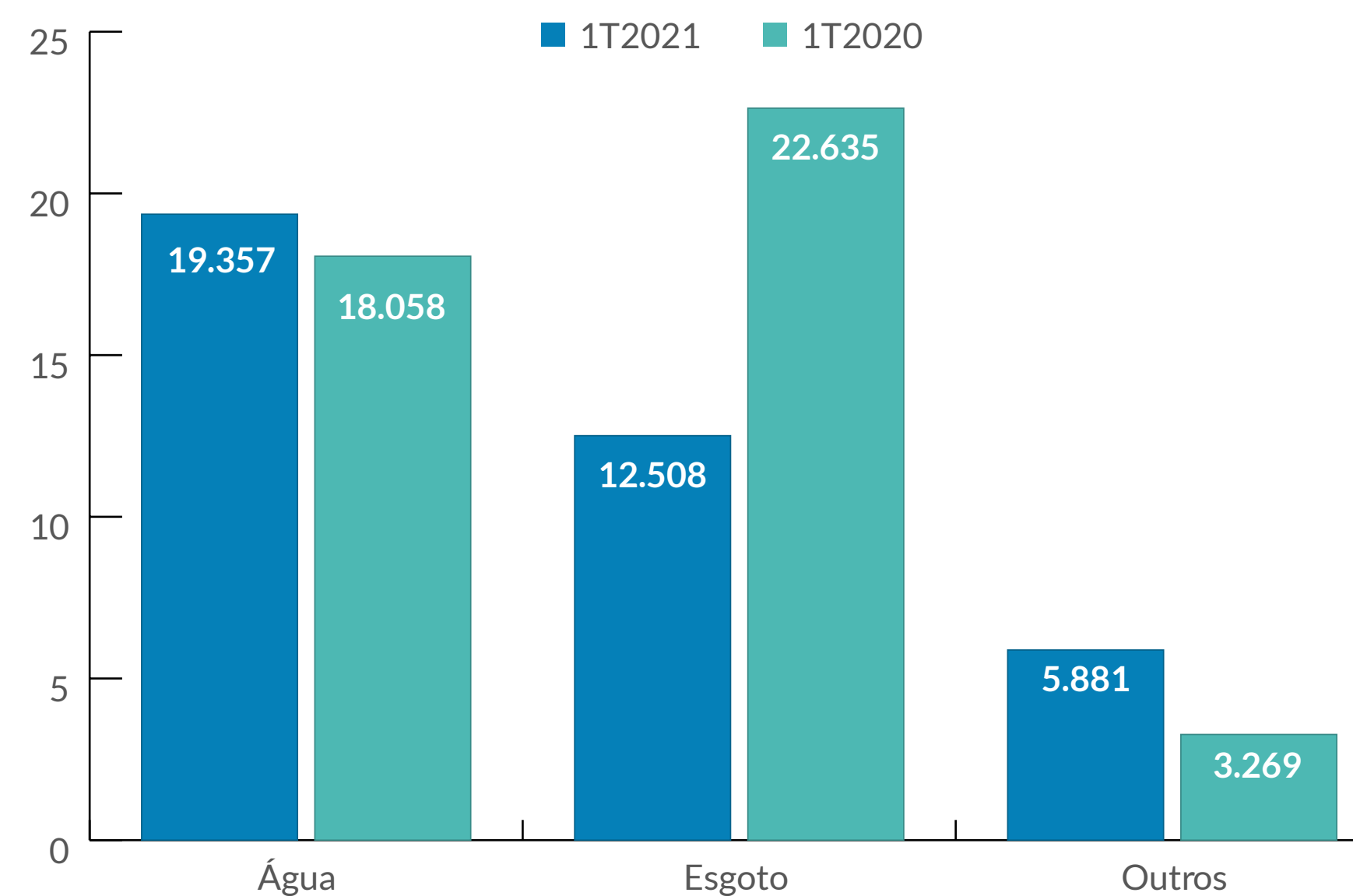


Gráfico 1 - Volume de Investimentos por Sistema no 1T2021

Desempenho do Resultado Financeiro

Indicadores Financeiros	1T2021	1T2020	Var. em R\$	Var. %
Faturamento líquido	566.573	567.599	(1.026)	-0,18%
Receita de Serviços Técnicos	483	455	28	6,15%
Outorga Subdelegação	2.275	2.275	-	0,00%
Custo de Serviços	(275.530)	(253.399)	(22.131)	8,73%
Resultado bruto	293.801	316.930	(23.129)	7,30%
Despesas Comerciais	(65.390)	(66.359)	969	-1,46%
Despesas Administrativas	(96.538)	(96.312)	(226)	0,23%
Outras Receitas e Outras Despesas Operacionais	(1.235)	(7.033)	5.798	-82,44%
Depreciação/Amortização	29.726	28.782	944	3,28%
Provisões/Reversões/Perdas e Rec. Créditos	(105.531)	(36.347)	(69.184)	190,34%
Despesas Tributárias	(5.721)	(4.735)	(986)	20,82%
EBITDA	49.112	134.926	(85.814)	-63,60%
Margem da EBITDA	8,63%	23,66%	-15,03%	-63,54%
EBTIDA Ajustado	154.643	171.273	(16.630)	-9,71%
Margem EBTIDA Ajustado	27,16%	30,03%	-2,87%	-9,55%
Depreciação/Amortização	(29.726)	(28.782)	(944)	3,28%
Resultado financeiro Líquido	(4.943)	(34.815)	29.872	-85,80%
IRPJ/CSLL Diferido	12.790	(7.919)	20.709	-261,51%
RPJ/CSLL	(17.382)	(15.135)	(2.247)	14,85%
Lucro Líquido	9.851	48.275	(38.424)	-79,59%

Tabela 03 - Desempenho do Resultado Financeiro

5.1 Faturamento

Em relação às receitas, a Companhia registrou no 1T2021 um recuo de 0,18% do faturamento líquido que ocorreu primeiramente pela não aplicação de reajuste em 2020 e pela redução do consumo nas categorias Pública e Comercial, mas sendo compensado pelo maior consumo na categoria residencial comparados com o mesmo período de 2020.

5.2 Custos e Despesas

Em relação aos custos e despesas podemos subdividi-las em 3 três estruturas: Despesas Comerciais, Administrativas e custos dos serviços. As despesas comerciais, apresentaram recuo de 1,46% no 1T2021 em relação ao 1T2020 enquanto as despesas administrativas tiveram elevação de 0,23% no 1T2021 em relação ao 1T2020.

Já os custos com serviços elevaram-se em 8,73% no 1T2021 em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme explicações detalhadas no Item 5. 5. 4, que incluem a elevação relativa ao provisionamento de serviços terceirizados.

Desempenho do Resultado Financeiro

5.3 EBITDA

O EBITDA da companhia alcançou R\$ 49.112 no 1T2021 frente aos R\$ 134.926 registrado no mesmo período do ano anterior, perfazendo uma redução de 63,60% em relação ao 1T2020, essencialmente impactado pela constituição de provisão para contingências cíveis na ordem de R\$ 106 milhões, conforme detalhamento no item 5. 8.

5.3.1 Margem EBITDA

A relação entre a EBITDA sobre o faturamento líquido no 1T2021 foi de 8,63% frente os 23,66% apurados no mesmo período do ano anterior, o que representa uma redução de 63,54% quando comparado com o mesmo período do exercício anterior.

5.4 EBITDA Ajustado

A EBITDA ajustada, calculada desconsiderando as Provisões/Reversões/Perdas e Rec. Créditos contábeis que comprovadamente não tenham efeito caixa conforme descrito na tabela 3 foi mensurada para o

1T2021 no valor de R\$ 154.643 representando uma redução de 9,71% frente ao mesmo período do exercício anterior.

Indicadores Financeiros	1T2021	1T2020	Var. em R\$	Var. %
Faturamento líquido	566.573	567.599	(1.026)	-0,18%
Receita de Serviços Técnicos	483	455	28	6,15%
Outorga Subdelegação	2.275	2.275	-	0,00%
Custo de Serviços	(275.530)	(253.399)	(22.131)	8,73%
Resultado bruto	293.801	316.930	(23.129)	-7,30%
Despesas Comerciais	(65.390)	(66.359)	969	-1,46%
Despesas Administrativas	(96.538)	(96.312)	(226)	0,23%
Outras Receitas e Outras Despesas Operacionais	(1.235)	(7.033)	5.798	-82,44%
Depreciação/Amortização	29.726	28.782	944	3,28%
Provisões/Reversões/Perdas e Rec. Créditos	(105.531)	(36.347)	(69.184)	190,34%
Despesas Tributárias	(5.721)	(4.735)	(986)	20,82%
A - EBITDA	49.112	134.926	(85.814)	-63,60%
Margem da EBITDA	8,63%	23,66%	-15,03%	-63,54%
B - Provisões /Reversões/Perdas e Rec. Créditos	(105.531)	(36.347)	(69.184)	190,34%
(A + B) EBITDA Ajustado	154.643	171.273	(16.630)	-9,71%
Margem EBITDA Ajustado	27,16%	30,03%	-2,87%	-9,55%

Tabela 04 - Reconciliação do EBITDA ajustado:

Desempenho do Resultado Financeiro

5.4.1 Margem EBITDA Ajustado

A relação entre a EBITDA Ajustado sobre o faturamento líquido (margem EBITDA ajustado) no 1T2021 foi de 27,16% frente os 30,03% apurados no mesmo período do ano anterior, o que representa uma redução de 9,55% quando comparado com o mesmo período do exercício anterior.

5.4.2 Receita Bruta de Vendas

Atualmente cerca de 67% das Receitas da Saneago são provenientes da exploração dos Sistemas de Água e 33% de Sistemas de Esgoto, conforme gráfico a seguir:

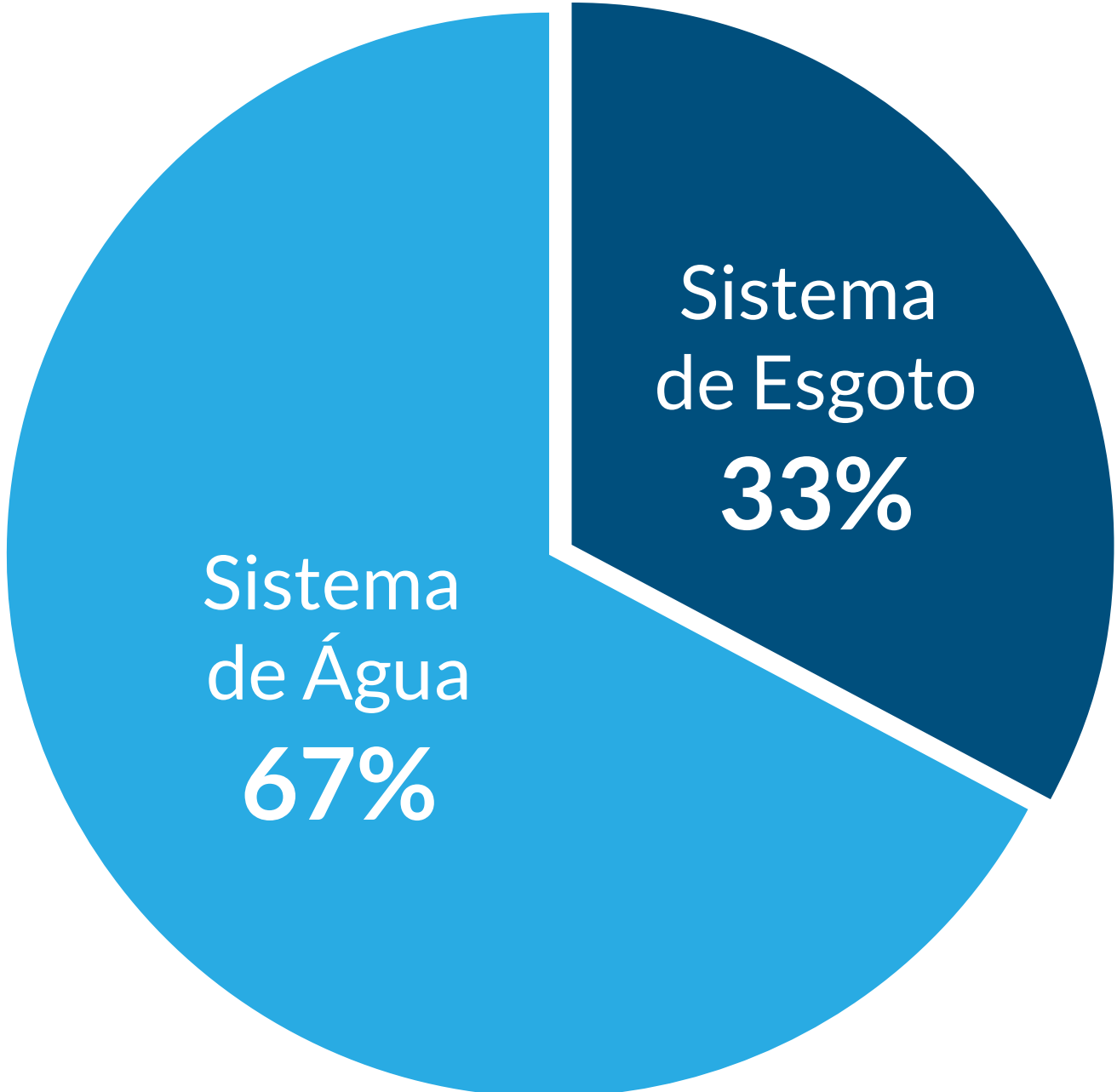


Gráfico 3 - Segmentação Por Tipo de Sistema

Desempenho do Resultado Financeiro

A redução na receita bruta de vendas no 1T2021 foi de R\$ 1.624 o que representa um recuo de 0,26% em relação ao mesmo período do exercício anterior, perfazendo uma receita bruta total de R\$ 625.120 no período, contra R\$ 626.744 auferida no mesmo período do ano anterior conforme pode ser observado na tabela 05 ao lado.

Receita por Tipo de serviço	1T2021	1T2020	Var. em R\$	Var. %
Água Residencial	290.540	276.680	13.860	5,01%
Tarifa Social	1.007	1.007	(70)	-6,50%
Comercial	35.452	37.260	(1.808)	-4,85%
Industrial	8.824	8.687	137	1,58%
Pública	16.919	21.990	(5.071)	-23,06%
Receitas Indiretas de Serv.	2.736	3.294	(588)	-16,94%
Tarifa Mínima Fixa	67.623	68.056	(433)	-0,64%
Total Água	423.101	417.044	6.057	1,45%
Esgoto Residencial	139.962	130.256	9.706	7,45%
Residencial Social	465	466	(1)	-0,21%
Comercial	27.876	29.599	(1.723)	-5,82%
Industrial	4.235	4.289	(63)	-1,47%
Pública	11.439	13.864	(2.425)	-17,49%
Receitas Indiretas de Serv.	2.704	9.583	(6.879)	-71,78%
Tarifa Mínima Fixa	22.993	22.316	677	3,03%
Total Esgoto	209.674	210.382	(708)	-0,34%
Receita a Faturar de Água/Esgoto	(7.655)	(682)	(6.973)	1022,43%
Receita Bruta	625.120	626.744	(1.624)	-0,26%
Deduções	(58.547)	(59.145)	598	-1,01%
Receita Líquida	566.573	567.599	(1.026)	-0,18%

Tabela 05 - Receita Bruta de Vendas

Desempenho do Resultado Financeiro

Conforme já mencionado no texto da Tabela 3 – Desempenho do Resultado Financeiro, a redução da receita bruta e líquida ocorreu em função da não aplicação de reajuste tarifário em 2020 e, apesar de haver elevação do consumo residencial, houve recuo do consumo nas categorias Públicas e Comercial, impactando em um montante menor que o do período de 2020.

Em relação a segmentação de clientes destacamos que a categoria residencial concentra a maior fatia dos clientes da companhia com uma participação de 80,21% da receita operacional total dos serviços prestados. As categorias comercial e pública representam 11,80% e 5,28% respectivamente. Observa-se dessa análise a migração do consumo público para o residencial em razão dos efeitos da Pandemia.

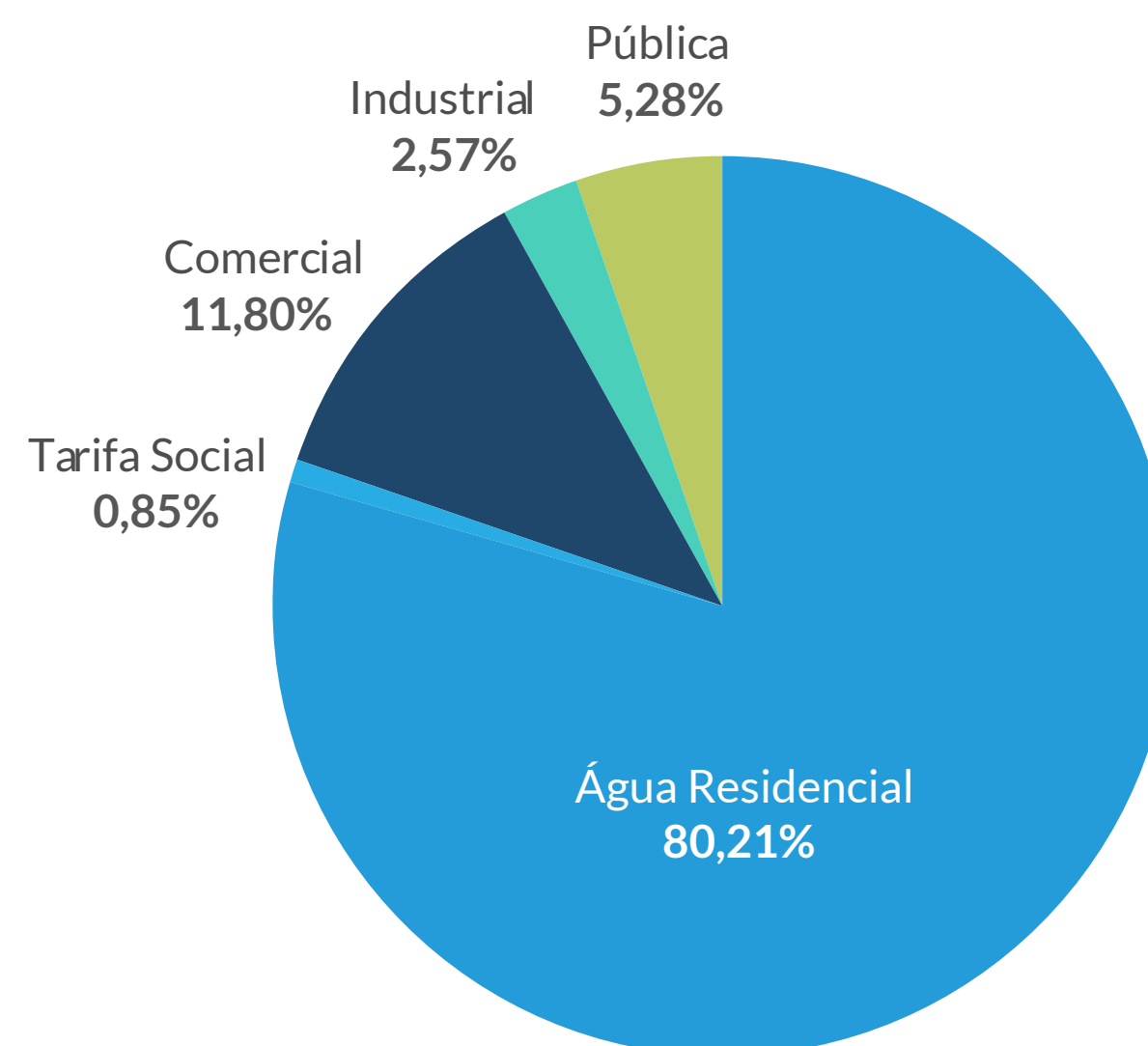


Gráfico 4 - Segmentação Por Categoria de Clientes

Principais variações e causas das observações apontadas na Tabela 4 para o 1T2021

5.4.3 Receitas de abastecimento de Água

A receita total de abastecimento de água apresentou uma elevação de 1,45% no 1T2021. Essa variação é reflexo da expansão da carteira de clientes em 2,84% no número de ligações.

5.4.4 Receitas de Esgotamento Sanitário

A receita decorrente de esgotamento sanitário recuou 0,34% para o 1T2021. Apesar da elevação em 7,45% das tarifas residenciais, identificou-se um montante inferior nas Receitas Indiretas de serviços prestados às ligações em 71,78%.

5.4.5 Deduções da Receita Operacional Bruta

As deduções da receita operacional bruta referem-se aos tributos de PIS, PASEP, COFINS reduziram 1,01% no 1T2021. Essa redução reflete o a variação proporcional dos tributos incidentes sobre a receita.

Desempenho do Resultado Financeiro

5.4.6 Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida atingiu R\$ 566.573 no 1T2021, contra R\$ 567.599 no mesmo período do ano anterior, recuo de 0,18%.

5.5 Custos dos Serviços Prestados

Os custos de serviços prestados desconsiderando os de construção, formados pelos gastos com operação, conservação e manutenção de sistemas de água e esgotamento sanitário totalizaram no 1T2021 R\$ 275.530 apresentando elevação de R\$ 22.131 em relação ao mesmo período do ano anterior, o que representa elevação de 8,73%, conforme demonstrado na tabela de composição de custos dos serviços prestados a seguir:

Custos dos Serviços	1T2021	1T2020	Var. em R\$	Var. %
Pessoal	150.415	138.657	11.758	9,92%
Material	20.120	21.209	(1.089)	-5,13%
Energia Elétrica	51.901	50.103	1.798	3,59%
Serviços de Terceiros	29.109	15.464	13.645	88,24%
Gerais	1.004	1.653	(649)	-39,26%
Sub total	252.549	227.086	25.463	11,21%
Amortização	26.461	26.313	148	0,56%
Crédito PIS/COFINS s/ Deprec. / Amort	(3.480)	-	(3.480)	-
Total geral	275.530	253.399	22.131	8,73%

Tabela 06 - Composição dos Custos dos Serviços Prestados

Desempenho do Resultado Financeiro

Principais variações e causas dos Custos dos Serviços no 1T2021:

5.5.1 Pessoal

O gasto apurado com pessoal totalizou R\$ 150.415, representando uma elevação de 8,48% em relação ao mesmo período em 2020. Essa elevação reflete primeiramente a Elevação dos salários realizada em setembro de 2020 na ordem de 2,05%, além das progressões das carreiras. Não obstante, houve reclassificação contábil dos custos com auxílio saúde dos empregados entre os grupos Custo, Administrativo e Comercial.

5.5.2 Material

Os gastos com materiais apresentaram redução de 5,13% no 1T2021. Essa variação ocorreu pelo menor volume de baixas de material de tratamento no período.

5.5.3 Energia Elétrica

O custo com energia elétrica totalizou no 1T2021 R\$ 51.901, apresentando uma elevação de 3,59% em relação ao período anterior. Essa alteração é reflexo do reajuste tarifário da energia elétrica em outubro de 2020 em percentual médio de 4,28%.

5.5.4 Serviços de terceiros

Os gastos com serviços de terceiros apresentaram elevação em 88% nesse período. A principal variação está na conta de Serviços de Manutenção no Sistema que saiu de R\$ 4.875 milhões no 1T2020 para R\$ 12.523 no 1T2021. Essa elevação refere-se ao faturamento de R\$ 2.205 milhões em reposições asfálticas faturadas de outros meses. Além disso, houve o provisionamento de R\$ 6.210 referente também a reposições asfálticas

no município de Goiânia referente a obras e manutenções na rede, bem como elevação dos gastos com manutenções em veículos da frota da Companhia em montante de R\$ 1.310 milhão, em razão do mesmo período de 2020 os gastos com este serviço foram inferiores à média histórica.

5.5.5 Gerais

Os gastos com despesas gerais tiveram redução de 39%. Essa variação ocorreu principalmente pela redução nos gastos com Diárias de Viagens em R\$ 562 mil. Essa variação é oriunda do Plano de Contingência implantado durante a Pandemia que acarretou em redução dos encontros, reuniões e treinamentos presenciais.

Desempenho do Resultado Financeiro

5.6 Despesas Administrativas

Os gastos com a estrutura de gestão da Companhia, apresentaram elevação de R\$ 226 mil no 1T2021 quando comparada com mesmo período do exercício anterior, perfazendo uma variação de 0,23% no período, conforme demonstrado na tabela 07.

Despesas Administrativas	1T2021	1T2020	Var. em R\$	Var. %
Pessoal	76.118	80.638	(4.520)	-5,61%
Material	901	1.477	(576)	-39,00%
Energia Elétrica	638	606	32	5,28%
Serviços de Terceiros	9.768	8.672	1.096	12,64%
Gerais	2.418	2.518	(100)	-3,97%
Sub total	89.843	93.911	(4.068)	-4,33%
Depreciações	6.695	2.401	4.294	178,84%
Total geral	96.538	96.312	226	0,23%

Tabela 07- Composição das Despesas Administrativas

5.6.1 Pessoal

O gasto apurado com pessoal totalizou R\$ 76.118, representando uma redução de 5,61% em relação ao mesmo período em 2020. Apesar da elevação dos salários realizada em setembro de 2020 na ordem de 2,05%, além das progressões das carreiras, houve reclassificação contábil dos custos com auxílio saúde dos empregados entre os grupos Custo, Administrativo e Comercial, ocasionando essa redução no grupo administrativo.

5.6.2 Materiais

Os gastos com materiais apresentaram redução de 39% no 1T2021, registrou redução nesse grupo dos gastos com combustíveis no período. Apesar da elevação do preço da gasolina, houve redução das reuniões e encontros presenciais em razão dos impactos da Pandemia.

Desempenho do Resultado Financeiro

5.6.3 Serviços de Terceiros

Os gastos com serviços de terceiros apresentaram elevação no 1T2021 na ordem de R\$ 1.095. Essa elevação ocorreu principalmente pelos serviços de Levantamento da Base de Ativos Regulatórios que está sendo realizado na Companhia importando em uma elevação de R\$ 897 mil. O levantamento da Base de Ativos se encontra na fase final dos trabalhos e tem como objetivo sua utilização nos reajustes/revisões tarifárias.

5.7 Despesas Comerciais

Os gastos com o sistema comercial da Companhia apresentaram redução de 1,46% no 1T2021.

Despesas Comerciais	1T2021	1T2020	Var. em %	Var. %
Pessoal	33.057	30.462	3.848	14,22%
Material	129	264	(135)	-51,14%
Energia Elétrica		9	(9)	-100,00%
Serviços de Terceiros	15.577	19.823	(4.246)	-21,42%
Rem. de Concessão/Contratual	17.870	18.508	(638)	-3,45%
Gerais	857	628	229	36,46%
Sub total	65.340	66.291	(951)	-1,43%
Amortização/Depreciação	55	68	(13)	-19,12%
Crédito PIS/COFINS s/ Deprec./Amort.	(5)	-	(5)	-
Total geral	65.390	66.359	(969)	-1,46%

Tabela 08- Composição das Despesas Comerciais

Desempenho do Resultado Financeiro

Principais variações são:

5.7.1 Pessoal

O gasto apurado com pessoal totalizou R\$ 30.908, representando uma elevação de 14,22% em relação ao mesmo período em 2020. Essa elevação reflete primeiramente a Elevação dos salários realizada em setembro de 2020 na ordem de 2,05%, além das progressões das carreiras. Não obstante, houve reclassificação contábil dos custos com auxílio saúde dos empregados entre os grupos Custo, Administrativo e Comercial.

5.7.2 Serviços de Terceiros

Os serviços de terceiros tiveram redução de 21,42%. O principal fator dessa redução foi em razão de em janeiro de 2021 ter sido retomada a atividade de corte de Clientes inadimplentes e em razão do período em que essa atividade não foi realizada, o ritmo de execução ainda estava reduzido em comparação ao período Pré-Pandemia em 2020. No 1T2020 essa atividade de corte custou R\$ 2.273, quando que no 1T2021 registrou-se montante de R\$ 450 mil. Além disso, destaca-

-se também a redução custo com o call center da Companhia, que no 1T2020 havia sido de R\$ 4.184, enquanto no 1T2021 foi de R\$ 2.539, reflexo da nova licitação realizada no 2º semestre de 2020.

5.7.3 Gerais

Os gastos com despesas gerais tiveram elevação de 36,31% no 1T2021. Essa alteração ocorreu principalmente pela elevação nas indenizações pagas a terceiros passando de R\$ 275 mil em 2019 para R\$ 396 mil em 2021.

5.7.4 Rem. De Concessão/Contratual

Os valores pagos às prefeituras em razão de contratos de concessão e programa passam a ter nova metodologia de cálculo prevista nos contratos assinados.

5.8 Provisão/Reversão/Perdas/Recuperação de Créditos Prescritos:

Reversões (-) Provisões Líquidas	1T2021	1T2020	Var. em R\$	Var. %
Perdas Créditos Prescritos	(15.318)	(14.172)	(1.146)	8,09%
Provisão para Contingências	(111.501)	(5.814)	(105.687)	1817,80%
Perdas Estimadas Liquidação Duvidosa	5.001	(14.149)	19.150	-135,35%
Provisão para Perdas/Estoque	16.286	(5.962)	22.248	-373,16%
Perdas estimadas em obras	-	3.750	(3.750)	-100,00%
Provisões/Reversões/Perdas e Rec. Créditos	(105.532)	(36.347)	(69.185)	190,35%

Tabela 09 – Provisões/Reversões/Perdas e Rec. Créditos

Desempenho do Resultado Financeiro

De acordo com a tabela supracitada, identifica-se uma elevação de 190,35% no saldo entre reversões e provisões do 1T2021. Dentre as principais variações temos:

a) aumento da provisão com contingências cíveis, com o município de Minaçu em uma questão ambiental e outras trabalhistas que somaram cerca de R\$ 106 milhões, ambas detalhada no item 25 das notas explicativas;

b) reversão de perda de estoques em R\$ 16.286 em razão da política de estoque na empresa e as regras de obsolescência de ativos;

c) reversão das perdas estimadas de liquidação duvidosa saindo de um saldo negativo de R\$ 14.149 em 2020 para um saldo positivo de R\$ 5.001 no 1T2021, sendo essa variação motivado pela retomada da atividade de corte em clientes inadimplentes a partir de janeiro/2021, ocasionando aumento das negociações para quitação de débitos junto a Companhia.

Descrição	1T2021	1T2020	Var. em R\$	Var. %
Juros/Multas	20.464	12.860	7.604	59,1%
Correção Monetária	7.694	4.614	3.080	66,8%
Ajuste a Valor Presente	(294)	224	-	-
Total de Receitas Financeiras	27.864	17.698		57,4%
Juros/ Encargos e Outras Despesas	(22.087)	(27.318)	5.231	-19,1%
Correção Monetária	(391)	(286)	(105)	36,7%
Variação Cambial	(9.033)	(24.086)	15.053	-62,5%
PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(1.296)	(823)	(473)	-
Total de Despesas Financeiras	(32.807)	(52.513)	19.706	-37,5%
Resultado Financeiro	(4.943)	(34.815)	29.872	-85,8%

Tabela 10 - Receitas e Despesas Financeiras Líquidas

Resultado

6.1 Lucro Líquido/Prejuízo

A Companhia registrou lucro de R\$ 9.851 neste 1T2021, resultado inferior ao do mesmo período do ano anterior que havia sido um lucro de R\$ 48.275 milhões. Esse resultado foi impactado pelo provisionamento das ações judiciais citadas no item 5.8 - Provisões.

7. Análise e Discussão da Estrutura Patrimonial

Na análise e discussão a seguir sobre a estrutura patrimonial da Companhia, procuramos discorrer sobre as rubricas que se entendem materialmente relevantes para adequadamente justificar as alterações em sua situação patrimonial no período correspondente ao 1º trimestre acumulado de 2021 em comparação com o encerramento do exercício anterior.

Em 2021 as principais alterações da estrutura patrimonial ocorreram nas rubricas do ativo circulante que foi acrescido em 7,19%, ao passo que o passivo circulante apresentou redução na ordem de 0,21%. Dessa forma, houve uma elevação na liquidez corrente, que passou de 1,101 no encerramento do exercício de 2020 para 1,182 no fechamento do 1º trimestre de 2021. Além disso, houve também elevação de capital de terceiros¹ de 87,77% no encerramento do exercício de 2020 para 90,25% no fechamento deste 1º trimestre em 2021. Essa elevação ocorreu principalmente em razão da elevação de provisões para demandas judiciais.

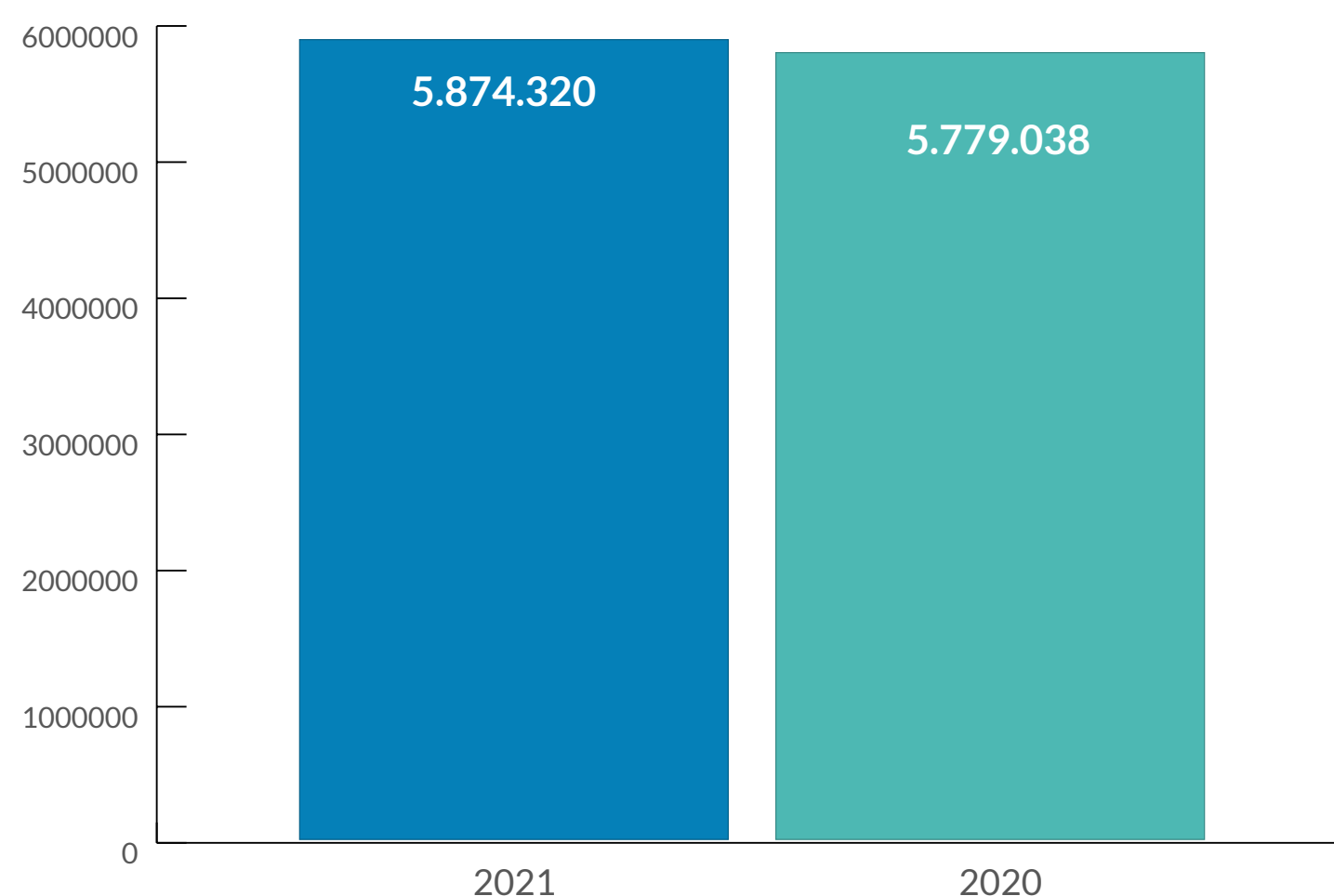


Gráfico 5 - Evolução do Ativo Total

Análise e Discussão da Estrutura Patrimonial

7.1 Ativo

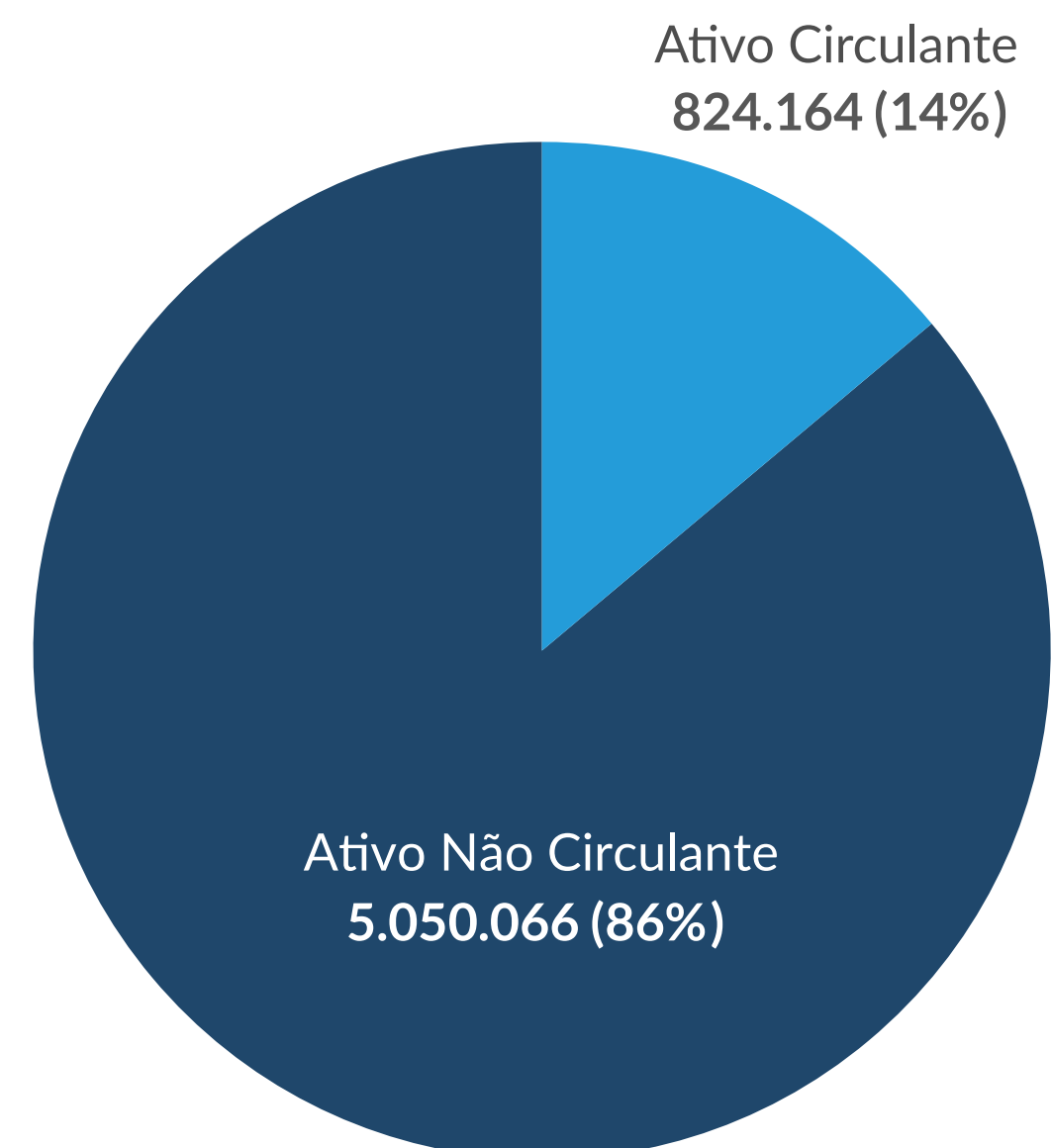


Gráfico 6 – Estrutura do Ativo – 1T2021

7.1.1 Ativo Circulante

7.1.2 Disponibilidades

As disponibilidades apresentaram uma elevação de R\$ 34.773 saindo de um caixa e equivalente de caixa na ordem de R\$ 168.144 no encerramento do exercício de 2020 para R\$ 202.917 no fechamen-

to do 1º trimestre de 2021. Essa elevação reflete principalmente reembolsos recebidos junto à Caixa Econômica Federal (CEF) relativos a investimentos realizados em 2020 e arrecadação acima da média mensal relativos a clientes do Setor Público no trimestre.

7.1.3 Estoques

A conta estoques apresentou elevação de R\$ 12.519 impactando em uma elevação de 24,79%. Essa elevação é reflexo em parte da reversão na ordem R\$ 16 milhões ocorrida neste trimestre em razão de ajustes na política de obsolescência de ativos.

7.2 Ativo não Circulante

7.2.1 Despesas Antecipadas

Essa rubrica apresentou recuo de R\$ 1.725 no 1T2021 saindo de R\$ 192.803 no fechamento do exercício de 2020 para R\$ 191.078.

7.2.2 Intangível

Em acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, a rubrica Intangível foi segregada em: Intangível e Ativo de Contrato. O intangível, composto basicamente pelos bens utilizados nos sistemas de água e esgoto vinculados às concessões municipais, teve uma redução de R\$ 9.078, o que representa uma variação de negativa de 0,33%.

7.2.3 Ativo de Contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Essa rubrica apresentou variação de 1% no fechamento do 1º trimestre de 2021 chegando a um saldo de R\$ 737.433.

Análise e Discussão da Estrutura Patrimonial

7.3 Passivo

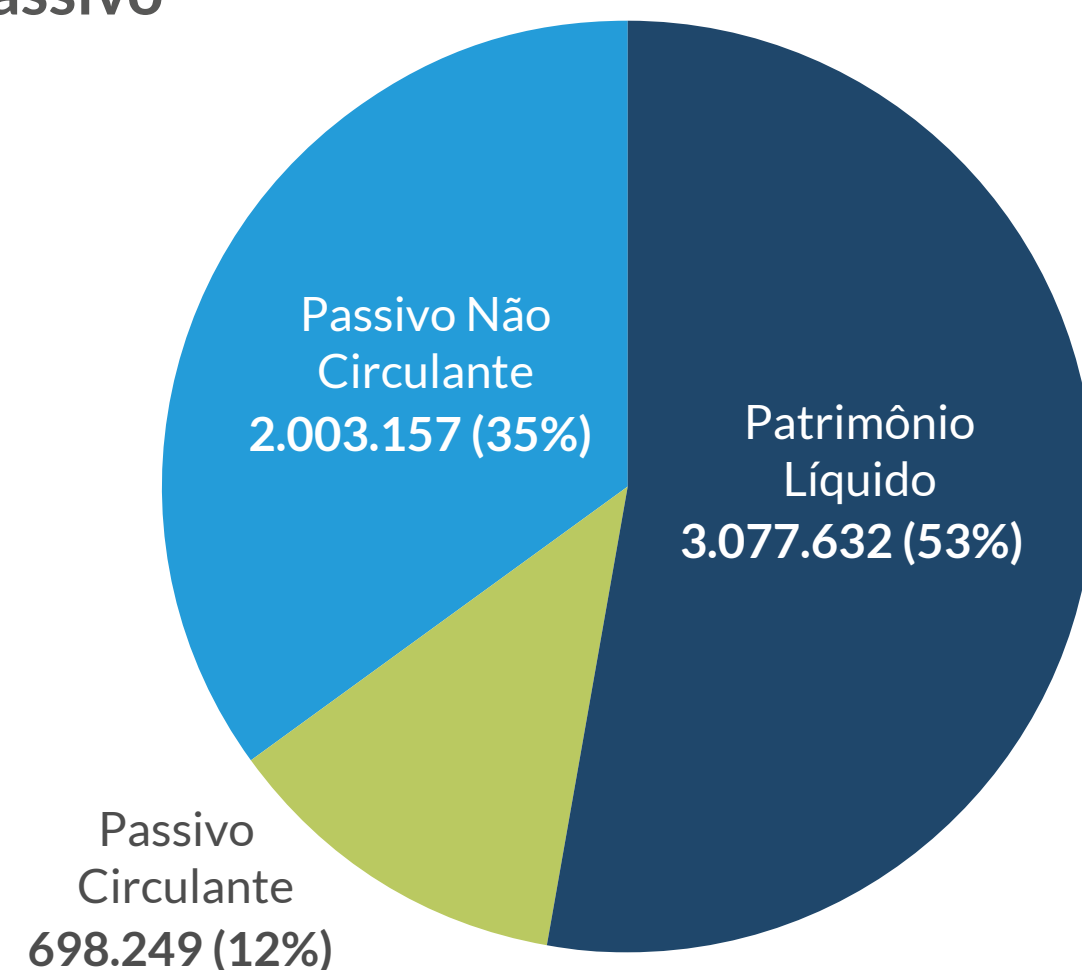


Gráfico 7 – Composição do Passivo + PL – 1T2021

7.3.1 Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo

A rubrica apresentou um saldo de R\$ 137.560 neste fechamento do 1T2021, contra R\$ 134.637 no fechamento do exercício de 2020, uma variação de 2,17%.

7.3.2 Debêntures

As Debêntures classificadas no Circulante apresentaram redução de R\$ 860 relativo a amortizações do período.

7.3.3 Arrendamento Mercantil

Essa rubrica refere-se à compatibilização dos registros da Companhia ao CPC 06 que trata da contabilização dos Arrendamentos Mercantis os quais, em caso de contratos de locação com prazo superior a 12 meses deve reconhecer o arrendamento como um Ativo de Direito de Uso tendo como contrapartida um Passivo de Arrendamento. No 1º trimestre de 2021 foi registrado, no curto prazo, um total de R\$ 15.617.

7.4 Passivo não Circulante

7.4.1 Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo

Esta conta de empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentou recuo de 9,82% em relação ao saldo apresentado no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2020. A redução da conta é decorrente da amortização das dívidas durante o 1T2021.

7.4.2 Debêntures – As Debêntures classificadas no Não-Circulante apresentaram redução de R\$ 28.445, valor transferido para amortização no curto prazo.

7.4.3 Arrendamento Mercantil

Essa rubrica refere-se à compatibilização dos registros da Companhia ao CPC 06 que trata da contabilização dos Arrendamentos Mercantis os quais, em caso de contratos de locação com prazo superior a 12 meses deve reconhecer o arrendamento como um Ativo de Direito de Uso tendo como contrapartida um Passivo de Arrendamento. No 1º trimestre de 2021 foi registrado, no longo prazo, um total de R\$ 13.204.

7.4.4 Provisões para demandas Judiciais

Essa conta sofreu elevação de 76% chegando a R\$ 257.096. Esse crescimento ocorreu principalmente devido a contingências cíveis, uma com o município de Minaçu em uma questão ambiental e outras trabalhista que somaram cerca de R\$ 106 milhões, conforme relatado no Item 5.8 deste relatório e item 25 das Notas Explicativas.

7.5 Patrimônio Líquido.

O patrimônio líquido, em razão do lucro apurado neste período, apresentou elevação na ordem de R\$ 316.972, ou seja, uma variação positiva de 11,48%.

Classificação De Risco (Rating)

A Fitch Rating elevou, em 25 de março de 2021, o Rating Nacional de Longo Prazo da Saneamento de Goiás S.A (“Corporativo”) e de suas emissões de debêntures para ‘A+(bra)’, com perspectiva estável.

Em relação ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Saneamento de Goiás S.A. - Saneago Infraestrutura IV (“FIDC IV”) a Fitch elevou, em 24 de março de 2021, o rating em ‘AAAsf(bra)’, com perspectiva estável. O Rating do FIDC reflete a perspectiva do Rating corporativo e leva em consideração a performance da operação.

De acordo com a Fitch, a elevação do rating “refletiu o desempenho operacional e financeiro da Saneago, que ficou acima das estimativas iniciais da Fitch”.

A relação completa das classificações encontra-se descrita na Tabela 11 ao lado.

Rating	Classificação Fitch	Perspectiva
Corporativo	A+(bra)	Estável
Debêntures 4º Emissão		
Debêntures 5º Emissão		
Debêntures 6º Emissão		
Debêntures 8º Emissão	AAAsf(bra)	Estável
FIDC IV		

Tabela 11- Ratings Saneago S.A.

Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ESG)

Considerando a crescente preocupação do mercado pelas melhoras práticas corporativas em relação aos temas ambientais, sociais e de governança (também conhecido como Environmental, Social and Governance - ESG) foi constituído em 27 de novembro de 2020 um comitê executivo responsável pela estratégia, diretrizes e demais agendas de sustentabilidade da Companhia.

A adoção de práticas ESG tem como norte os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, definidos pela Organização das Nações Unidas – ONU, e demonstra a preocupação da Companhia em promover a geração de valor aliada ao desenvolvimento sustentável. Assim, a Companhia tem atuado na redução dos impactos ambientais gerados por sua atividade-fim, no desenvolvimento de projetos socioambientais e de governança, na promoção da saúde pública e do bem estar social, dentre outras ações visando manter seus processos, aspectos e impactos sobre controle, caracterizando-a como uma empresa sustentável.

Buscando reforçar o seu compromisso com o tema, que é um valor organizacional, a Companhia segue implementando e aprimorando diversas ações com o objetivo de fortalecer sua comunicação e garantir a evolução dos ESG dentro e fora da Saneago.

Entre as ações e iniciativas adotadas, destacam-se:

- Criação do Comitê de Sustentabilidade;
- Criação do Comitê para Questões da Mulher e Diversidade;
- Inclusão de cláusulas ambientais e sociais em contratos com fornecedores;
- Elaboração da Política de Sustentabilidade;
- Intensificação das medidas de proteção, segurança e saúde frente a pandemia;
- Revisão dos gargalos na Companhia que levam a reincidência de ações judiciais em decorrência da ausência de atenção aos fatores ESG;
- Atualização dos documentos normativos da Companhia em atendimento as boas práticas de ESG;
- Contratação de uma empresa especializada na consultoria para elaboração do Relatório de Sustentabilidade;

- Levantamento e Identificação dos Riscos ESG na Companhia, alinhando com o Planejamento Estratégico;
- Incorporação de indicadores para medir os impactos da Companhia e analisar seu desempenho com relação aos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável);
- Criação de um programa de Gestão de Ideias e Inovação;

Visando confirmar a sua atuação em prol de um mundo sustentável e a condução de suas atividades cotidianas em atendimento à Agenda 2030 (ODS), a Companhia tornou-se participante do Pacto Global da Organização das Nações Unidas.

A Saneago encontra-se cada vez mais preparada para atender às demandas do mercado, confirmando o seu propósito de contribuir para a construção de uma economia sustentável, priorizando a prosperidade do meio ambiente e a criação de valor compartilhado para investidores, colaboradores, parceiros de negócio e sociedade.

Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (“OMS”), relacionada ao novo Coronavírus (“COVID-19”) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando a minimização de eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, além de focar a gestão de seus negócios na preservação da liquidez financeira e continuidade das operações necessários ao enfrentamento da crise.

Nesse sentido com o objetivo de garantir a melhor prestação do serviço e minimizar os impactos à população ocasionados pela pandemia do coronavírus (COVID 19), a companhia suspendeu os cortes de água para clientes inadimplentes durante o período de 19/03/2020 a 03/01/2021, o que aumentou o risco de elevação de inadimplência e liquidez no curto prazo. A retomada dos cortes foi realizada a partir do dia 04/01/2021.

Sendo assim, para mitigar o risco de liquidez causado pela elevação da inadimplência, a companhia implementou um plano de gerenciamento financeiro abordando as ações estratégicas que visam garantir o equilíbrio econômico financeiro da companhia no curto e médio prazo. Entre as principais ações, destacamos a seguinte:

- [Suspensão e parcelamento do FGTS referente às competências de abril, maio, junho e julho de 2022, conforme Medida Provisória nº1.046/2021;](#)

Por fim, até o presente momento, a Companhia entende que as medidas de enfrentamento implementadas se mostraram aderentes à mitigação da elevação da inadimplência bem como ao risco de liquidez de curto prazo, garantindo assim a liquidez necessária para cobrir as obrigações contratuais, além de proteger a geração de caixa e seu equilíbrio econômico-financeiro.

A Administração



Saneamento de Goiás S. A
Maio/2021

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Saneamento de Goiás S.A - Saneago
Goiânia - GO

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Saneamento de Goiás S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21- Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).



Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas informações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas informações intermediárias do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Goiânia, 13 de maio de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 GO 001837/F-4

Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 166001/O-3 - S - GO



BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Valores expressos em milhares de reais)

	nota	31/03/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	202.917	168.144
Títulos e Valores Mobiliários	5	1.476	-
Créditos a Receber de Usuários	6	492.782	490.455
Estoques	7	63.015	50.496
Tributos a Recuperar	8	18.694	18.550
Despesas Antecipadas e Adiantamentos	9	30.917	30.309
Subdelegação	10	13.961	10.450
Outras Contas a Receber	11	402	414
		<u>824.164</u>	<u>768.818</u>
Não Circulante			
Títulos e Valores Mobiliários	5	14.120	13.146
Créditos a Receber de Usuários	6	20.992	18.674
Despesas Antecipadas	9	191.078	192.803
Subdelegação	10	866.656	839.500
Depósitos Judiciais	12	21.108	16.069
Tributos Diferidos Ativos	13	128.191	115.401
		<u>1.242.145</u>	<u>1.195.593</u>
Investimentos	14	9	9
Imobilizado	15	355.674	360.583
Ativo de Contrato	16	737.433	730.152
Intangível	17	2.714.805	2.723.883
		<u>3.807.921</u>	<u>3.814.627</u>
Total do Ativo		<u>5.874.230</u>	<u>5.779.038</u>

	nota	31/03/2021	31/12/2020
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	-	100.895	118.057
Empréstimos e Financiamentos	18.a	137.560	134.637
Debêntures	18.b	132.549	133.409
Arrendamento Mercantil	18.d	15.617	14.837
Obrigações Trabalhistas	19	152.822	143.801
Obrigações Tributárias	20	31.941	33.813
Parcelamentos	21	2.134	5.252
Obrigações Contratuais	21.1	15.220	15.220
Adiantamento contratual	23	1.994	1.994
Outras Contas	24	25.647	15.729
Subdelegação	10	526	1.616
Dividendos e JCP a Pagar	27.f	79.884	79.884
		<u>696.789</u>	<u>698.249</u>
Não Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	18.a	199.518	221.249
Debêntures	18.b	447.753	476.198
Arrendamento Mercantil	18.d	13.204	17.254
Obrigações Tributárias	20	7.087	7.314
Parcelamentos	21	14.715	14.931
Consórcios	22	48.472	48.480
Adiantamento Contratual	23	332	831
Provisão para Demandas Judiciais	25	257.096	145.596
Subdelegação	10	866.656	839.500
Subvenções PAC	17.1	197.923	194.602
Obrigações Atuariais	26	37.202	37.202
		<u>2.089.958</u>	<u>2.003.157</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Social	27.a	2.515.546	2.515.546
Reserva Legal	27.c	40.837	40.837
Reservas para Investimentos	27.d	522.338	512.487
Ajuste de Avaliação Patrimonial	27.e	33.315	33.315
Outros Resultados Abrangentes		(24.553)	(24.553)
		<u>3.087.483</u>	<u>3.077.632</u>
Total do Passivo		<u>5.874.230</u>	<u>5.779.038</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/03/2021	Reapresentado 31/03/2020
Receitas Líquidas			
Receitas de Serviços de Água e Esgoto		566.573	567.599
Receitas de Construção		22.519	29.290
Receitas de Serviços Técnicos		483	455
Outorga Subdelegação		2.275	2.275
	28	<u>591.850</u>	<u>599.619</u>
Custos			
Custos dos Serviços		(275.530)	(253.399)
Custos de Construção		(22.519)	(29.290)
	29	<u>(298.049)</u>	<u>(282.689)</u>
Lucro Bruto		293.801	316.930
Despesas Administrativas	29	(96.538)	(96.312)
Despesas Comerciais	29	(65.390)	(66.359)
Despesas Tributárias		(5.721)	(4.735)
Provisões/Reversões - Perdas/Recup de Créditos	30	(105.531)	(36.347)
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(1.235)	(7.033)
		<u>(274.415)</u>	<u>(210.786)</u>
Resultado antes do Resultado Financeiro		19.386	106.144
Resultado Financeiro Líquido	31	(4.943)	(34.815)
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro		14.443	71.329
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(17.382)	(15.135)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13	12.790	(7.919)
Resultado Líquido do Período		9.851	48.275
Lucro por Ação	27.g	0,00392	0,01919

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/03/2021	Reapresentado 31/03/2020
Resultado Líquido do Período		
Lucro Líquido do Período	9.851	48.275
Outros Resultados Abrangentes		
Realização do Custo Atribuído, Líquido de Tributos Diferidos	-	3
Resultado Abrangente do Período	<u>9.851</u>	<u>48.278</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

ENDEREÇO Av. Fued José Sebba, nº 1245, Jardim Goiás.
CEP: 74805-100 - Goiânia - GO.

saneago.com.br

Saneamento de Goiás S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva Legal	Reservas para Investimentos	Ajuste de avaliação Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2020	2.515.546	24.020	272.836	33.319	(85.061)	-	2.760.660
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	48.275	48.275
Realização do Custo Atribuído	-	-	-	(2)	-	3	1
Realização do IRPJ e CSLL Diferidos - custo atribuído	-	-	-	1	-	-	1
Constituição de Reservas para Investimentos	-	-	48.278	-	-	(48.278)	-
Saldos em 31 de março de 2020 (Reapresentado)	<u>2.515.546</u>	<u>24.020</u>	<u>321.114</u>	<u>33.318</u>	<u>(85.061)</u>	<u>-</u>	<u>2.808.937</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2021	<u>2.515.546</u>	<u>40.837</u>	<u>512.487</u>	<u>33.315</u>	<u>(24.553)</u>	<u>-</u>	<u>3.077.632</u>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	9.851	9.851
Realização do Custo Atribuído	-	-	-	(1)	-	-	(1)
Tributos Diferidos Sobre Custo Atribuído	-	-	-	1	-	-	1
Constituição de Reservas Para Investimentos	-	-	9.851	-	-	(9.851)	-
Saldos em 31 de março de 2021	<u>2.515.546</u>	<u>40.837</u>	<u>522.338</u>	<u>33.315</u>	<u>(24.553)</u>	<u>-</u>	<u>3.087.483</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/03/2021	Reapresentado 31/03/2020
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		142.642	46.070
Caixa Gerado nas Operações		199.294	189.932
Lucro Líquido do Período		9.851	48.275
Ajustes para conciliação do Lucro Líquido			
Depreciações e Amortizações	29	33.212	32.205
Baixas, Investimento, Imobilizado e Intangível		920	3.295
Ajuste a Valor Presente AVP - Créditos a Receber	31	294	(224)
Tributos Diferidos - IRPJ/CSLL	13	(12.790)	7.919
Encargos, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	18.c	28.153	47.747
Juros Capitalizados	18.c	213	463
Perdas e Provisão/Reversão de Créditos de Liquidação Duvidosa Líquidas		44.226	38.476
Provisão/Reversão de Contingências e outras		95.215	11.776
Variações nos Ativos e Passivos		(66.582)	(148.608)
Créditos a Receber de Usuários	36	(49.165)	(59.239)
Tributos a Recuperar	8	(144)	(362)
Estoques	36	4.513	(2.294)
Despesas Antecipadas e Adiantamento a Empregados	9	1.117	(63.503)
Depósitos Judiciais		(5.040)	(293)
Fornecedores	-	(17.162)	(12.657)
Consórcios	36	812	(2.310)
Obrigações Trabalhistas	19	9.020	(11.861)
Obrigações Tributárias	20	(2.099)	10.514
Parcelamentos	21	(3.334)	41
Obrigações Contratuais	21.1	-	(3.088)
Subdelegação	10	(4.601)	(3.057)
Adiantamento Contratual	23	(499)	(499)
Outros		9.930	4.746
Outras Contas a Receber	11	12	(43)
Outras Contas a Pagar	24	9.918	4.789
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento		(40.277)	(43.328)
Aquisição no Imobilizado	15.1	(1.799)	(2.832)
Ativo de Contrato	16	(12.459)	(19.123)
Aquisição no Intangível	17	(23.487)	(21.373)
Títulos e Valores Mobiliários		(2.405)	-
Aquisição de estoque para obras	16	(127)	-
Caixa Líquido Gerado/(consumido) nas Atividades de Financiamento		(67.592)	(55.611)
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	18.c	(60.802)	(43.323)
Pagamentos de Encargos Financeiros Sobre Captação de Recursos	18.c	(14.979)	(20.133)
Arrendamento Mercantil	19.d	(4.014)	(3.963)
Subvenções	17.1	12.203	11.808
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		34.773	(52.869)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4	168.144	169.607
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4	202.917	116.738

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/03/2021	Reapresentado 31/03/2020
Receitas			
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	28	624.706	625.775
Receita de Construção	28	22.519	29.290
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa / Reversão	30	5.002	(14.149)
Prescrição/Recuperação de Créditos	30	(15.318)	(14.172)
Outorga Subdelegação	28	2.275	2.275
Receitas de Serviços Técnicos	28	483	455
Outras Receitas		1.187	567
		<u>640.854</u>	<u>630.041</u>
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos		(101.264)	(87.765)
Matérias Primas Consumidas		(1.030)	(1.741)
Energia, Serviços de Terceiros		(46.297)	(49.819)
Custo de Construção		(22.519)	(29.290)
Provisão/Reversão Perdas Estoque		16.286	(5.962)
Outras Despesas		(2.422)	(7.599)
		<u>(157.246)</u>	<u>(182.176)</u>
Valor Adicionado Bruto		483.608	447.865
Retenções			
Depreciação/Amortização	29	(33.212)	(28.783)
Provisões/Reversões	30	(111.501)	(2.064)
		<u>(144.713)</u>	<u>(30.847)</u>
Valor Adicionado Líquido		338.895	417.018
Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Receitas Financeiras	31	27.864	17.698
		<u>27.864</u>	<u>17.698</u>
Valor Adicionado Total a Distribuir		366.759	434.716
Distribuição do Valor Adicionado		366.759	434.716
Pessoal e Encargos			
Remuneração Direta		160.854	151.891
FGTS		12.934	12.164
Benefícios		38.376	39.928
		<u>212.164</u>	<u>203.983</u>
Impostos, Taxas e Contribuições			
Federal		117.375	115.824
Federal - IRPJ /CSLL Diferidos	13	(12.790)	7.919
Estadual		1.910	1.308
Municipal		3.744	3.286
		<u>110.239</u>	<u>128.337</u>
Remuneração de Capitais de Terceiros			
Juros	31	32.807	52.513
Aluguéis		1.698	1.608
		<u>34.505</u>	<u>54.121</u>
Remuneração de Capitais Próprio		9.851	48.275
Lucro do Período		<u>9.851</u>	<u>48.275</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Índice das Notas:

1. Informações Gerais
2. Base para preparação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis
3. Gestão de riscos financeiros e instrumentos financeiros
4. Caixa e Equivalentes de caixa
5. Títulos e Valores Mobiliários
6. Créditos a Receber de Usuários
7. Estoques
8. Tributos a Recuperar
9. Despesas Antecipadas e Adiantamentos
10. Subdelegação
11. Outras Contas a Receber
12. Depósitos Judiciais
13. Tributos Diferidos
14. Investimentos
15. Imobilizado
16. Ativo de Contrato
17. Intangível
18. Empréstimos e Financiamentos
19. Obrigações Trabalhistas
20. Obrigações Tributárias
21. Parcelamentos e Obrigações Contratuais
22. Negócios Controlados em Conjunto - Consórcios
23. Adiantamento Contratual
24. Outras Contas a Pagar
25. Provisão para Demandas Judiciais
26. Benefícios a Empregados
27. Patrimônio Líquido
28. Receita Operacional Líquida
29. Custos e Despesas
30. Provisões/Reversões Líquidas
31. Resultado Financeiro Líquido
32. Compromissos assumidos
33. Seguros
34. Operação e negociação com partes relacionadas
35. Remuneração da Administração, Conselho Fiscal e Comitê Estatutário
36. Informações suplementares aos Fluxos de caixa
37. Operação Decantação

1. Informações Gerais

A Saneamento de Goiás S.A. - Saneago (“Companhia ou Saneago”) é uma sociedade por ações de economia mista estadual, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), constituída na forma da Lei Estadual nº 6.680 de 13 de setembro de 1967, conforme alterações (“Lei 6.680”), com sede na Av. Fued José Sebba nº 1.245, Setor Jardim Goiás, Goiânia-GO, CNPJ 01.616.929/0001-02.

A Saneago atua como prestadora de serviços de saneamento básico no Estado de Goiás, por meio de concessão e gestão associada na forma constitucional prevista, cumprindo-lhe efetuar estudos, elaborar projetos, realizar obras, operar e praticar a exploração de serviços de saneamento básico, considerado como o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, bem como drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

Conforme o Estatuto Social da Companhia, os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, bem como os de drenagem urbana dependerão da implementação técnica na Companhia, e somente serão prestados mediante contratos de prestação de serviços específicos para esta finalidade. Atualmente, a Companhia não possui nenhum contrato de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

No sentido de adequar-se à Lei 13.303 de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a Companhia implementou as seguintes ações: (i) adequação do Estatuto Social para atendimento da lei; (ii) implementação de processo para indicação da estrutura de governança; (iii) criação do Comitê de Auditoria Estatutário; (iv) criação do Comitê de Elegibilidade Estatutário; (v) criação e publicação do Código de Conduta e Integridade; (vi) criação de programa de treinamento dos administradores, gestores e dos conselheiros fiscais e de administração; (vii) elaboração das políticas de porta-vozes, de comunicação e de divulgação de informações; (viii) criação de programa de prevenção de atos de corrupção, de distribuição de dividendos e a de prevenção de conflitos de interesses. Todas essas atividades foram implementadas desde 2016, estando sujeitas a aprimoramento desde então.

Foi publicado o Decreto Estadual nº 9.406/2019 que institui o programa de compliance público, definido como um conjunto de procedimentos e estruturas destinados a assegurar a conformidade dos atos de gestão com padrões morais e legais, bem como garantir o alcance dos resultados das políticas públicas e a satisfação dos cidadãos, fomentando os eixos da ética, da transparência, da responsabilização e da gestão de riscos. O decreto citado revogou o Decreto Estadual nº 7.905 de 11 de junho de 2013. A Saneago vem empenhando esforços, em consonância com as recomendações da Controladoria Geral do Estado - CGE-GO na implementação do referido Decreto. O Conselho de Administração instituiu o Comitê Setorial de Compliance o qual possui caráter consultivo e permanente para questões relativas ao Programa de Compliance Público com o objetivo de zelar pela implementação dos eixos.

Contratos de programa e de concessão:

A Saneago, em 31 de março de 2021, possui 226 contratos em operação que estão assim distribuídos: em vigor 144 contratos, sendo 82 contratos de concessão e 62 na modalidade de contratos de programa, representando um percentual médio de 85,66% do faturamento. Existem 82 contratos vencidos que representam 14,34% do faturamento, para os quais a Companhia tem correspondentes ativos intangíveis no valor total de R\$ 646.077, de um total de R\$ 2.174.805 conforme nota explicativa 17 e cuja realização depende de regulamentação da ANA conforme descrito abaixo.

O prazo médio dos contratos de concessão e programa vigentes é de 23 e de 30 anos, respectivamente, contados a partir da data de assinatura. Os contratos possuem o seguinte cronograma de vencimentos: 82 vencidos, 75 contratos nos próximos 15 anos, 11 contratos de 15 a 20 anos e 58 contratos acima de 20 anos.

Abaixo estão discriminados os principais contratos e seus respectivos vencimentos:

Municípios	Status	Data de Vencimento	% Faturamento 1TRI21	Tipo de Contrato	Prazo (anos)
Goiânia	Em Vigor	17/12/2049	37,00%	Programa	30
Anápolis	Em Vigor	27/02/2050	7,23%	Programa	30
Aparecida De Goiânia	Em Vigor	01/11/2041	4,55%	Programa	30
Valparaíso De Goiás	Em Vigor	16/11/2048	2,60%	Programa	30
Rio Verde	Em Vigor	01/11/2041	2,45%	Programa	30
Luziânia	Em Vigor	01/12/2045	2,12%	Programa	30
Formosa	Em Vigor	14/03/2025	2,01%	Concessão	25
Itumbiara	Em Vigor	23/02/2025	1,72%	Concessão	20
Jataí	Em Vigor	01/11/2041	1,48%	Programa	30
Planaltina	Em Vigor	01/04/2030	1,36%	Concessão	25
Trindade	Em Vigor	01/11/2041	1,31%	Programa	30
Águas Lindas De Goiás	Em Vigor	28/12/2048	1,23%	Programa	30
Novo Gama	Em Vigor	16/11/2048	1,18%	Programa	30
Cidade Ocidental	Em Vigor	01/11/2041	1,15%	Programa	30
Goianésia	Vencido	15/06/2020	1,12%	Concessão	25
Iporá	Em Vigor	25/06/2024	0,97%	Concessão	20
Inhumas	Em Vigor	17/06/2050	0,94%	Programa	30
A vencer 01 - 15 anos			7,50%		
A vencer 16 - 30 anos			8,86%		
Vencidos			13,22%		
			<u>100,00%</u>		

As operações da Companhia estão concentradas no Município de Goiânia que representa 37% da receita bruta em 31 de março de 2021 e 32,04% do ativo intangível (36% da receita bruta e 31,91% do ativo intangível em 31 de dezembro de 2020).

Em 15 de julho de 2020 foi publicada a Lei nº 14.026/2020 alterando o marco do saneamento básico no Brasil. Os principais pontos alterados foram: I) Regulação: atribuição à Agência Nacional de Água - ANA para estabelecer diretrizes gerais regulatórias em contexto nacional, dando homogeneidade e segurança jurídica ao setor; II) Concorrência: estabeleceu-se o princípio da seleção competitiva do prestador de serviço, de modo que as empresas estatais estão, a princípio, impedidas de assinarem contrato de programa; III) Regionalização: preferência da prestação regionalizada à prestação fragmentada. Os Estados têm até 15 de julho de 2021 para encaminharem os projetos de lei para a regionalização, sob pena de a União a fazer. IV) Metas Legais de Universalização: a exigência de universalização do saneamento básico em 99% de atendimento para água e 90% de atendimento para esgotamento sanitário até o ano de 2033, sob pena de caducidade do contrato. Os contratos que não contemplem estas metas devem ser aditados até 31 de março de 2022. Além disso, as prestadoras de serviços devem comprovar capacidade econômico-financeira para cumprirem com os contratos, segundo a metodologia a ser definida pelo Governo Federal (que deveria ter sido editada 90 dias da publicação da Lei nº 14.026/2020 - 15 de julho de 2020).

Diante disso, a Companhia tem se adaptado institucionalmente para este novo cenário. Destacam-se a criação de unidade especializada para coordenar processos dirigidos à qualificá-la para sua participação nos procedimentos licitatórios e para o cumprimento de suas obrigações de modo mais eficiente; aditamento dos contratos para adaptá-los às metas legais; e reforma de sua lei de criação (Lei n 6.680/1967), a fim de garantir novos arranjos de negócio e ampliar sua capacidade competitiva e de eficiência, bem como celebração de parcerias e constituição de sociedade de propósito específico, subsidiárias de âmbito local e fundos.

No entanto, a Saneago não pode atuar plenamente porque ainda depende de normas a serem definidas tanto no âmbito do Governo do Estado de Goiás, no caso da regionalização (prazo final: 15 de julho de 2021), como no âmbito do Governo Federal, no caso do decreto da capacidade econômico-financeira (prazo expirado: 90 dias após 15 de julho de 2020) e das normas regulamentares da ANA (ainda pendente a edição das diretrizes gerais, como o caso da metodologia de cálculo de indenizações devidas em razão dos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados, cuja edição está prevista para o 2º Semestre de 2021, conforme informações da ANA publicada em seu site em 08/03/2021 - "indenização de ativos para água e esgoto").

Mesmo após o advento dos termos contratuais de concessões firmados, por força direta do "princípio da continuidade" e por se tratar de serviços essenciais à população, a Saneago continua sendo a responsável pela prestação dos serviços de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário, até a concretização de novas concessões pelos municípios, bem como a indenização por bens não amortizados, conforme dispõe o artigo 36 da Lei de Concessões. Nesses municípios a Saneago tem mantido investimentos vinculados diretamente à "defesa do meio ambiente" (artigo 170, VI, da Carta de 1988, e à observância do dever de prestar serviços "adequados, eficientes, seguros" (artigo 22 da Lei Federal 8.078/1990). Os contratos de concessão existentes na data de publicação da Lei Federal nº 14.026/2020, licitados ou não, "permanecerão em vigor até o advento do seu termo contratual", conforme previsto pelo artigo 17 do referido Texto Legal.

A Saneago tem participado das discussões sobre a regionalização, regulação e demais mudanças, em âmbito estadual e nacional e já deu início às tratativas internas para a realização dos referidos aditamentos contratuais. A Administração acredita que manterá nos próximos anos seu market share, no âmbito do estado de Goiás, tendo em vista as indefinições decorrentes da alteração do marco regulatório.

Reajuste de preços:

Conforme Resolução Normativa nº 0152/19 do Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, foi concedido reajuste linear de 5,79% para tarifas de água/esgoto a partir de 1º de julho de 2019. O reajuste foi analisado pela Agência de Regulação de Goiânia - ARG e homologado através do Decreto Municipal nº 1555/2019. No ano de 2020 não houve reajuste tarifário pois a Companhia está em processo de revisão tarifária.

No processo de revisão tarifária 2020 o pedido de realização do 2º Ciclo de Revisão da Saneago foi protocolado junto à AGR e, por meio da Nota Técnica nº 03/2020, foi definida a metodologia a ser utilizada no processo. Em razão da pandemia de Covid-19, no entanto, em junho de 2020 houve a suspensão dos trabalhos por parte da AGR, sendo retomados os trabalhos no mês de setembro, conforme Resoluções Normativas AGR nº 167 e 170/2020. Porém, em função de os trabalhos de levantamento da Base de Ativos Regulatórios (BAR) estarem em fase de finalização, a Companhia pretende solicitar a readequação da metodologia do 2º Ciclo de Revisão Tarifária para que considere essa nova base de ativos como referência para a definição das tarifas a serem praticadas, trazendo maior aderência às boas práticas de mercado.

A autorização para emissão dessas informações contábeis intermediárias foi feita pelo Conselho de Administração em 13 de maio de 2021.

1.1 Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (“OMS”), relacionada ao novo Coronavírus (“COVID-19”) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando a minimização dos eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios. A partir de 14 de dezembro de 2020, em consonância com o Decreto Estadual 9.751/2020, a Companhia promoveu o retorno ao ambiente laboral dos empregados colocados em regime de teletrabalho, mantendo apenas grupos específicos. No encerramento do trimestre, em 31 de março de 2021, o total de empregados somam 5.831 ativos em regime de CLT destes, 1.329 são empregados que exercem funções administrativas sendo que 318 estavam em regime de teletrabalho, o que representa 23,93% dos administrativos.

No combate ao COVID-19 o setor de saneamento básico é considerado como “serviço essencial” para manutenção da qualidade de vida das pessoas e principalmente para higiene pessoal, pois o ato de lavar o rosto e as mãos com frequência é uma das principais medidas de prevenção desta doença. Nesse sentido, a Companhia suspendeu os cortes de água para clientes inadimplentes em 19/03/2020 retomando em 04 de janeiro de 2021, exceto para clientes da categoria Residencial Social. Em 09 de abril de 2021 a suspensão do corte foi ampliada para as demais categorias consideradas vulneráveis.

Visto que a atividade de corte é uma importante ferramenta de cobrança, em virtude da retomada desta, foi observada inadimplência de 3,65% no primeiro trimestre de 2021, o que representa queda de 50,87% em relação ao registrado no mesmo período de 2020.

Neste cenário, a Companhia avaliou as seguintes estimativas nas informações contábeis intermediárias:

Perdas de crédito esperadas decorrentes dos impactos do COVID-19

Um risco potencialmente relevante à Companhia na emergência do Covid-19 está relacionado à inadimplência de clientes e considerando a retomada da atividade de corte em janeiro de 2021, a Companhia registrou estorno em sua estimativa de perdas na ordem de R\$ 5.002. A posição de contas a receber da Companhia em 31 de março de 2021 bem como as provisões de créditos de difícil recuperação ou de liquidação duvidosa refletem de maneira tempestiva a melhor análise da Administração neste momento sobre a qualidade e solvência dos direitos em questão.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia avaliou os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluiu que não há indicativo de mudança no valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis.

Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores

A Companhia avaliou seus principais contratos de fornecimento e suprimento de clientes e fornecedores, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela Pandemia, as obrigações contratuais seguem sendo cumpridas e não há evidências ou formalização de insolvência ou qualquer descontinuidade.

Por fim, até o presente momento, a Companhia não teve impacto material em suas operações e liquidações de direitos e obrigações por conta do COVID-19. Entretanto, considerando que, como todas as empresas, estão expostas a riscos decorrentes de eventuais restrições legais e de mercado que venham a ser impostas, não é possível assegurar que não haverá impactos nas operações ou que o resultado no futuro não será afetado por reflexos que a pandemia poderá provocar.

2. Base para preparação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as Leis 6.404/76 e 11.638/07, abrangendo a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM através de suas deliberações e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS (International Financial Reporting Standards) emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board).

As informações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de Terrenos, Edificações, Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos, Veículos e Equipamentos de Informática na data de transição para IFRS, sendo que estes bens não são reversíveis ao poder concedente.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela sua gestão.

2.2 Moeda Funcional

A Moeda funcional praticada pela Saneago é o Real (R\$). Todos os valores de apresentação das informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais.

2.3 Principais julgamentos e estimativas contábeis

Para preparação das informações contábeis intermediárias, são utilizadas determinadas estimativas e premissas, que exigem julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, sendo estas, avaliados continuamente com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. Devido a isso, por definição, tais estimativas podem diferir dos resultados reais.

As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo período contábil estão divulgadas a seguir:

a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída por montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber de usuários.

Fazem parte da estimativa todas as faturas vencidas há mais de 180 dias dos clientes particulares e dos clientes públicos federal e municipal e as faturas vencidas há mais de 90 dias dos clientes públicos estaduais, bem como os demais créditos vencidos e a vencer dos mesmos clientes. Não são considerados na estimativa os créditos de clientes que estejam em processo de cobrança judicial ou aqueles que tenham acionado a Companhia judicialmente.

No caso da estimativa a faturar, a perda estimada é calculada com base no percentual de inadimplência apurado em relação ao exercício anterior.

A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativa de baixas previstas e o vencimento da carteira de contas a receber. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

b) Perdas em estoque

A provisão para perdas em estoque é constituída com base em política interna da Companhia, sendo realizada avaliação quanto à aplicabilidade de obsolescência para os itens não movimentados nos últimos 12 meses.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos diferidos sobre a renda com base nos resultados de suas operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), o reconhecimento é feito com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

Os ativos de tributos diferidos são revisados regularmente quanto à recuperabilidade reconhecendo a provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados tendo por base: (i) o lucro tributável histórico; (ii) as projeções de lucros tributáveis futuros; e (iii) o tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas, as quais podem resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Para maiores informações sobre os impostos diferidos, ver nota 13.

d) Provisões para demandas judiciais

A Companhia é parte em vários processos legais, os quais incluem, entre outros, demandas relacionadas a processos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais, incluindo contestações de clientes e fornecedores, nas instâncias administrativas e judiciais. A Companhia constitui provisão referente a processos judiciais quando tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, que seja provável a necessidade de saída de recursos visando liquidar a obrigação e o respectivo valor pode ser razoavelmente estimado. Julgamentos a respeito de eventos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem.

Para maiores informações sobre as provisões para demandas judiciais, ver nota 25.

2.4 Ativos e passivos financeiros

a) Ativo financeiro

A Companhia classifica seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

b) Passivo financeiro

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos, e a sua classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos.

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não tinha passivos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros na categoria de “outros passivos” são subsequentemente mensurados usando o método dos juros efetivos para calcular o custo amortizado e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custos de transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do seu valor contábil líquido.

Os passivos financeiros classificados como “outros passivos” compreendem:

- Saldos a pagar a fornecedores (nota 2.13);
- Empréstimos e financiamentos (nota 2.18).

2.5 Receita operacional

a) Receita de serviços de saneamento

A receita de prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto é reconhecida à medida que os serviços são prestados e mensurados. A receita é reconhecida ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação do serviço e é apresentada líquida de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, incluindo abatimentos e descontos. A receita incorrida, cujo serviço foi prestado, mas ainda não faturada até o final de cada período, é estimada e reconhecida nas contas a receber de clientes e a contrapartida no resultado.

Desta forma, a Companhia reconhece sua receita quando: (i) os serviços são prestados; (ii) o valor pode ser mensurado de forma confiável; (iii) no momento do cumprimento das obrigações de desempenho; e (iv) é provável que os valores serão recebidos.

b) Receita de construção

A Companhia reconhece a receita de construção conforme a ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 Contratos de concessão e CPC 17 (R1) / IAS 11 Contratos de construção, usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto. A margem de lucro sobre a construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é o abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é reconhecida no resultado, como receita e custo de construção.

Adicionalmente, pelas disposições do CPC 47/IFRS 15, a infraestrutura em construção é um direito em receber contraprestação futura, sendo os mesmos registrados durante a construção como ativos de contrato. Quando da sua entrada em operação, esses ativos são transferidos para o ativo intangível.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos pelo caixa, pelas contas bancárias, arrecadação, depósitos vinculados à obras e por aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimentos originais inferiores a 3 meses da data de aplicação e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Esses saldos são retidos com a finalidade de satisfazer os compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

2.7 Créditos a Receber de Usuários

São reconhecidos pelo valor nominal à medida que os serviços são prestados e mensurados. As medições que ultrapassam o limite mensal são estimadas e registradas como estimativa a faturar, a valor presente, sem qualquer tipo de acréscimos. Na geração de caixa pelo recebimento em atraso, os juros e correções são classificados como receitas financeiras. Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

Os créditos não recebidos que são parcelados assim como os serviços financiados são corrigidos no momento da negociação considerando todo período de recebimento das parcelas. A taxa aplicada é de 1% a.m conforme Resolução Normativa nº 0080/2016-CR, da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR e Resolução da Diretoria da Saneago Nº 162/2016. Esses valores são segregados em circulante e não circulante conforme o vencimento das parcelas e são descontados a valor presente contra despesas financeiras - AVP sendo utilizada a mesma taxa de 1% a.m.

2.8 Estoques

Os estoques de materiais destinados ao uso, manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário são avaliados ao custo médio de aquisição, não superam o valor realizável e estão classificados no ativo circulante deduzidos das provisões para perdas. A provisão para perdas em estoque é constituída conforme nota explicativa 2.3 b.

2.9 Demais Ativos Circulantes

São registrados pelo custo de aquisição ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

2.10 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, sendo que seus valores foram revisados em 2009 para refletir o custo atribuído de Terrenos, Edificações, Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos, Veículos e Equipamentos de Informática no montante líquido de R\$47.810. A mais valia registrada no ativo imobilizado foi de R\$ 72.440 em contrapartida à conta do patrimônio líquido denominada Ajustes de Avaliação Patrimonial. Os Tributos Diferidos sobre o total no valor de R\$24.630 foram reconhecidos no passivo não circulante. Estes bens não são reversíveis ao poder concedente e conforme são depreciados ou baixados, os respectivos valores do custo atribuído são transferidos da conta Ajustes de Avaliação Patrimonial para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

A depreciação é iniciada quando o ativo imobilizado está disponível para uso, em seu local e em condições necessárias, sendo calculada pelo método linear e realizada pela vida útil econômica, determinada por laudo de empresa especializada. A depreciação em linha reta resulta num débito constante durante a vida útil do ativo, se o seu valor residual não se alterar.

2.11 Intangível

O intangível está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, sendo que o custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos da aquisição até a data de entrada do bem em operação. A amortização é iniciada quando o ativo intangível está disponível para uso, em seu local e em condições necessárias, sendo calculada pelo método linear e realizada pela vida útil econômica, determinada por laudo de empresa especializada. A amortização em linha reta resulta num débito constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar. Este grupo de contas é composto pelos bens utilizados nos sistemas de água e esgoto vinculados às concessões em linha com a interpretação do ICPC 01 - Contratos de Concessão.

O controle das obras em andamento com a respectiva transferência para bens em operação (Ativos Concluídos) se dá mediante documentação emitida pela unidade responsável pela execução de obras, informando que o objeto em questão encontra-se concluído.

A Companhia testa a recuperabilidade dos ativos dos grupos imobilizado e intangível anualmente conforme CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (nota 2.12).

A vida útil econômica dos ativos imobilizado e intangível está assim representada:

Natureza dos Bens	VUE Média/ano*	Natureza dos Bens	VUE Média/ano*
Construções Cíveis	50	Máquinas, Tratores	10
Barragens	50	Custo Atribuído (Geral)	9
Reserv. Tanq. Armazenamento	44	Equipamentos em Geral	9
Instalações Elétricas	40	Proteção e Preser. Ambiental	8
Tubulações	39	Equipamentos de Informática	7
Poços	25	Leasing Equip. Informática	7
Macromedidores	15	Direito de uso Veículos	3
Móveis e Utensílios	13	Obras de Arte	-
Softwares	13	Terrenos	-
Hidrômetros	11	Servidões	-
Veículos	11		

*Vida Útil Econômica (VUE) Média Ponderada

A partir de estudo realizado no ano de 2019 por empresa qualificada contratada pela Companhia, a vida útil econômica dos bens foi revisada com o objetivo de atender as determinações da Lei nº 11.638/2007 e do CPC 27 e também para realizar a adequada gestão do ativo imobilizado e Intangível. No exercício de 2020 não houve alteração nas vidas úteis.

a) Contratos de Concessão

A infraestrutura utilizada pela Companhia relacionada aos contratos de concessão está sobre o alcance do ICPC 01 - Concessões - quando: (I) o município (concedente) controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer, a quem deve fornecê-los e a que preço; (II) o município (concedente) controla a infraestrutura, ou seja, detém qualquer participação residual na infraestrutura ao final da concessão ou a infraestrutura é utilizada no acordo durante toda a sua vida útil; (III) os direitos da Saneago sobre a infraestrutura operada em conformidade com contratos, construída ou adquirida com o objetivo de prestação do serviço; (IV) A Companhia tem direito de receber caixa ou outro ativo financeiro em caso de término, retomada e/ou não renovação do contrato; (V) a Companhia tem o direito contratual de cobrar os usuários dos serviços públicos.

Os ativos são registrados como intangível - bens afetos à concessão, uma vez que a mesma tem o direito de cobrar pelo uso destes ativos e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade principal de pagar pelos seus serviços.

O valor justo (reconhecimento inicial) de construção e outros trabalhos na infraestrutura representa o custo do ativo intangível, desde que se espere que estes trabalhos gerem benefícios econômicos futuros.

O marco do Saneamento Básico do Brasil (Lei nº 11.445/2007, alterada pela Lei nº 14.026/2020) indica em seu art. 29, inciso 3º que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada por meio de remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas. Desta forma, os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo original do contrato, são mantidos como ativos intangíveis e amortizados pela vida útil do ativo, considerando a expectativa e histórico da Companhia de continuar renovando seus contratos.

b) Subvenção Governamental

A subvenção governamental relacionadas a ativos, quando recebida e cujas obrigações ainda não foram cumpridas, é reconhecida no balanço patrimonial em conta de passivo. Quando todas as condições estabelecidas estiverem cumpridas, o reconhecimento é feito no ativo deduzindo o valor contábil do item relacionado.

Conforme o CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, as subvenções governamentais são reconhecidas como receita ao longo do período e confrontadas com as despesas relacionadas à subvenção que são objeto de compensação, em base sistemática, desde que atendidas as condições de reconhecimento: (I) as condições estabelecidas pela subvenção foram cumpridas; (II) a subvenção foi recebida. Assim, a subvenção relacionada a ativos que depreciam é reconhecida como receita ao longo da vida útil do bem e na mesma proporção da depreciação do bem.

c) Licenças de Uso de Software

As licenças de uso de software e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas e amortizadas ao longo da vida útil e as despesas associadas à sua manutenção são reconhecidas como despesas quando incorridas. Não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através de operações futuras.

2.12 Avaliação ao valor recuperável dos ativos não financeiros ("Impairment")

Imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revisados anualmente com a finalidade de identificar evidências de perdas ("impairment") estimadas, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. Esses ativos incluem, dentre outros, os intangíveis resultantes de contratos de concessão/programa relacionados aos sistemas de água e esgoto.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia e a expectativa de utilização dos ativos até o final da vida útil, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso.

Adicionalmente, a Companhia adota impairment para obras que se encontram paralisadas há mais de um ano e sem expectativa de geração de caixa, sendo os custos diretos e indiretos provisionados em sua totalidade. Caso ocorra a retomada das obras, é realizado o levantamento das perdas incorridas e são reconhecidas no resultado do exercício. O montante da provisão de impairment relacionado a obras paralisadas é de R\$128.347 em 31 de março de 2021 (RS 128.347 em 31 de dezembro de 2020).

2.13 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante. São reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Estima-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

2.14 Salários e Encargos sociais

Os salários, incluindo férias, 13º salário a pagar e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

2.15 Participação nos Resultados

Os empregados da Saneago têm participação no lucro apurado no exercício social, conforme art. 75, §3º do estatuto. O montante referido neste artigo será definido em política interna e lançado no resultado do período, depois de observado no disposto nos artigos 189 e 190 da Lei das Sociedades por Ações.

2.16 Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro

Líquido a) Tributos correntes

O Imposto de Renda e Contribuição Social correntes, quando devidos, são contabilizados no resultado pelo regime de competência. Os tributos são apurados com base no resultado antes dos tributos apresentado na Demonstração do Resultado e ajustado conforme legislação tributária vigente em relação a despesas não dedutíveis, exclusões de base de cálculo permitidas por lei e eventuais benefícios fiscais. As alíquotas aplicáveis para o Imposto de Renda são de 15% mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro excedente ao limite estabelecido, e a Contribuição Social com alíquota de 9%.

b) Tributos diferidos

Os tributos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias (perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, contingências, obsolescência de estoques, prejuízo fiscal e demais perdas provisionadas), utilizando as mesmas alíquotas dos tributos correntes. São reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos diferidos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade fiscal. Estão apresentados no Balanço Patrimonial pelo valor líquido.

2.17 Tributos sobre a receita

As receitas de serviços de saneamento estão sujeitas à incidência do Pis - Programa de Integração Social e da Cofins - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente.

2.18 Empréstimos e Financiamentos

O montante inicial dos recursos captados de terceiros classificáveis no passivo circulante e não circulante. Os encargos financeiros incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados em conta redutora no passivo em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos, demonstrando desta forma a captação líquida, CPC 08 (R) item 12.

Para os ativos qualificáveis (ativo que demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou para venda) os custos são capitalizados de acordo com o disposto no item 8 do CPC 20(R1) - Custos de Empréstimos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos, considerando a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação.

A utilização do custo amortizado faz com que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual do instrumento, ou seja, incluem-se neles os juros e os custos de transação da captação, bem como prêmios recebidos, ágios, deságios, descontos, atualização monetária e outros. Assim, a taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos feitos ou a serem efetuados até a liquidação da transação. Portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como não circulantes.

As variações cambiais referentes ao financiamento de longo prazo, pagáveis em moeda estrangeira, são apuradas entre o saldo contábil do empréstimo à taxa cambial anterior e o saldo do mesmo empréstimo convertido à taxa cambial vigente na data do balanço, e são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras.

2.19 Arrendamento

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil, substituiu o CPC 06 (R1) / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, estabelecendo que o arrendatário contabilize os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros conforme o CPC 06 (R1), ou seja, reconhecendo um Ativo de Direito de Uso ("Ativo de Arrendamento") igual a um Passivo de Arrendamento, a menos que os arrendamentos sejam de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e de baixo valor (valores abaixo de US\$ 5).

2.20 Provisões, obrigações legais, depósitos judiciais e ativos contingentes

As provisões relativas às demandas judiciais são reconhecidas quando: (i) há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor pode ser estimado de forma confiável. Se houver obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos ser exigida para a liquidação é determinada ao se considerar a natureza das obrigações como um todo.

A Companhia não possui ativos contingentes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.21 Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes

Registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

2.22 Benefícios e Contribuição definida concedidos a Empregados

Em conformidade com os planos de benefício definido temos: (a) obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados aos atuais e aos ex-empregados; e (b) risco atuarial (de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado) e risco de investimento recaem, substancialmente, sobre a entidade. Se a experiência atuarial ou de investimento for pior que a esperada, a obrigação da entidade pode ser aumentada. Item 30, CPC 33(R1).

Nos planos de contribuição definida, a obrigação legal ou construtiva da entidade está limitada à sua participação. Assim, o valor do benefício pós-emprego recebido pelo empregado deve ser determinado pelo montante de contribuições pagas pela entidade patrocinadora (e, em alguns casos, também pelo empregado) para um plano de benefícios pós-emprego ou para uma entidade à parte, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes das contribuições. Em consequência, o risco atuarial (risco de que os benefícios sejam inferiores ao esperado) e o risco de investimento (risco de que os ativos investidos venham a ser insuficientes para cobrir os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

Os compromissos atuariais com o plano de benefícios definidos e de contribuição de pensão, aposentadoria e os relacionados ao plano de assistência à saúde são provisionados conforme os procedimentos estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 33 (R1), baseando-se em cálculo atuarial elaborado por empresa especializada. É utilizado o método da unidade de crédito projetada, líquido do valor justo dos ativos do plano, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos ao longo do tempo de serviço dos empregados.

2.23 Apresentação de Informações por Segmento

Dada à peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial (serviços de saneamento), as decisões de investimentos tomadas pela administração estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto. O fator principal que faz com que o controle gerencial seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A mensuração de performance e apuração das informações por um único segmento estão consistentes com as políticas adotadas na preparação das informações contábeis intermediárias, uma vez que a Administração utiliza estas informações para analisar o desempenho da Companhia.

2.24 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar às informações contábeis intermediárias para fins de IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das informações anuais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza gerada por meio da receita bruta das vendas (incluindo os tributos incidentes, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, como também os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.25 Reapresentação dos saldos comparativos de 31 de março de 2020

No 4º trimestre de 2020 a Companhia reconheceu os efeitos acumulados do ano (1º ao 4º trimestre) referente aos tributos diferidos sobre as diferenças temporárias entre a base fiscal e a base contábil de depreciação/amortização dos ativos imobilizado e intangível.

Para efeito comparativo, conforme as orientações técnicas do CPC 23 sobre Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erros, a Companhia reapresentou as demonstrações contábeis referente ao trimestre encerrado em 31 de março de 2020. Os ajustes realizados estão demonstrados como segue:

Demonstração do Resultado em 30 de março de 2020 (Reapresentada)

	31/03/2020	Ajuste	Reapresentado 31/03/2020
Receitas Líquidas	599.619	-	599.619
Custos Operacionais	(282.689)	-	(282.689)
Lucro Bruto	316.930	-	316.930
Despesas Operacionais	(210.786)	-	(210.786)
Resultado antes do Resultado Financeiro	106.144	-	106.144
Resultado Financeiro Líquido	(34.815)	-	(34.815)
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	71.329	-	71.329
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(15.135)	-	(15.135)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.325	(10.244)	(7.919)
Resultado Líquido do Exercício	58.519	(10.244)	48.275
Lucro por Ação	0,02326		0,01919

3. Gestão de riscos financeiros e instrumentos financeiros

3.1 Fatores de risco financeiro

Os negócios da Companhia, sua posição financeira e o resultado de suas operações podem ser afetados por oscilações e sazonalidades da conjuntura econômica, expondo-a aos riscos de:

- Risco de mercado (risco da taxa de juros e risco da flutuação cambial)
- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de contratos de Concessão/Programa

(a) Risco de mercado Risco da taxa de juros

A Saneago está sujeita às oscilações de cada um dos indexadores das taxas de juros provenientes de transações de empréstimos, financiamentos e debêntures, e aplicações financeiras, que impactam seus pagamentos e recebimentos e, conseqüentemente, seus fluxos de caixa, tais como TJLP/TLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários) ou índices de inflação como IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Conforme Política de Gestão de Riscos Financeiros, para mitigar os riscos inerentes à taxa de juros a Companhia poderá utilizar os seguintes instrumentos financeiros e estratégias: Contratos de Swap, repactuação dos contratos ou liquidação antecipada.

Sensibilidade da Dívida

Na análise de sensibilidade para o risco da taxa de juros, utilizou-se o saldo devedor da dívida que tem um dos seguintes indicadores econômicos indexados: IPCA, CDI, Cotação do Dólar, TJLP e TR. Assim, com base na expectativa de mercado para o fechamento desses indexadores em 2020, procedeu-se a simulação de três cenários. O Cenário provável considera a evolução esperada dos indicadores, enquanto os Cenários II e III foram feitos com apreciação na taxa de 25% e 50%, respectivamente.

Indicadores	Exposição	Sensibilidade da Dívida - 31/03/2021					
		Cenário provável		Cenário II		Cenário III	
		Taxas	Valor	Taxas	Valor	Taxas	Valor
IPCA (FIDC IV)	189.311	4,92%	198.625	6,15%	200.954	7,38%	203.282
CDI (Bancos + Debêntures)	600.491	2,65%	616.403	3,31%	620.382	3,98%	624.360
Dólar (BID)	104.386	5,4	97.438	6,75	121.797	8,1	146.156
TJLP (BNDES)	405	4,61%	424	5,76%	428	6,92%	433
TR ^a (Caixa Econômica Federal)	123.009	0,00%	123.009	0,00%	123.009	0,00%	123.009
Sub Total	1.017.602		1.035.899		1.066.570		1.097.240
Cotas Subordinadas	(87.255)						
Custo de Transação	(18.016)						
	912.331						
Não sujeito a riscos							
FCO - Cezarina e Silvânia (b)	5.049						
	917.380						

- Taxa referencial no Brasil na data base das informações contábeis intermediárias é 0%, por isso os cenários não foram alterados.
- Contrato na modalidade pré-fixado.

Risco da flutuação cambial

A Saneago está sujeita às oscilações de cada moeda que compõe suas relações financeiras, e que, conseqüentemente impactam seu fluxo de caixa. Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado, e, conseqüentemente, impactando as despesas financeiras.

Conforme Política de Gestão de Risco Financeiros, com objetivo de reduzir a imprevisibilidade da variação cambial e otimizar a gestão de caixa aumentando o seu grau de previsibilidade, a Companhia poderá contratar um instrumento de hedge de proteção. Os instrumentos de hedge elegíveis são: Contratos de Swap ou Contrato a Termo de moedas (NDF). A contratação destes instrumentos deverá observar o cálculo de custo versus benefício esperado em relação ao instrumento utilizado.

Sensibilidade da dívida externa - BID

Em relação ao contrato 1414/OC firmado entre a Saneago e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, não há adoção de mecanismos de trava de proteção contra as oscilações da variação cambial “contrato de Hedge”, no entanto, a Companhia avaliou a viabilidade de se fazer o Hedge em virtude das mudanças presentes e prováveis no cenário econômico mundial e até 31 de março de 2021 a conclusão é pela não viabilidade dessa adoção.

A Análise de Sensibilidade projetada em 31 de março 2021 para os períodos seguintes apontou ligeira alta no valor esperado da dívida, por conta da expectativa de valorização da moeda estrangeira provocada principalmente pela crise no sistema mundial em virtude da pandemia do Covid-19 que tem afetado de maneira substancial as condições financeiras nacionais e internacionais. No âmbito externo, os riscos associados a uma desaceleração da economia global permanecem e também as incertezas sobre políticas econômicas, desaceleração da economia e de natureza geopolítica - notadamente as disputas comerciais - que podem contribuir para um crescimento global ainda menor. Os fatores internos estão relacionados à capacidade que a economia brasileira apresenta de absorver revés no cenário internacional e à perspectiva de reformas estruturais, especialmente as de natureza fiscal e que propiciem a retomada do processo de recuperação econômica. A cotação do dólar no pagamento da parcela que venceu em abril de 2020 foi de R\$ 5,42. Para pagamento da parcela que venceu em outubro de 2020, a cotação foi de R\$ 5,59. A projeção da taxa de câmbio para 2021 é de R\$ 5,40.

Os valores para o dólar destes cenários foram baseados nas publicações realizadas pelo Banco Central do Brasil, Relatório de Mercado - FOCUS (Expectativas de Mercado) em 16 de abril de 2021.

(b) Risco de Crédito

Praticamente toda a população do Estado de Goiás é cliente da Saneago. Considerando o tipo de negócio da Companhia, para os clientes particulares em inadimplência adota-se a prática de corte no abastecimento, não sendo efetuada nenhuma análise de crédito. No entanto, em virtude da pandemia de Covid-19 os cortes foram suspensos no período de 19 de março de 2020 a 03 de janeiro de 2021. Esta prática não se aplica para os clientes públicos, no entanto a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência por meio de negociações com prefeituras devedoras e com órgãos da administração pública do Estado de Goiás.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ser definido como a possibilidade da Companhia não possuir recursos suficientes para honrar com seus compromissos financeiros ou mesmo de ter de arcar com custos adicionais para fazê-lo devido à escassez de recursos financeiros na data estabelecida para cada dívida e, por consequência, os descasamentos entre fluxos de pagamentos e de recebimentos.

O risco de liquidez da Companhia decorre principalmente da capacidade da geração de caixa gerado por suas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos federal, estadual e de instituições privadas e é influenciado pela escassez hídrica que tenha impacto significativo no faturamento da Companhia, pela redução do faturamento em atendimento ao cumprimento de decisão judicial, pela redução na demanda que tenha impacto significativo no faturamento da Companhia, pela elevação da inadimplência e dos custos e despesas não gerenciais acima dos limites projetados e pelo reconhecimento e realização de despesa não recorrente e não contingenciada.

A gestão da exposição do risco de liquidez da Companhia é realizada por meio do monitoramento e do controle gerencial das entradas e saídas de fluxos de caixa, com programações planejadas para que a Companhia possa cumprir com as suas obrigações.

(d) Risco de contratos de Concessão/Programa

Os resultados da Saneago dependem da manutenção dos contratos nos municípios em que opera. Geralmente os Contratos de Concessão e Contratos de Programas têm prazo de duração de 30 anos. Em algumas situações o município tem o direito de rescindir os contratos antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, por descumprimento de obrigações legais ou contratuais, mediante indenização dos saldos de investimentos ainda não amortizados.

3.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos do montante de caixas e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Posição Financeira Líquida	31/03/2021	31/12/2020
Total dos Empréstimos	917.380	965.493
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(202.917)	(168.144)
(=) Dívida líquida	714.463	797.349
(+) Total do Patrimônio Líquido	3.087.483	3.077.632
(=) Total do Capital	3.801.946	3.874.981
Índice de Alavancagem Financeira	18,79%	20,58%

4. Caixa e Equivalentes de caixa

	31/03/2021	31/12/2020
Fundo Fixo	111	12
Bancos - Conta Corrente / Arrecadação	11.171	21.907
Bancos - Contas Vinculadas a Obras	1.595	3.089
Bancos - Arrecadação a Liberar (a)	7.381	14.225
Aplicações Financeiras (b)	182.659	128.911
	202.917	168.144

Consistem em numerários em poder dos bancos e investimentos no mercado financeiro, aplicações financeiras de liquidez imediata e que apresentam risco insignificante de mudança de valor.

(a) Refere-se ao float bancário com liberação entre 1 a 3 dias úteis após o ingresso na conta bancária;

(b) As aplicações financeiras estão compostas da seguinte forma:

31/03/2021				31/12/2020			
Banco	Conta	Valor	Remuneração	Banco	Conta	Valor	Remuneração
Itaú	140956	284	14,12% CDI	Itaú	14095-6	259	5,38% CDI
Itaú	2989-4	2.863	14,12% CDI	Itaú	2989-4	6.646	5,38% CDI
Itaú	2989-4	60.870	74,85% CDI	Itaú	2989-4	-	145,16% CDI
Itaú	14094-9	156	14,12% CDI	Itaú	14094-9	153	5,38% CDI
Santander	63-000013-7	107.860	103,00% CDI	Santander	63-000013-7	111.324	103,00% CDI
B. Brasil	6013-5	566	92% CDI	B. Brasil	6013-5	563	92% CDI
B. Brasil	6544-7	548	92% CDI	B. Brasil	6544-7	546	92% CDI
BBM	701742-7	4.375	100% CDI	BBM	701742-7	4.396	100% CDI
BBM	701866-0	4.463	100% CDI	BBM	701866-0	4.655	100% CDI
Safra	23190-0	10	12,93% CDI	Safra	23190-0	10	346,1% CDI
Bradesco	1368	445	9,07% CDI	Bradesco	1368	359	6,32% CDI
B. Brasil	105334-5	1	99,25% CDI	B. Brasil	105334-5	-	96% CDI
Bradesco	1371-4	218	40,96% CDI				
		<u>182.659</u>				<u>128.911</u>	

Os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas informações contábeis intermediárias por estarem atreladas à variação do CDI, ou por se tratar de aplicações em fundos de rendimentos específicos com rentabilidade pós-fixada verificada mensalmente através dos extratos de rendimentos apresentados pelas instituições financeiras. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valor justo.

As aplicações financeiras no BBM e Bradesco referem-se a uma exigência contratual, na emissão da 4ª, 5ª, 6ª e 8ª emissões de debêntures e são movimentadas mensalmente com o fim de amortizar tais obrigações.

A elevação no grupo de Caixa e Equivalentes de caixa no encerramento do 1º trimestre de 2021 é decorrente do retorno das atividades de corte e consequente elevação da arrecadação da companhia.

5. Títulos e Valores Mobiliários

Instituição Financeira	Conta	Tipo de Aplicação	Rentabilidade	31/03/2021	31/12/2020
Circulante					
Caixa Econômica Federal	várias	CDB/Fundo FIC	41% do CDI	1.476	-
				<u>1.476</u>	<u>-</u>
Não Circulante					
Caixa Econômica Federal	várias	CDB/Fundo FIC	44,45% do CDI	14.120	13.146
				<u>14.120</u>	<u>13.146</u>
Total				<u>15.596</u>	<u>13.146</u>

Tais aplicações são exigências contratuais, estando classificadas no ativo não circulante as reservas em garantia de contratos com vencimento após 12 meses. No ativo circulante estão classificadas as aplicações de contratos com vencimento dentro dos próximos 12 meses assim como as demais aplicações com disponibilidade dentro do exercício.

6. Créditos a Receber de Usuários

	31/03/2021			31/12/2020		
	Particular	Público	Total	Particular	Público	Total
Faturados a vencer	105.699	14.522	120.221	108.915	10.664	119.579
A vencer há mais de 30 dias	32.737	5.850	38.587	29.106	6.040	35.146
Vencidos até 30 dias	92.661	6.803	99.464	91.509	3.873	95.382
Vencidos de 31 a 60 dias	48.839	5.919	54.758	45.241	2.770	48.011
Vencidos de 61 a 90 dias	27.414	316	27.730	29.739	2.475	32.214
Vencidos de 91 a 120 dias	22.186	2.806	24.992	21.514	1.546	23.060
Vencidos de 121 a 180 dias	37.734	4.533	42.267	32.940	2.808	35.748
Vencidos de 181 a 360 dias	5.614	4.650	10.264	5.274	5.382	10.656
Vencidos de 361 dias a 5 anos	19.772	72.254	92.026	18.636	85.252	103.888
Vencidos acima de 5 anos	760	8.331	9.091	762	8.331	9.093
Arrecadação a discriminar	(607)	-	(607)	(704)	-	(704)
Estimativa a faturar	82.337	4.939	87.276	89.410	5.521	94.931
(-) AVP Créditos a Receber	(1.301)	(285)	(1.586)	(1.011)	(296)	(1.307)
(-) PCLD	(7.710)	(103.991)	(111.701)	(10.480)	(104.762)	(115.242)
Subtotal	<u>466.135</u>	<u>26.647</u>	<u>492.782</u>	<u>460.851</u>	<u>29.604</u>	<u>490.455</u>
Créditos a receber (Não Circulante)	18.879	16.824	35.703	16.916	17.915	34.831
(-) AVP Créditos a Receber	(3.474)	(3.955)	(7.429)	(3.127)	(4.288)	(7.415)
(-) PCLD	(1.054)	(6.228)	(7.282)	(1.379)	(7.363)	(8.742)
Subtotal	<u>14.351</u>	<u>6.641</u>	<u>20.992</u>	<u>12.410</u>	<u>6.264</u>	<u>18.674</u>
Total	480.486	33.288	513.774	473.261	35.868	509.129

Os valores acima, no seu reconhecimento, equivalem aos seus respectivos valores justos e não consideram multas, juros ou qualquer forma de atualização monetária por atraso nos recebimentos. Os créditos não recuperáveis baixados para o resultado até 31 de março de 2021 foram de R\$43.131 (R\$ 24.328 em 31/03/2020).

Para fins tributários, os créditos com o Governo de Goiás são adicionados quando baixados como perda e excluídos quando recuperados, conforme artigo 9º da Lei 9.430/96. No primeiro trimestre de 2021, as exclusões pela recuperação de débitos superam as adições num total de R\$ 1.884 (No primeiro trimestre de 2020 foi adicionado R\$ 1.527).

A movimentação na perda estimada para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

Saldo em 31/12/2020	<u>(123.984)</u>
Constituição/Reversão de provisão líquida para créditos de liquidação duvidosa (nota 30)	<u>5.001</u>
Saldo em 31/03/2021	<u>(118.983)</u>

Para clientes particulares a política de cobrança consiste inicialmente em reaviso de débito que compreende uma mensagem emitida na fatura da referência seguinte. Após o reaviso é concedido o prazo de 30 dias para pagamento e caso a fatura não seja quitada, há a interrupção do fornecimento de água (corte), que ocorre em média 48 dias após o vencimento da fatura original em períodos normais.

7. Estoques

	31/03/2021	31/12/2020
Materiais para estações de tratamento	5.935	6.984
Materiais para juntas e proteção de tubos	15	24
Materiais e equipamentos elétricos	3.515	4.003
Tubos, conexões para redes e adutoras	34.312	34.381
Materiais para ligações prediais	1.815	1.634
Hidrômetros	9.159	11.872
Válvulas e registros	7.798	7.297
Conjunto motor bomba	1.862	2.009
Materiais diversos	3.997	3.970
(-) Provisão para Perda Estoque	(5.393)	(21.678)
	<u>63.015</u>	<u>50.496</u>

A movimentação na perda em estoques, constituída conforme descrito na nota 2.3, foi como segue:

Saldo em 31/12/2020	<u>(21.678)</u>
Constituição/Reversão de Provisão para perdas em Estoque (nota 30)	<u>16.285</u>
Saldo em 31/03/2021	(5.393)

8. Tributos a Recuperar

	31/03/2021	31/12/2020
IRPJ (a)	9.813	9.813
CSLL (a)	2.574	2.574
IRRF	2.291	2.148
Receita Federal (b)	4.016	4.015
	<u>18.694</u>	<u>18.550</u>

- (a) Refere-se a Saldo Negativo de IRPJ e CSLL (pagamentos a maior por estimativa mensal);
 (b) Refere-se a pedido de restituição do PAES e pagamento indevido de parcelamento previdenciário.

9. Despesas Antecipadas e Adiantamentos

	31/03/2021	31/12/2020
Circulante		
Prêmios de Seguros	77	154
Fundo Invest. Direitos Creditórios - FIDC IV (a)	11.510	11.478
Adiantamentos para pós graduação	29	29
Adiantamentos para viagens	565	536
Adiantamentos de férias	4	8.521
Adiantamento 13º salário	9.140	4
Remuneração Contratual	6.898	6.898
Gastos com emissão de ações	2.694	2.689
	<u>30.917</u>	<u>30.309</u>
Não Circulante		
Remuneração Contratual (b)	191.078	192.803
	<u>191.078</u>	<u>192.803</u>

(a) Refere-se aos valores de amortização e encargos pagos antecipadamente pela Saneago conforme Regulamento FIDC IV.

(b) Referem-se ao pagamento de indenização pela renovação antecipada junto aos municípios de Goiânia, Anápolis e Águas Lindas, sendo que os valores serão amortizados em 30 anos (prazo contratual).

10. Subdelegação

Para cumprimento dos Contratos de Programa celebrados entre a Saneago e os municípios de Aparecida de Goiânia, Jataí, Rio Verde e Trindade, a Companhia optou em subdelegar a prestação dos serviços de esgotamento sanitário através de procedimento licitatório, sendo vencedora a empresa então denominada Foz Goiás Saneamento S.A, (posteriormente denominada Odebrecht Ambiental) cujo contrato nº 1327/2013 efetivou-se em 19 de julho de 2013.

A operação definitiva dos serviços iniciou-se em novembro de 2013 com vigência prevista até 01 de novembro de 2041.

Em 25 de abril de 2017 foi concluída a operação de alienação da totalidade das ações da Odebrecht Ambiental à Brookfield Partners LP, constituindo a nova holding denominada BRK Ambiental Participações S.A, sendo o contrato 1327/2013 operado pela BRK Ambiental Goiás S.A. Esta operação foi feita mediante anuência prévia da Saneago, sendo que a documentação atinente à regularidade jurídica atualmente está sob análise pela Companhia.

O contrato integra a prestação regionalizada realizada pela Saneago e possui as seguintes características:

- Entidade reguladora a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR e intervenientes anuentes os municípios de Aparecida de Goiânia, Jataí, Rio Verde e Trindade;
- Pagamento de outorga à Saneago de R\$ 273.000 em 30 (trinta) parcelas anuais, devidamente atualizadas pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Final);
- Atendimento e ampliação dos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgotos sanitários, em 6 (seis) anos, devendo a universalização atingir no mínimo 90% (noventa por cento) da população atendida com abastecimento público de água;
- Ação Comercial Integrada, sob gestão da Saneago, dos serviços públicos de água e esgotamento sanitário, na área da subdelegação, sendo de responsabilidade da subdelegatária o cadastro de usuários, execução de leitura de hidrômetros, emissão e entrega simultânea de contas/faturas únicas para cobrança, corte e religação de água, micromedição entre outras atividades acessórias relacionadas à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Os valores referentes à outorga estão registrados no Ativo Circulante proporcionalmente à duração do contrato e devidamente atualizados pelo IPCA, em contrapartida ao Resultado do Exercício. Os investimentos realizados pela subdelegatária e não amortizados estão registrados no Ativo Não Circulante, representando um direito de recebimento pela Saneago, e em contrapartida no Passivo Não Circulante, que representa uma obrigação da Saneago perante a subdelegatária.

Subdelegação	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Outorga	13.961	10.450	526	1.616
	Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Investimentos Sistema de Esgoto	866.656	839.500	866.656	839.500
Total	880.617	849.950	867.182	841.116

11. Outras Contas a Receber

	31/03/2021	31/12/2020
Circulante		
Depósitos em garantia	18	18
Consórcio	375	375
Adiantamentos Diversos	384	396
(-) Provisão para Perdas	(375)	(375)
	<u>402</u>	<u>414</u>
Não circulante		
Contratos sem Concessão (a)	32.765	32.765
(-)Perdas Estimadas p/ Créditos	(32.765)	(32.765)
	<u>-</u>	<u>-</u>

(a) Contratos sem Concessão.

A Companhia está discutindo judicialmente os contratos de concessões de serviços de fornecimento de água e esgoto dos municípios abaixo:

Caldas Novas

Em face da retomada dos sistemas pelo município em 27 de junho de 1995, a Saneago ajuizou ação de indenização, Processo nº 0033803.68.1995.8.09.0051. Em abril/2020 foi remetido os autos ao Superior Tribunal de Justiça para julgar o agravo em recurso especial interposto pela Saneago. Em 06 de maio de 2020 o processo foi concluso para decisão do Presidente do STJ. Em 02 de outubro de 2020 o STJ conheceu do Agravo em Recurso Especial, mas negou provimento, mantendo, assim o acórdão do TJGO.

O processo retornou a vara de origem e a empresa aguarda o recebimento pelo juiz responsável.

Catalão

O município conseguiu retomar o sistema por medida judicial, sendo que a Saneago obteve resultados desfavoráveis, não havendo a possibilidade de retomada do sistema. Foi proposta ação através do Processo nº 37532.36.2016.8.09.0029. Em setembro de 2019 foi solicitado pelo procurador da SAE - Superintendência Municipal de Água e Esgoto de Catalão a habilitação para acesso ao processo eletrônico. Em 02 de junho de 2020 os autos foram conclusos para despacho do Juiz, que poderá designar novo perito para o caso.

12. Depósitos Judiciais

	31/03/2021	31/12/2020
Depósitos Judiciais	21.108	16.069
	<u>21.108</u>	<u>16.069</u>

A variação no saldo de depósitos judiciais refere-se, principalmente, à ação trabalhista ajuizada pelo STIUEG, sindicato dos trabalhadores nas indústrias urbanas no estado de Goiás, sob o processo 0011549-64.2017.5.18.0008 e por ação de desapropriação proposta pela Saneago através do processo 0269050-3.2011.8.09.0137. Foi depositado o montante de R\$ 1.871 e R\$ 1.723, respectivamente.

13. Tributos Diferidos

	31/03/2021				31/12/2020			
	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	Total	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	Total
Tributos Diferidos Ativos								
PCLD-Créditos a Receber	118.981	29.745	10.708	40.453	123.983	30.995	11.158	42.153
Prov. Perda de Estoque	5.393	1.348	485	1.833	21.679	5.420	1.951	7.371
Prov. Perda Investimento	564	141	51	192	564	141	51	192
Prov. Contingências	257.097	64.274	23.139	87.413	145.596	36.399	13.104	49.503
Prov. Perdas de Outros Créditos	375	94	34	128	375	94	34	128
Prov. Contratos Sem Concessão	32.765	8.191	2.949	11.140	32.765	8.191	2.949	11.140
Prov. Perdas de Obras	128.347	32.087	11.551	43.638	128.347	32.087	11.550	43.637
Obrigações Atuariais	37.202	9.300	3.348	12.648	37.202	9.300	3.348	12.648
Provisão para PLR	33.635	8.409	3.027	11.436	33.635	8.409	3.027	11.436
Prejuízo Fiscal IRPJ(a)	19.872	4.962	-	4.962	41.823	10.432	-	10.432
Prejuízo Fiscal CSLL(a)	264.303	-	23.787	23.787	286.131	-	25.752	25.752
Total	898.534	158.551	79.079	237.630	852.100	141.468	72.924	214.392
Tributos Diferidos Passivos								
Depreciação contábil x fiscal	271.404	67.851	24.426	92.277	240.675	60.169	21660	81.829
Ajuste de Avaliação Patrimonial	50.477	12.619	4.543	17.162	50.477	12.619	4.543	17.162
	321.881	80.470	28.969	109.439	291.152	72.788	26.203	98.991
Total Tributo Diferido Líquido				128.191				115.401

Com base nos estudos e nas perspectivas futuras de crescimento, a Companhia mantém registrado seu ativo fiscal limitado ao menor valor entre o montante de lucros futuros e o montante de tributos a serem compensados pela realização das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal.

Abaixo, a projeção de realização do ativo fiscal diferido relativo ao prejuízo fiscal:

Ano	Expectativa de Realização			Soma
	IRPJ	CSLL		
2021	10.432	25.572		36.004

Movimentação do Imposto Diferido

Saldo mantido no ativo fiscal diferido em 31/12/2020	115.401
(+) Realização de ativo fiscal diferido - Resultado	23.238
(+) Realização de ativo fiscal diferido - Patrimônio Líquido	-
(-) Realização de passivo fiscal diferido - Patrimônio Líquido	(10.488)
Saldo mantido no ativo fiscal diferido em 31/03/2021	128.191
Reversão no resultado do exercício em 31/03/2021	
Lucro antes dos impostos	14.444
Alíquota combinada 34%	4.911
(+/-) IRPJ/CSLL sobre adições e exclusões permanentes/temporárias e prejuízo fiscal	7.879
Reversão no resultado do exercício	12.790

14. Investimentos

A Companhia possui cotas de investimentos em algumas empresas onde não exerce influência significativa no montante de R\$ 573, os quais estão contabilizados pelo método de custo. No entanto, a Companhia reconhece uma provisão para impairment por não ter expectativa de realização dos investimentos.

Descrição	31/03/2021	31/12/2020
Comurg	515	515
Metrobus	46	46
Outros	12	12
	<u>573</u>	<u>573</u>
Provisão p/ Perdas	(564)	(564)
	<u>9</u>	<u>9</u>

15. Imobilizado

	31/03/2021	31/12/2020
Bens de Uso Geral	172.281	171.898
Bens de Uso Geral em Andamento(a)	162.105	160.765
Bens Custo Atribuído	64.820	64.839
Bens de Uso Geral - Leasing	7.242	7.241
Aportes a Realizar - Consórcio Corumbá	46.624	47.303
Regularização Fundiária	222	222
Direito de Uso - Veículos (nota 15.2)	57.142	57.142
Deprec. Acumulada - Direito de Uso (nota 15.2)	(30.001)	(26.238)
Deprec. Acumulada Geral	(105.210)	(103.199)
Deprec. Acumulada - Custo Atribuído	(14.361)	(14.379)
Deprec. Acumulada - Leasing	(5.190)	(5.011)
	<u>355.674</u>	<u>360.583</u>

(a) Composição dos bens de uso geral em andamento:

	31/03/2021	31/12/2020
Bens de Uso Geral (Andamento)	102.228	100.948
Bens de Uso Geral PAC (Andamento)	59.877	59.817
	<u>162.105</u>	<u>160.765</u>

15.1 Imobilizado Técnico

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

Imobilizado Técnico	Saldo 31/12/2020	Adição	Baixa	Deprec.	Movimento Período	Saldo 31/03/2021
Bens de Uso Geral	171.898	459	(76)	-	-	172.281
Bens de Uso Geral em Andamento	160.765	1.340	-	-	-	162.105
Bens Custo Atribuído	64.839	-	(19)	-	-	64.820
Bens de Uso Geral - Leasing	7.241	-	-	-	-	7.241
Aportes a Realizar - Cons. Corumbá	47.302	-	-	-	(678)	46.624
Regularização Fundiária	223	-	-	-	-	223
Deprec. Acumulada Geral	(103.199)	-	72	(2.082)	-	(105.209)
Deprec. Acumulada - C. Atribuído	(14.379)	-	19	(1)	-	(14.361)
Deprec. Acumulada - Leasing	(5.011)	-	-	(180)	-	(5.191)
	<u>329.679</u>	<u>1.799</u>	<u>(4)</u>	<u>(2.263)</u>	<u>(678)</u>	<u>328.533</u>

15.2 Direito de Uso - Arrendamento

A Saneago aplicou os requisitos do CPC 06 (R2) / IFRS 16 a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2019, conforme nota explicativa 18 d.

	31/03/2021	31/12/2020
Direito de Uso - Veículos	57.142	57.142
Deprec. Acumulada - Direito de Uso	(30.001)	(26.238)
	<u>27.141</u>	<u>30.904</u>

A movimentação do imobilizado Direito de Uso pode ser demonstrada como segue:

Imobilizado - Direito de Uso	Saldo 31/12/2020	Deprec. /Amort.	Movimento Período	Saldo 31/03/2021
Direito de Uso - Veículos	57.142	-	-	57.142
Deprec. Acum - Direito de Uso	(26.238)	(3.763)	-	(30.001)
Total	<u>30.904</u>	<u>(3.763)</u>	-	<u>27.141</u>

Conforme deliberação CVM N° 859, de 07 de junho de 2020 a Companhia revisou seus arrendamentos firmados de acordo com o CPC 06 (R2) e identificou que não houve modificações de contrato ou de pagamento dos Direitos de Usos e que esses ativos permaneceram em normal operação mesmo em meio ao cenário de Pandemia (COVID-19)

16. Ativo de Contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção, considerando a taxa efetiva dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

Ativos de Contratos	Saldo 31/12/20	Adição	Baixa	Movimento Período	Transf. P/ Intang.	Compras p/ Estoques	Aplicação de Estoque em Adições	Saldo 31/03/2021
Sistema de Água	253.634	6.797	-	-	(954)			259.477
Sistema de Esgoto	427.600	5.662	-	-	(3.606)			429.656
Estoque de Obras	48.918	-	-	(745)		1.766	(1.639)	48.300
	<u>730.152</u>	<u>12.459</u>	-	<u>(745)</u>	<u>(4.560)</u>	<u>1.766</u>	<u>(1.639)</u>	<u>737.433</u>

17. Intangível

	31/03/2021	31/12/2020
Sistema de Água	2.579.000	2.572.495
Sistema de Esgoto	2.805.910	2.801.866
Bens de Uso Geral	8.391	7.834
Software (Licenças)	37.528	34.189
Amortização Acumulada	(2.699.267)	(2.675.421)
Aportes a Realizar - Águas Lindas	55.401	55.544
Provisão Para Perdas (Impairment)	(128.347)	(128.347)
Operação Decantação (Nota 37)	(118.494)	(118.494)
Regularização Fundiária	39.859	38.427
Não Oneroso - Água	48.402	46.611
Não Oneroso - Esgoto	86.422	89.179
	<u>2.714.805</u>	<u>2.723.883</u>

A movimentação do intangível pode ser demonstrada como segue:

Intangível em uso	Saldo 31/12/20	Adição	Baixa	Deprec. Amort.	Movimento Período	Saldo 31/03/2021
Sistema de Água	2.572.495	8.172	(2.671)	-	1.004	2.579.000
Sistema de Esgoto	2.801.865	438	-	-	3.606	2.805.910
Bens de Uso Geral	7.834	556	-	-	-	8.390
Amortiz. Acumulada	(2.675.421)	-	1.756	(25.602)	-	(2.699.267)
Software (Licenças)	42.746	4.923	-	-	-	47.669
Amort. Software (Licenças)	(8.557)	-	-	(1.584)	-	(10.141)
Aportes a Realizar - Águas Lindas	55.544	-	-	-	(143)	55.401
Provisão Para Perdas (Impairment)	(128.347)	-	-	-	-	(128.347)
Operação Decantação (Nota 37)	(118.494)	-	-	-	-	(118.494)
Regularização Fundiária	38.427	1.482	-	-	(50)	39.859
Intangível não Oneroso - Água	113	-	-	-	8.881	8.994
(-) Subvenções/Assistências Governamentais	(110)	-	-	22	(8.881)	(8.969)
Amortização Bens não onerosos	(3)	-	-	(22)	-	(25)
Total	2.588.093	15.571	(915)	(27.186)	4.417	2.579.981
Intangível em andamento - Não Oneroso						
Não Oneroso - Água	46.611	1.792	-	-	-	48.403
Não Oneroso - Esgoto	89.179	6.123	-	-	(8.881)	86.421
Total	135.790	7.915	-	-	(8.881)	134.824
Total do Intangível	2.723.883	23.486	(915)	(27.186)	(4.463)	2.714.805

17.1) Subvenções Governamentais

Os saldos dos ativos imobilizado e intangível incluem bens constituídos com recursos próprios e ou adquiridos com repasses de verbas do OGU - Orçamento Geral da União e PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

Em 19 de dezembro de 2007 foram celebrados contratos de repasse entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal e o Governo do Estado de Goiás, objetivando a execução de ações relativas ao programa de serviços urbanos de água e esgoto em vários municípios, tendo como Interviente Executora a Saneago que celebrou convênio com vários municípios.

O objeto de cada convênio é estabelecer ação conjunta entre a Saneago e o Município, visando à execução das obras de complementação do sistema de esgoto sanitário e/ou sistema de abastecimento de água, bem como transferir o valor da contrapartida, de responsabilidade do Estado de Goiás, para a Companhia.

As devoluções são tratadas nos contratos de repasse, item 8.5.1, Cláusula oitava - Da execução financeira, conforme Manual de Instruções do PAC, nos seguintes casos:

- Quando não for executado o objeto pactuado no contrato;
- Quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
- Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no contrato;
- Quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com a vigência contratual, a consecução/ampliação do objeto e como contrapartida.

Nos casos acima, a efetivação da devolução dos recursos obedecerá às regras contratuais de inexecução, execução parcial do objeto ou desconformidades.

Os repasses por municípios estão discriminados abaixo:

Cidade	Contrato	31/12/2020	Ingresso PAC	Obras Concluídas/Outros	31/03/2021
Formosa	0218016-87	7.689	-	-	7.689
Stº Antônio do Descoberto	0218331-07	388	-	-	388
Cristalina	0226017-65	308	-	-	308
Goiânia - Meia Ponte	0226025-62	3.873	-	-	3.873
Valparaíso	0218021-51	-	-	-	-
Luziânia	0218328-52	1.465	-	-	1.465
Planaltina	0218330-94	63	-	-	63
Valparaíso	0218343-40	44	-	-	44
Novo Gama	0226015-46	129	-	-	129
Novo Gama	0226018-79	971	-	-	971
Goiânia - Vila Adélia	0226024-57	7.294	-	-	7.294
Luziânia	0226026-76	68.824	728	-	69.552
Luziânia	0231460-45	57	-	-	57
Trindade	0237772-43	1.189	-	-	1.189
Goiânia	0350788-10	40.315	-	-	40.315
Stº Antônio do Descoberto	0350796-17	2.687	-	-	2.687
Pirenópolis	0350884-88	1.422	-	-	1.422
Aparecida de Goiânia	0351738-28	3.094	3.252	-	6.346
Goiânia Jd Petrópolis SES	0408678-27	23.463	8.222	-	31.685
Anápolis SES	0408691-99	21.133	-	(8.881)	12.252
Total PAC		184.408	12.202	(8.881)	187.729
Outros Programas					
Adutora João Leite	1524/01	729	-	-	729
Adutora João Leite	0187/06	1.472	-	-	1.472
Amaralina - FUNASA	25	248	-	-	248
Nerópolis - ANA-PRODES	68/15	4.601	-	-	4.601
Pires do Rio - ANA PRODES	68/15	1.975	-	-	1.975
Campos Verdes FUNASA/SECIMA	TC650/20	383	-	-	383
Goiânia-Recuperação Florestal	0153005/16	604	-	-	604
Vianópolis	1288/14	131	-	-	131
Itapirapuã	1283/2014	51	-	-	51
Total Outros Programas		10.194	-	-	10.194
Total Geral		194.602	12.202	(8.881)	197.923

18 . Empréstimos e Financiamentos

BID

Os juros são pagos semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano, com taxa determinada pelo próprio BID a cada semestre. A taxa de juros do pagamento efetuado em 08 de abril de 2021 foi de 0,96 % ao semestre e 1,93% ao ano. As amortizações são em parcelas semestrais, com início em 11 de outubro de 2008 e término em 11 de outubro de 2027.

Debêntures 4ª Emissão

Em dezembro de 2017 fez-se instrumento particular de escritura da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da instrução da CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

A Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão fiduciária foram celebrados de acordo com a 351ª Reunião do Conselho de Administração da Saneago, realizada em 24 de novembro de 2017, e 352ª reunião do mesmo conselho em 15 de dezembro de 2017.

Quantidade de debêntures emitidas	Valor Unitário	Valor captado (R\$)
130.000	1.000	130.000.000

Conforme Instrumento Particular de Escritura, cláusula 4.1.4, esta operação contém restrições onde o Agente Fiduciário poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas (covenants). Tais índices financeiros relacionados à cobertura de dívida têm sua exigibilidade anual.

O índice financeiro a ser verificado anualmente estabelecido para a 4ª Emissão das debêntures é a razão entre a dívida líquida e EBITDA Ajustado menor ou igual a 3,0 e para o encerramento em 31 de março de 2021 a Companhia não descumpriu os índices financeiros relacionados à cobertura da dívida.

Debêntures 5ª Emissão

Em dezembro de 2018 fez-se instrumento particular de escritura da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do artigo 59 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e instrução da CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

A Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão fiduciária foram celebrados de acordo com a 370ª Reunião do Conselho de Administração da Saneago, realizada 08 de novembro de 2018.

Quantidade de debêntures emitidas	Valor Unitário	Valor captado (R\$)
250.000	1.000	250.000.000

Conforme Instrumento Particular de Escritura, cláusula 4.15.1, esta operação contém restrições onde o Agente Fiduciário poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas (covenants). Tais índices financeiros relacionados à cobertura de dívida tem sua exigibilidade anual.

O índice financeiro, a ser verificado anualmente, estabelecido para a 5ª Emissão das debêntures é a razão entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado menor ou igual a 3,0 e no encerramento em 31 de março de 2021 a Companhia não descumpriu os índices financeiros relacionados à cobertura da dívida.

Debêntures 6ª Emissão

Em setembro de 2019 fez-se instrumento particular de escritura da 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do artigo 59 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e instrução da CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

A Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão fiduciária foram celebrados de acordo com a 387ª Reunião do Conselho de Administração da Saneago, realizada em 24 de julho de 2019.

Quantidade de debêntures emitidas	Valor Unitário	Valor captado (R\$)
140.000	1.000	140.000.000

Conforme Instrumento Particular de Escritura, cláusula 4.15.1, esta operação contém restrições onde o Agente Fiduciário poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas as condições previstas contratualmente.

O índice financeiro estabelecido para a 6ª Emissão das debêntures é o EBTIDA Ajustado menor ou igual a 3,0 e deve ser verificado anualmente pela Emissora e acompanhado pelo Agente Fiduciário. Não houve descumprimento dos índices financeiros relacionados à cobertura da dívida até 31 de março de 2021.

Debêntures 8ª Emissão

Em novembro de 2020 fez-se instrumento particular de escritura da 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do artigo 59 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e instrução da CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

A presente Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão fiduciária foram celebrados de acordo com a 429ª Reunião do Conselho de Administração da Saneago realizada em 26 de novembro 2020.

Quantidade de debêntures emitidas	Valor Unitário	Valor captado (R\$)
220.000	1.000	220.000.000

Conforme Instrumento Particular de Escritura, cláusula 4.15.1, esta operação contém restrições onde o Agente Fiduciário poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas as condições previstas contratualmente.

O índice financeiro estabelecido para a 8ª Emissão das debêntures é o EBTIDA ajustado menor ou igual a 3,0, conforme exigência do instrumento particular de escritura da 8ª emissão de debêntures, a ser verificado anualmente pela Emissora e acompanhado pelo Agente Fiduciário a partir de dezembro de 2020.

Conforme Comunicado ao mercado divulgado em 11 de dezembro de 2020 em cumprimento ao disposto no artigo 157, §4º, da Lei nº 6.404/1976 e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 358/2002, a Fitch Rating Brasil Ltda revisou o rating da Companhia e afirmou o Rating Nacional de Longo Prazo da Saneago e de suas emissões de debêntures para 'A-(bra)' - (A menos (bra)), com perspectiva do rating corporativo para Estável.

Não houve descumprimento dos índices financeiros relacionados à cobertura da dívida até 31 de março de 2021.

BNDES

Os respectivos contratos de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES contêm cláusulas restritivas, com acompanhamento anual, que protegem o interesse do credor estabelecendo condições que não devem ser descumpridas (covenants) que não foram integralmente atendidas, relacionada à cobertura da dívida e capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo. A Administração obteve em 20 de dezembro de 2019 junto a Instituição Financeira, a extinção da exigibilidade do cumprimento dos índices econômico-financeiros a partir de 31 dezembro de 2019.

FIDC IV

Em assembleia geral realizada em 05 de junho de 2017, conforme previsto no Artigo 50, alínea (e) do Regulamento do Fundo, houve criação do evento de avaliação de índice de monitoramento da Saneago, estabelecendo condições que não devem ser descumpridas e que podem implicar em vencimento antecipado da dívida se não forem integralmente atendidas, relacionadas à cobertura da dívida, vigorando a partir do encerramento do 2º semestre de 2017.

Não houve descumprimento dos índices financeiros, a ser verificado semestralmente relacionados à cobertura da dívida até 31 de março de 2021.

Banco do Brasil

Em 20 de dezembro de 2017 foi assinada Cédula de Crédito Bancário - CCB N° 330.701.235 entre a Saneago e o Banco do Brasil. Conforme a Cédula de Crédito Bancário, Cláusula Décima contém restrições onde o Banco poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas.

Cabe ressaltar que os indicadores financeiros têm acompanhamento anual. Na posição de 31 de março de 2021 a Companhia não descumpriu os índices financeiros relacionados à cobertura da dívida.



18.a Demonstrativo Empréstimos e Financiamentos

Banco	Tipo	Contrato	Início	Venc.	Taxa contratual anual	Custos de Transação	Custos de Transação a apropriar	Captação	Garantia	31/03/2021	31/12/2020
BRASIL	Empréstimo	330701235	27/12/2017	06/01/2026	2,9% + CDI	940	124	30.000	a)	15.678	17.559
IBM	Empréstimo	Arrendamento Mercantil	28/07/2016	27/07/2021	3,48% + CDI	-	-	-	c)	232	404
FIDC IV	Empréstimo	FIDC	15/12/2015	15/12/2022	**	47.828	13.614	600.000	j)	189.311	216.176
Cotas Subordinadas FIDC IV	Empréstimo	Cotas Subordinadas				-	-	-		(87.255)	(86.711)
CEF	Financiamento	Vários		2024	5,73% + TR	-	-	-	d)	5.360	5.753
CEF	Financiamento	410461-57	31/12/2013	14/05/2037	8,5% + TR	-	-	132.760	e)	4.805	4.849
CEF	Financiamento	0410526-20	31/12/2013	14/04/2037	8,5% + TR	-	-	36.410	e)	26.116	26.356
CEF	Financiamento	0410517-19	14/02/2014	14/05/2037	8,5% + TR	-	-	18.265	e)	5.408	5.446
CEF	Financiamento	0410538-64	27/03/2015	14/05/2037	8,5% + TR	-	-	51.544	e)	40.775	41.188
CEF	Financiamento	26340190232-94	29/06/2006	30/04/2028	12% + TR	-	-	3.185	c)	1.961	1.916
CEF	Financiamento	26340190233-07	29/06/2006	30/06/2030	12% + TR	-	-	39.214	c)	23.452	22.820
CEF	Financiamento	2635248557-66	30/06/2008	12/11/2030	8,5% + TR	-	-	6.600	c)	3.678	3.748
CEF	Financiamento	2634248555-47	09/10/2009	14/06/2031	9% + TR	-	-	10.000	c)	6.039	6.222
CEF	Financiamento	2634248548-42	30/12/2009	14/06/2031	9% + TR	-	-	11.882	c)	5.416	5.582
BID	Financiamento	1414/OC	11/12/2002	11/10/2027	5,82% + VC	-	-	\$ 47.000	k)	104.386	94.448
BNDES	Financiamento	11208021	14/12/2011	15/12/2021	2,51% + TJLP	-	-	31.154	f)	405	540
BRASIL	Financiamento	40/01033-3	10/09/2012	01/04/2022	10,00%	-	-	2.360	g)	320	414
BRASIL	Financiamento	40/00984-x	20/12/2012	01/01/2028	2,94%	-	-	6.846	g)	4.729	4.896
Custos de Transação	Empréstimo	Custos de Transação				-	-	-		(13.738)	(15.720)
						48.768	13.738	1.027.220		337.078	355.886
									Circulante	137.560	134.637
									Não Circulante	199.518	221.249

* A Elevação da dívida com o BID refere-se à variação cambial conforme demonstrado na nota 3.1 a.

**3% + CDI ou IPCA + 8,9

18.b Demonstrativo Debêntures

Debêntures	Início	Venc.	taxa contratual anual	Custos de Transação	Custos de Transação a apropriar	Valor Captado	Garantias	31/03/2021	31/12/2020
Debêntures 4º Emissão	28/12/2017	15/12/2021	2,95% aa + CDI	1.448	84	130.000	b)	37.835	50.438
Debêntures 5º Emissão	15/11/2018	16/11/2023	2,5% aa + CDI	4.296	1.548	250.000	h)	186.465	203.910
Debêntures 6º Emissão	23/09/2019	23/09/2024	1,2% aa + CDI	3.226	1.802	140.000	i)	140.148	140.103
Debêntures 8º Emissão	27/11/2020	27/11/2025	2,45% aa + CDI	1.254	844	-	i)	220.132	220.150
Custos de Transação Debêntures								(4.278)	(4.994)
				<u>10.224</u>	<u>4.278</u>	<u>520.000</u>		<u>580.302</u>	<u>609.607</u>

Circulante 132.549 133.409
 Não Circulante 447.753 476.198

Descrição	Saldo
Empréstimos e Financiamentos	337.078
Debêntures	<u>580.302</u>
	917.380

- a) Vinculação da arrecadação de 20% do saldo devedor no final de cada mês;
- b) Vinculação da arrecadação de 150% de cada parcela vincenda;
- c) Alienação do bem ao Agente Financeiro;
- d) Vinculação da arrecadação de 2,2%;
- e) Vinc. Conta reserva equivalente a 3 vezes o Serv. Dívida mensal do CT.
- f) Vinculação da arrecadação de R\$ 2 milhões, corrigido;
- g) Vinculação da arrecadação de 10% do saldo devedor no final de cada mês;
- h) Vinculação da arrecadação de 120% de cada parcela vincenda;
- i) Vinculação da arrecadação de 110% de cada parcela vincenda;
- j) Vinculação da arrecadação de 45%;
- k) Aval do Estado de Goiás.

Demonstrativo do Não Circulante por faixa de vencimento	31/03/2021
2022	259.640
2023	207.181
2024	130.591
2025 em diante	155.130
Cotas Subordinadas FIDC IV	(87.255)
Custos de Transação	(18.016)
	647.271

18.c Movimentação efetuada nos Empréstimos e Financiamentos

	01/01/21 a 31/03/21			01/01/20 a 31/03/20		
	Captações	Pagamentos de Amortizações e encargos	Encargos do Período	Captações	Pagamentos de Amortizações e encargos	Encargos Período
Financiamentos Internos	-	(5.387)	1.981	-	(5.616)	2.270
Banco Interam. de Desenvolvimento-BID	-	-	9.938	-	-	25.141
Banco IBM -Leasing	-	(240)	68	-	(233)	70
Fundo Inv. Dir.Cred. Saneago INFR. IV	-	(33.434)	6.569	-	(36.499)	9.691
Cotas Subordinadas FIDC IV	-	-	(543)	-	-	(978)
Convênios	-	(755)	1.013	-	(984)	969
Debêntures	-	(35.965)	5.945	-	(20.124)	7.560
Custo de Transação	-	-	2.698	-	-	2.629
Sub Total	-	(75.781)	27.669	-	(63.456)	47.352
Arrendamento - Veículos	-	(4.014)	744	-	(3.963)	1.065
Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-	(45)	-	-	(207)
Total	-	(79.795)	28.368	-	(67.419)	48.210
Juros Capitalizados			(213)			(463)

18.d Arrendamento - Veículos

A norma (CPC 06(R2)/IFRS 16), estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que o arrendatário contabilize os arrendamentos conforme um único modelo, ou seja, reconhecendo um Ativo de Direito de Uso ("Ativo de Arrendamento") igual a um Passivo de Arrendamento, a menos que os arrendamentos sejam de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e de baixo valor.

A política contábil adotada pela Companhia para adoção do CPC 06 (R2), foi a indicada pelo Ofício CVM SNC\SEP 02/19 e ofício OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2020, ou seja, inclusão da inflação na projeção futura dos fluxos de caixa contratuais.

A partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2019, a Saneago reconheceu os seguintes arrendamentos:

Contratos - Veículos	Pagamentos Futuros	Impacto da taxa de desconto	Direito de uso de ativos	Passivo de arrendamento
1557/2017	6.256	(629)	5.627	5.627
97/2018	11.822	(1.346)	10.476	10.476
104/2018	1.081	(123)	958	958
119/2018	10.560	(1.245)	9.315	9.315
273/2018	12.802	(1.536)	11.266	11.266
309/2018	21.349	(2.499)	18.850	18.850
Total	63.870	(7.378)	56.492	56.492

O passivo de locação total reconhecido no balanço patrimonial em 31 de março de 2021, e o compromisso de locação operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2020 podem ser reconciliados da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Apropriação de juros	Amortizações	31/03/2021	31/12/2020
Veículos	32.091	744	(4.014)	28.821	32.091
			Circulante	15.617	14.837
			Não Circulante	13.204	17.254
				<u>28.821</u>	<u>32.091</u>

19. Obrigações Trabalhistas

	31/03/2021	31/12/2020
Circulante		
Pensão Alimentícia e Rescisões	134	169
PREVSAN	-	24
CAESAN	6	6
Empréstimos Consignados	-	9
SESI, SENAI	2.454	2.472
Férias a pagar	58.286	59.541
13º Salário a Pagar	11.455	617
FGTS sobre férias e 13º salário	9.300	10.525
INSS a recolher salários	16.067	17.164
Provisão de INSS Férias e 13º salário	20.085	17.147
Programa de Desligamento Voluntário (a)	1.264	1.967
Participação nos Resultados	33.771	34.160
	<u>152.822</u>	<u>143.801</u>

a) Refere-se aos valores de vale alimentação e assistência médica garantidos pelo Programa de Desligamento Voluntário.

20. Obrigações Tributárias

	31/03/2021	31/12/2020
Circulante		
COFINS	12.727	13.119
Contribuição Social	1.648	-
INSS Prestação de Serviços	1.736	2.414
IRPJ	4.600	-
IRRF Folha de Pagamento e Serviços	6.432	13.037
ISS	770	1.036
Parcelamento junto à Receita Federal (a)	870	870
PIS a Recolher	2.736	2.833
Retenções de Contribuições Federais	422	504
	<u>31.941</u>	<u>33.813</u>
Não circulante		
Parcelamento junto à Receita Federal (a)	<u>7.087</u>	<u>7.314</u>

(a) Receita Federal do Brasil

INSS - Débitos

Previdenciários

A Companhia aderiu ao programa especificado na Lei 13.496/2017, que regulamentou o Programa Especial de Recuperação Tributária - PERT junto à Receita Federal do Brasil e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Com isso, após a desistência no processo judicial nº 200935000107769, que incidiu contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de vale alimentação nas competências de 01/2004 a 12/2005, decorrente do não cadastramento no Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT, realizou o parcelamento com início em 09/2017 e término previsto para 01/2030:

	Principal	Multa	Juros	Encargos/ Honorários	Total
Parcelamento	6.928	3.769	3.589	3.591	17.877

21. Parcelamentos

	Descrição	Início	Final	Qtde Parcelas	Atualização	31/03/2021	31/12/2020
I	AGR - Agência Goiana de Regulação T.A.0255/15	10/12/2015	10/12/2030	180	a)	11.279	11.432
II	AGR - Agência Goiana de Regulação T.A 054/18	10/05/2018	10/04/2033	180	a)	4.262	4.301
III	Prefeitura Municipal de Goiânia	23/06/2018	21/09/2021	20	-	1.065	1.574
IV	STIUEG - Sindicato dos Trabalhadores	06/08/2020	08/03/2021	8	-	-	1.594
V	Prosul Projetos Supervisão e Planejamento	03/01/2021	03/05/2021	5	-	225	1.127
	Outros					18	155
						16.849	20.183
	Circulante					2.134	5.252
	Não Circulante					14.715	14.931

a) Atualização e juros mensais de 1,0% a.m.

I) AGR - Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos

Em 10 de dezembro de 2015, a Companhia firmou Termo de Adesão e Parcelamento de Crédito nº 255/15, com fulcro na Lei nº 18.109 de 25 de julho de 2013, modificada pela Lei 18.957 de 16 de julho de 2015.

O montante engloba saldos remanescentes dos Termos de Adesão nº 024/2011 e 0102/2013 referente à Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização - TRCF de períodos anteriores e Autos de Infração relacionados a não cumprimento de requisitos regulatórios.

Total Consolidado	
Principal	10.808
Multa Formal	2.797
Multa	42
Juros	<u>133</u>
	13.780

II) AGR - Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos
Em 10 de maio de 2018, a Companhia firmou Termo de Adesão e Parcelamento de Crédito nº 054/2018, com fulcro na Lei nº 18.109 de 25 de julho de 2013, modificada pela Lei 19.906 de 14 de julho de 2017, que dispõe sobre redução de juro e multa moratória, bem como correção monetária. O débito parcelado foi de R\$ 4.667 e refere-se a Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização - TRCF em períodos entre 2016 e 2017.

III) Prefeitura Municipal de Goiânia

Em 24 de abril de 2017, firmou-se Termo de Acordo entre a Saneago e a Prefeitura Municipal de Goiânia, no valor de R\$ 16.089, sendo R\$ 12.484 relativos à contraprestação pela concessão dos serviços e R\$ 3.605 referente às medições do corte de asfalto do período de 2011 a 2016.

IV) STIUEG - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás

Em 06 de agosto de 2020, a Companhia assinou termo de acordo judicial junto ao Stieug decorrente de ação trabalhista movida pelo Sindicato pleiteando a integração das diárias recebidas acima do percentual de 50% do salário base dos substituídos com devidos reflexos em horas extras, 13º salário, férias e FGTS.

V) PROSUL - Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda

Em 20 de dezembro de 2020 foi realizado acordo judicial junto à Prosul - Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda referente ao processo nº 0020716-83.2011.8.09.0051. O acordo refere-se ao pagamento de encargos moratórios das medições dos contratos 64/2006 e 1242/2008.

21.1 Obrigações Contratuais

	Descrição	Início	Final	Qtd Parc	31/03/2021	31/12/2020
I	Município de Águas Lindas	28/12/2018	11/10/2019	4	15.220	15.220
					15.220	15.320

I) Município de Águas Lindas

Em 28 de dezembro de 2018 a Saneago firmou Termo de Acordo com o município de Águas Lindas no qual se compromete a repassar ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Infraestrutura - FMSAI de Águas Lindas, a importância de R\$ 20.293, sendo este valor a título de compensação pelo vencimento antecipado do Contrato de Concessão nº 170/2000 e mediante celebração de Contrato de Programa. Os recursos deverão ser utilizados para obras de esgotamento sanitário no município e estão condicionados ao efetivo cumprimento do cronograma de obras, sendo que, conforme execução das obras, até 31/03/2021 realizou-se o pagamento somente da primeira parcela.

22. Negócios Controlados em Conjunto - Consórcios

	31/03/2021	31/12/2020
Passivo Não circulante		
Consórcio Águas Lindas (a)	978	619
Consórcio Corumbá (b)	47.494	47.861
	48.472	48.480

a) Consórcio Águas Lindas

As Companhias Saneago e Caesb constituíram o Consórcio Águas Lindas em 07 de abril de 2003, inscrito no CNPJ 05.966.179/0001-50, com sede na Quadra 45, Conjunto B, Lote 36 a 38, Salas 01 a 04, Setor 01, município de Águas Lindas de Goiás, CEP 72.910-000. O prazo de duração do Consórcio é de 31 (trinta e um) anos, renováveis por igual período e está vinculado ao contrato de concessão existente entre o município e as companhias consorciadas.

O consórcio tem por objetivo específico traçar as diretrizes para efetivação dos estudos, análises e providências para exploração econômica e implementação de infraestrutura de saneamento, em todas as suas fases e processos, incluindo a implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Águas Lindas de Goiás.

O controle financeiro do Consórcio (contas bancárias e contas a receber) é realizado pela consorciada Saneago, sendo a Gestão do Consórcio compartilhada pelas consorciadas através de um conselho deliberativo paritário. As despesas e os investimentos são realizados pelas consorciadas e apresentadas em encontro de contas mensais, onde uma consorciada aprova o encontro de contas apresentado pela outra.

Este consórcio se enquadra na modalidade operação em conjunto (joint operation). Segundo o CPC 19 itens 14 e 15, as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos. Conforme o estatuto, a participação das consorciadas é igualitária em 50%, no entanto a mesma está desproporcional. Em 28 de fevereiro de 2021 a consorciada Caesb detém 50,05% e a Saneago 49,95%, (em 31 de dezembro de 2020 a consorciada Caesb detém 52,82% e a Saneago 47,18%), sendo que a diferença está reconhecida no passivo não circulante da Saneago.

Balanco Patrimonial - Consórcio Águas Lindas					
	28/02/2021	31/12/2020		28/02/2021	31/12/2020
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.339	1.495	Aportes a Realizar - Fornecedores	3.155	2.312
Créditos a Receber de Usuários	14.509	14.716	Obrigações Trabalhistas	480	464
Despesas Antecip. e Adiant.	677	677	Outras Obrigações	16.550	16.550
Almoxarifado	314	410		20.185	19.326
	16.839	17.298			
Não circulante			Não circulante		
Ativo Realizável a Longo Prazo			Provisão para Demandas Judiciais	370	370
Contas a Receber de Usuários	975	861		370	370
Depósitos Judiciais	225	225			
Despesas Antecipadas	18.151	18.264			
	19.351	19.350			
Imobilizado e Intangível			Patrimônio Líquido		
Imobilizado	111	115	Fundo de Participação - SANEAGO	79.539	84.821
Intangível	88.361	88.695	Fundo de Participação - CAESB	79.696	94.961
Ativo de Contrato	72.838	72.831	Reservas de Lucros	20.450	-
	161.310	161.641		179.685	179.782
Total do ativo	197.500	198.289	Total do passivo	200.240	199.478

b) Consórcio Corumbá

As Companhias Saneago e Caesb constituíram o Consórcio Corumbá em 17 de setembro de 2009, inscrito no CNPJ 18.801.675/0001-03, com sede na Rua Recife, Quadra 184 Lote Área Especial, Parque Marajó, município de Valparaíso de Goiás. Sua constituição está embasada nos artigos 278 e 279 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

O consórcio tem por objeto exclusivo a implantação, operação e manutenção conjunta do empreendimento denominado Sistema Produtor de Água Corumbá e visa atender as demandas dos serviços públicos de abastecimento de água dos municípios de Luziânia, Valparaíso de Goiás, Novo Gama e Cidade Ocidental no Estado de Goiás, e das cidades satélites Gama e Santa Maria no Distrito Federal.

Sua administração é exercida por um conselho diretor que tem dez membros com representação paritária e por uma Gerência Executiva que constituirá unidade de gestão administrativa e operacional dirigida por dois gestores. O prazo de duração é de 30 (trinta) anos renováveis por períodos iguais e sucessivos. Em 28 de fevereiro de 2021 a consorciada Caesb detém 61,11% e a Saneago 38,89%, (em 31 de dezembro de 2020 a consorciada Caesb detém 61,12% e a Saneago 38,88%), sendo que a diferença está reconhecida no passivo não circulante da Saneago.

Balanco Patrimonial - Consórcio Corumbá					
	28/02/2021	31/12/2020		28/02/2021	31/12/2020
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
			Aportes a realizar - Fornecedores	1.403	1.414
	-	-		1.403	1.414
Não circulante					
Ativo Realizável a Longo Prazo					
Imobilizado					
Bens de uso geral	13.207	13.207	Patrimônio Líquido		
Obras em andamento	384.536	383.140	Fundo de Participação - SANEAGO	166.921	166.212
Obras em andamento - PAC	32.584	32.525	Fundo de Participação - CAESB	262.260	261.246
	430.327	428.872	Prejuízos do Exercício	(257)	-
				428.924	427.458
Total do ativo	430.327	428.872	Total do passivo	430.327	428.872

23. Adiantamento Contratual

Contratação de instituição bancária, privada, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação de serviços para processar créditos de pagamentos de salários, férias, adiantamentos de viagens, pensões e similares dos empregados da Saneago, nas condições estabelecidos no Edital e seus anexos. A contratada pagou à Saneago pelo serviço licitado a quantia de R\$ 9.970 em parcela única, sendo o prazo de vigência do contrato de 60 (sessenta) meses a partir de 1 de junho de 2017.

24. Outras Contas a Pagar

	31/03/2021	31/12/2020
Circulante		
Cauções	799	810
Outras contas (a)	24.848	14.919
	25.647	15.729

(a) Refere-se principalmente a despesas de remuneração contratual (conforme nota 34.2b), reposição de massa asfáltica devida ao município de Goiânia e água tratada adquirida cujo serviço foi prestado até 31 de março de 2021.

25. Provisão para Demandas Judiciais

	31/03/2021	31/12/2020
Processos Cíveis	139.510	55.385
Processos Tributários	16.983	7.137
Processos Trabalhistas	100.031	81.984
AGR - Agência Goiana de Regulação	572	1.090
	<u>257.096</u>	<u>145.596</u>

Abaixo a movimentação das provisões:

	Saldo 31/12/2020	Provisões/Reversões Reconhecidas	Saldo 31/03/2021
Processos Cíveis a)	55.385	84.125	139.510
Processos Tributários	7.137	9.846	16.983
Processos Trabalhistas b)	81.984	18.047	100.031
AGR - Agência Goiana de Regulação	1.090	(518)	572
Total	<u>145.596</u>	<u>111.500</u>	<u>257.096</u>

Conforme o melhor prognóstico dos advogados responsáveis pelas causas, de acordo com Instrução Normativa da Companhia, as causas que tiveram maior impacto foram:

a) Minaçu

Trata-se de multa ambiental datada de 2002 com inscrição em dívida ativa do município e para o qual foram, dentro das matérias possíveis de discussão, opostos embargos à execução. Os embargos foram julgados improcedentes, no entanto havia expectativa de reversibilidade desta decisão por meio de interposição de recurso pela Saneago. O prognóstico de perda antes possível, foi alterado para provável fundamentado no não reconhecimento em 15 de janeiro de 2021 do recurso interposto aos embargos e na conjuntura processual atual cujos recursos cabíveis não tem capacidade de afastar questões de mérito.

b) STIUEG

Em março de 2021 o Sindicato dos Trabalhadores Urbanitários do Estado Goiás ajuizou três ações coletivas, que discutem o descanso dos operadores de sistema da Companhia no período de março de 2016 a fevereiro de 2021. O prognóstico de perda foi baseado em ações anteriores em que houve condenação (correspondente ao período de 2011 a fevereiro de 2016), aliada à persistência de cenário fático. A administração estuda a medidas no sentido de evitar litígios futuros em situações semelhantes.

Processos Cíveis, Tributários e Trabalhistas

A Companhia é parte integrante de diversos processos com causas cíveis, tributários e trabalhistas classificadas como prováveis de perdas e devidamente provisionadas de acordo com a Deliberação da CVM 594/09 e CPC 25.

Principais processos Cíveis, tributários e trabalhistas:

Natureza	Processo	Descrição	Autor	Estimativa
Civil	0421373-37.2007.8.09.0103	Execução fiscal certidão da dívida ativa	Prefeitura Municipal de Minaçu	75.123
Civil	0215530-65.2004.8.09.0011	Execução TAC Aquífero Quartzítico Serra Areais	Ministério Público de Goiás	11.847
Civil	0378681-38.2014.8.09.0051	Execução Fiscal	Ministério Público de Goiás	10.000
Civil	5532023-46.2019.8.09.0103	Cumprimento Provisório de sentença de Embargos	Prefeitura Municipal de Minaçu	7.186
Trabalhista	0010242-85.2016.5.18.0016	Ação Coletiva pleiteando o pagamento de Intervalo interjornada	STIUEG	31.050
Trabalhista	0011614-8.2016.5.18.0004	Ação Coletiva pleiteando o pagamento de Intervalo interjornada	STIUEG	23.000
Trabalhista	0010341-76.2021.5.18.0017	Ação Coletiva pleiteando o pagamento de Intervalo interjornada	STIUEG	17.250
Trabalhista	0010242-39.2021.5.18.0007	Ação Coletiva pleiteando o pagamento de Intervalo interjornada	STIUEG	8.800
Trabalhista	0010243-24.2021.5.18.0007	Ação Coletiva pleiteando o pagamento de Intervalo interjornada	STIUEG	5.500
Trabalhista	0011549-64.2017.5.18.0008	Ação Coletiva pleiteando o pagamento de Intervalo interjornada	STIUEG	4.743
Trabalhista	0011237-62.2015.5.18.0007	Danos morais para os empregados ETE's	STIUEG	3.450
Tributária	0026826-44.2018.4.01.3500	Execução Fiscal	Conselho Reg. de Química	11.455
Tributária	5377963-81.2018.8.09.0158	Ação Civil Pública Pela cobrança indevida de hidrômetros	Pref de Sto Ant. do Descoberto	9.473
				218.877

Causas Possíveis

Estas não são provisionadas, porém são avaliadas constantemente quanto à possibilidade de perdas.

	31/03/2021		31/12/2020	
	Valor Estimado	Otde.	Valor Estimado	Otde.
Administrativa	13.705	220	2.434	36
Ambiental	30.456	24	-	-
Cível	97.902	924	181.019	1.260
Criminal	-	2	-	1
Regulatória	25	12	335	10
Trabalhista	8.226	20	4.467	11
Tributária	764.105	12	552.226	10
	914.419	1.214	740.481	1.328

Principais processos possíveis:

Processo	Autor	Valor
0400750-30.2015.8.09.0051	Associação Amigos Res. Aldeia Do Vale	9.000
5248830-79.2019.8.09.0051	Construtora Gilberti Ltda	3.000
0251149-53.2009.8.09.0117	ECO Engenharia Ltda.	14.194
0407844-63.2014.8.09.0051	Estal Limpeza E Servicos Gerais	5.000
5182910-61.2019.8.09.0051	Ministério Público do Estado de Goiás	25.050
0250140-93.2009.8.09.0137	Ministério Público do Estado de Goiás	4.000
0390363-53.2015.8.09.0051	Ministério Público do Estado de Goiás	3.000
5272466-11.2018.8.09.0051	Ministério Público do Estado de Goiás	3.000
0057557-58.2003.8.09.0051	Município De Goiânia	367.300
0281694-13.2009.8.09.0051	Município De Goiânia	241.870
0241645-61.2008.8.09.0051	Município De Goiânia	4.164
0279704-45.2015.8.09.0093	Prefeitura Municipal De Jatai	3.092
0350138-73.2008.8.09.0103	Prefeitura Municipal De Minaçu	65.966
0350155-12.2008.8.09.0103	Prefeitura Municipal De Minaçu	22.122
10120005927/2003-84	Receita Federal Do Brasil	63.605
10120005929/2003-73	Receita Federal Do Brasil	20.663
10120.734564/2018	Receita Federal Do Brasil	7.309
10120.734566/2018	Receita Federal Do Brasil	5.548
5379008-22.2018.8.09.0126	Sobrado Construção Ltda	4.000
0010290-17.2020.5.18.0012	STIUEG	3.957
0010348-13.2021.5.18.0003	STIUEG	3.000
		878.840

26 Benefícios a Empregados

26.a - Plano de benefícios previdenciários - Benefício Definido

Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), O plano de suplementação de aposentadoria Benefícios Previdenciários 001 administrado pela PREVSAN é de Benefício Definido, custeado por contribuições dos participantes ativos, vinculados, assistidos e da Patrocinadora Saneago. De acordo com o regulamento do plano, a contribuição mensal da Patrocinadora é em igual valor das contribuições vertidas pelos participantes ativos, mantendo a paridade de um para um.

Os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes: Suplementação de Aposentadoria por Invalidez, Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço ou Contribuição, Suplementação de Aposentadoria por Idade, Suplementação de Aposentadoria Especial, Suplementação de Pensão, Suplementação de Abono Anual, Benefício Proporcional Diferido.

Estes levam em consideração o Salário Real de Benefício, equivalente à média dos Salários de Contribuição ao Plano e o valor do benefício pago pela Previdência Oficial. Para elaboração dos estudos, foram efetuadas avaliações atuariais na data base de 30 de novembro de 2020.

Apuração do Passivo (Ativo) líquido	31/12/2020
1 Déficit/(Superávit) apurado	
1 Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	1.184.225
2 Valor justo dos ativos do plano	(1.147.023)
3 Déficit/(Superávit) apurado	37.202
2 Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	
1 Efeito do Teto de Ativo	-
2 Passivos Adicionais	-
3 Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	-
3 Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)	
1 Passivo/(Ativo) líquido apurado (A.1.3 + A.2.3)	37.202

Conforme pode ser identificado no quadro anterior, percebe-se uma valorização dos Ativos do plano previdenciário do ano de 2019 para o ano de 2020, entretanto os recursos existentes no plano previdenciário em 30 de novembro de 2020 ainda não são suficientes para garantir o pagamento dos compromissos do plano, apresentando ainda um passivo atuarial em 2020 de R\$37.202.

Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções

As premissas e métodos atuariais adotados foram aqueles requeridos pelos padrões da Deliberação do CPC 33(R1) com a finalidade de estabelecer quando e de que forma o custo para proporcionar os benefícios a empregados deve ser reconhecido pela empresa empregadora, assim como as informações que devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras dessa. Como exigido pelas regras da norma, foi adotado o método da Unidade de Crédito Projetada para calcular todas as obrigações atuariais. Em 2020 para o cálculo da média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios futuros do plano de benefícios do Passivo, foram utilizadas as seguintes hipóteses e premissas atuariais.

Premissas em	31/12/2020
Taxa real de desconto atuarial	3,66%
Retorno real esperado sobre os ativos	3,66%
Taxa real de crescimento salarial dos ativos	3,30%
Fator de capacidade sobre os benefícios	0,98
Fator de capacidade sobre os salários	0,98
Inflação esperada	3,32%
Taxa de desconto nominal	7,10%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	7,10%
Taxa nominal de crescimento salarial dos ativos	6,73%
Mortalidade geral	BR-EMSSb-2015, segregada por sexo
Mortalidade de inválidos	MI-85 segregada por Sexo
Entrada em invalidez	TASA 27
Taxa anual de rotatividade	1,00% a.a. Linear
Composição familiar	Benefícios a Conceder: Família Média Benefícios Concedidos: Família Real, conforme cadastro dos assistidos

26.b - Plano de benefícios previdenciários - Contribuição Definida

Aprovado em 16 de abril de 2019, conforme Portaria nº 310 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, CNPB nº 2019.0009-38, o plano de Benefícios Previdenciários 002, administrado pela PREVSAN é de Contribuição Definida, ou seja, modalidade cujos benefícios programados têm seu valor ajustado ao saldo de Cotas mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Custeado por contribuições dos participantes ativos, autopatrocionados, assistidos e da patrocinadora Saneago. A contribuição mensal dos participantes será, no mínimo, 3% do SRC e o máximo a critério do participante. A contribuição da Patrocinadora será, no mínimo 3% do SRC e no máximo 6,10%.

26.c - Plano de Assistência à Saúde

A Caixa de Assistência dos Empregados da Saneago - CAESAN é uma associação privada sem fins lucrativos, destinada a prestar aos seus beneficiários contribuintes, dependentes e agregados, assistência à saúde médico-hospitalar, sob a modalidade de Autogestão patrocinada singular, mediante o oferecimento de planos coletivos sob o regime de contratação por adesão, na forma e condições previstas em Regulamento de Benefícios específicos.

Desta forma, o Programa de Assistência à Saúde é mantido por contribuições normais e especiais, à base de 40% (quarenta por cento) incidentes sobre o montante das despesas dos empregados durante a atividade, no que refere ao patrocínio da Saneago, conforme consta do artigo 68 do Regulamento. Para os ex-empregados e aposentados que optarem pelo programa assumem o seu custo e aquele que seria devido pela patrocinadora, conforme dispõe o artigo 69 do Regulamento.

O Programa de Assistência à Saúde da CAESAN possui característica de Plano de Contribuição Definida. Para fins de atendimento à Deliberação CVM 695/12, a contabilização dos compromissos para esta modalidade de Plano é apurada através do montante das contribuições da Saneago vertidas ao Plano que, durante o período findo em 31 de março de 2021 foi de R\$ 4.532 (R\$2.267 em 31 de março de 2020), não sendo necessário o cálculo das obrigações atuariais.

27. Patrimônio Líquido

a) O capital social poderá ser aumentado, por deliberação do Conselho de Administração da Companhia e independentemente de reforma deste Estatuto Social, até o limite de R\$ 3.125.000.000,00 (três bilhões, cento e vinte e cinco milhões de reais), nos termos da legislação vigente e observada a proporção prevista no §4º abaixo. (Art. 5º §1º do Estatuto)

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 2.515.546.367,76 (dois bilhões, quinhentos e quinze milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, trezentos e sessenta e sete reais e setenta e seis centavos), representado por 2.515.546.367 (dois bilhões, quinhentas e quinze milhões, quinhentas e quarenta e seis mil, trezentas e sessenta e sete) ações nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O acionista, Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás - Goiás Parcerias, solicitou por meio do Ofício nº 091/2019 - GP, de 18 de outubro de 2019, e confirmado através do Ofício nº 004/2020 - GP, de 09 de janeiro de 2020, a conversão de Ações Ordinárias em Ações Preferenciais. A conversão no valor de 170.998.719, (demonstrada no quadro abaixo), foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração nº 404/2020 de 30 de janeiro de 2020.

Acionistas	31/03/2021					
	Nº Ações Ordinárias		Nº Ações Preferenciais		Nº Total de Ações	
	Qtidade	%	Qtidade	%	Qtidade	%
Estado de Goiás	1.336.135.801	71,5695%	354.992.364	54,7287%	1.691.128.165	67,2271%
Fundo de Prev. Estadual	488.016.887	26,1404%	122.637.514	18,9069%	610.654.401	24,2752%
Cia de Inv. E Parcerias Goiás	42.749.681	2,2899%	170.998.719	26,3627%	213.748.400	8,4971%
Outros	4.005	0,0002%	11.396	0,0018%	15.401	0,0006%
Total	1.866.906.374	100,00 %	648.639.993	100,00000%	2.515.546.367	100,00 %

Acionistas	31/12/2020					
	Nº Ações Ordinárias		Nº Ações Preferenciais		Nº Total de Ações	
	Qtidade	%	Qtidade	%	Qtidade	%
Estado de Goiás	1.336.135.801	71,5695%	354.992.364	54,7287%	1.691.128.165	67,2271%
Fundo de Prev. Estadual	488.016.887	26,1404%	122.637.514	18,9069%	610.654.401	24,2752%
Cia de Inv. E Parcerias Goiás	42.749.681	2,2899%	170.998.719	26,3627%	213.748.400	8,4971%
Outros	4.005	0,0002%	11.396	0,0018%	15.401	0,0006%
Total	1.866.906.374	100,00 %	648.639.993	100,00000%	2.515.546.367	100,00 %

O valor unitário das ações ordinárias e preferenciais é de R\$ 1,00 (Um real).

b) Integralização de Capital

Entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021 não houve integralizações.

c) Reserva Legal

É constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Além disso, tal reserva não pode ser utilizada para pagamento de dividendos.

d) Reserva para Investimentos

O saldo remanescente do lucro do exercício após deduzidos eventuais prejuízos acumulados, a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, é destinado à constituição de reserva para investimentos, conforme Artigo 73, inciso II do Estatuto Social da Companhia.

e) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Esta conta foi criada pela lei 11.638/07, alterada pela Lei 11.941/09 e visa registrar, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo bem como a realização da depreciação destes bens.

Ajuste de Avaliação Patrimonial	31/03/2021	31/12/2020
Ajuste de avaliação patrimonial	50.477	50.477
Tributos fiscais diferidos sobre custo atribuído (Nota 13)	(17.162)	(17.162)
	<u>33.315</u>	<u>33.315</u>

f) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido do exercício de acordo com a legislação societária, sendo devidos em primeiro lugar aos titulares de ações preferenciais. Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 29 de abril de 2021 foi aprovada a proposta da Administração referente a distribuição dos lucros do exercício de 2020 no valor de R\$79.884. O pagamento será em até 60 dias da data da AGO na forma de juros sobre o capital próprio, conforme aprovado na Reunião do Conselho de Administração nº 431/2021, de 17/12/2020.

g) Lucro por Ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período. Entretanto os acionistas portadores de ações preferenciais possuem o direito de recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias, na forma do inciso II do §1º do artigo 17 da Lei das Sociedades por Ações.

Tipo de ações	Quantidade	Percentual	Lucro no Período	Lucro por Ação
Ação Ordinárias	1.866.906.374	74,21%	7.310	0,0039
Ação Preferenciais	648.639.993	25,79%	2.540	0,0039
	<u>2.515.546.367</u>		<u>9.850</u>	

28. Receita Operacional Líquida

Receitas Brutas	31/03/2021	31/03/2020
Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto	625.120	626.744
Serviços Técnicos	483	455
Outorga Subdelegação	2.275	2.275
Receita de Construção	22.519	29.290
Total	<u>650.397</u>	<u>658.764</u>
Impostos Incidentes e Devoluções		
PIS	(10.369)	(10.377)
COFINS	(47.765)	(47.799)
Devoluções e Abatimentos	(413)	(969)
	<u>(58.547)</u>	<u>(59.145)</u>
Receita Operacional Líquida	<u>591.850</u>	<u>599.619</u>

29. Custos e Despesas

	31/03/2021			31/03/2020		
	Custo	Administrativa	Comercial	Custo	Administrativa	Comercial
Pessoal	(150.415)	(76.118)	(30.907)	(138.657)	(80.638)	(27.059)
Materiais	(20.120)	(901)	(129)	(21.209)	(1.477)	(264)
Energia Elétrica	(51.901)	(638)	-	(50.103)	(606)	(9)
Serviços de Terceiros	(29.109)	(9.768)	(15.577)	(15.464)	(8.672)	(19.823)
Remuneração de Concessão	-	-	(17.870)	-	-	(18.508)
Gerais	(1.004)	(2.418)	(857)	(1.653)	(2.518)	(628)
Amortização	(25.477)	(1.702)	(6)	(25.242)	2.393	(10)
Depreciação	(960)	(4.855)	(31)	(1.046)	(4.655)	(40)
Deprec. do Custo Atribuído	-	-	-	(1)	(2)	-
Depreciação Leasing	(24)	(138)	(19)	(24)	(137)	(18)
Crédito de Pis/COFINS Sobre Depreciação e Amortização	3.480	-	6	-	-	-
	<u>(275.530)</u>	<u>(96.538)</u>	<u>(65.390)</u>	<u>(253.399)</u>	<u>(96.312)</u>	<u>(66.359)</u>
Custo de Construção	<u>(22.519)</u>			<u>(29.290)</u>		
	<u>(298.049)</u>			<u>(282.689)</u>		

30. Provisões/Reversões Líquidas

	31/03/2021	31/03/2020
Perdas/Recuperação de Créditos Prescritos	(15.318)	(14.172)
Provisões/Reversões para Contingências	(111.500)	(5.814)
Provisões/reversões Líquidas Esp. Liquidação Duvidosa	5.001	(14.149)
Provisões/Reversões Perdas em Obras	-	3.750
Provisões/Reversões Perdas de Estoques	16.286	(5.962)
	<u>(105.531)</u>	<u>(36.347)</u>

31. Resultado Financeiro Líquido

	31/03/2021	31/03/2020
Receitas Financeiras		
Juros, Multas e Rendimentos (a)	20.464	12.860
Correção Monetária	7.694	4.614
Ajuste a Valor Presente - AVP	(294)	224
	<u>27.864</u>	<u>17.698</u>
Despesas Financeiras		
Juros/Multas/Encargos e outras despesas	(23.383)	(28.141)
Correção Monetária	(391)	(286)
Variação Cambial (b)	(9.033)	(24.086)
	<u>(32.807)</u>	<u>(52.513)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(4.943)</u>	<u>(34.815)</u>

(a) A Variação verificada nas receitas com Juros, multas e rendimentos deve-se ao aumento no recebimento de faturas vencidas que foram acrescidas de multas e juros moratórios. A recuperação na arrecadação é decorrente da retomada das atividades de corte, após suspensão no ano de 2020 devido ao COVID-19 (vide nota 1).

(b) A Variação observada no grupo de despesas com Variação cambial é referente ao contrato BID 1414/OC de 2002 e reflexo do cenário atual de instabilidade cambial. No 1º trimestre de 2020 tivemos uma elevação no preço do Dólar em relação ao Real de 18,45% passando de R\$ 4,109 para R\$ 4,894 e já no 1º trimestre de 2021 tivemos uma elevação menor, de 9,70% passando de R\$ 5,142 para R\$ 5,641.

32. Compromissos assumidos

Em atendimento à Lei 11.445/2007, a Companhia vem alterando os Contratos de Concessão para Contratos de Programa. Atualmente 62 contratos foram renovados com municípios do Estado de Goiás, nos quais estão definidos os investimentos a serem realizados dentro da vigência do Contrato. Abaixo está discriminado o montante a ser investido e o montante realizado.

Municípios	Vencimento do Contrato Programa	Valor a ser investido	Valor Investido até 31/03/21 Saneago	Valor Investido até 31/03/21 BRK Ambiental	Total Investido
Adelândia	16/01/2048	525	78	-	78
Águas Lindas de Goiás	28/12/2048	309.022	1.133	-	1.133
Anápolis	27/02/2050	525.925	18.293	-	18.293
Anicuns	10/04/2048	42.785	2.839	-	2.839
Aparecida de Goiânia	01/11/2041	988.848	187.808	528.687	716.495
Aporé	06/04/2048	7.682	237	-	237
Aragoiânia	26/12/2042	27.926	1.247	-	1.247
Araguapaz	16/03/2048	5.210	886	-	886
Avelinópolis	22/01/2046	1.724	242	-	242
Barro Alto	26/12/2042	32.703	1.828	-	1.828
Brazabrantes	06/02/2044	8.056	1.291	-	1.291
Cachoeira Alta	27/07/2045	26.167	899	-	899
Caldazinha	02/08/2048	1.070	153	-	153
Campestre de Goiás	06/01/2046	645	309	-	309
Campinaçu	12/08/2045	13.146	9.735	-	9.735
Cavalcante	28/12/2048	1.612	2.108	-	2.108
Cezarina	17/12/2042	23.352	15.036	-	15.036
Cidade Ocidental	01/11/2041	243.394	17.663	-	17.663
Cristalina	07/02/2044	58.952	19.947	-	19.947
Davinópolis	04/05/2048	506	34	-	34
Diorama	24/07/2047	1.091	27	-	27
Divinópolis	05/10/2047	675	155	-	155
Flores de Goiás	14/08/2044	4.221	183	-	183
Goiandira	03/10/2048	1.457	134	-	134
Goiânia	17/12/2049	3.419.897	122.086	-	122.086
Guarani de Goiás	15/09/2040	962	596	-	596
Guarinos	16/02/2048	1.383	143	-	143
Hidrolândia	03/08/2046	9.737	2.405	-	2.405
Indiara	30/04/2044	32.180	1.729	-	1.729
Inhumas	17/06/2050	79.176	4.073	-	4.073
Israelândia	24/11/2039	3.300	109	-	109
Itajá	19/12/2042	2.328	335	-	335
Itapaci	28/12/2048	56.172	756	-	756
Itapuranga	28/12/2048	8.063	7.068	-	7.068
Jataí	01/11/2041	114.116	33.443	88.264	121.707
Jussara	26/12/2046	5.759	757	-	757
Luziânia	01/12/2045	366.853	27.593	-	27.593
Mambaí	07/03/2046	1.689	378	-	378
Minaçu	06/02/2044	57.857	9.823	-	9.823
Morrinhos	30/11/2040	46.917	17.469	-	17.469
Morro Agudo de Goiás	02/05/2046	1.198	386	-	386
Mozarlândia	28/12/2046	1.894	1.036	-	1.036
Nazário	04/05/2048	2.280	229	-	229
Novo Gama	16/11/2048	253.055	1.952	-	1.952
Palmelo	29/10/2042	1.039	161	-	161
Perolândia	21/12/2048	499	171	-	171
Petrolina de Goiás	20/10/2041	6.797	7.093	-	7.093
Pires do Rio	03/11/2038	10.529	23.252	-	23.252
Posse	12/06/2047	19.945	9.453	-	9.453
Rio Verde	01/11/2041	249.889	56.318	180.743	237.061
Santa Cruz de Goiás	28/06/2043	1.497	291	-	291
Santo Antônio da Barra	29/12/2045	3.977	404	-	404
Santo Antônio de Goiás	02/12/2045	15.868	673	-	673
Santo Antônio do Descoberto	10/06/2046	55.686	22.138	-	22.138
São Domingos	28/12/2048	1.334	275	-	275
São João D'alíança	31/05/2049	3.033	1.253	-	1.253
São Luís de Montes Belos	19/12/2042	41.928	5.054	-	5.054
São Miguel do Passa Quatro	18/12/2049	8.686	271	-	271
Trindade	01/11/2041	169.222	20.926	68.961	89.887
Uirapuru	28/12/2048	699	59	-	59
Uruaçu	28/12/2048	44.341	780	-	780
Valparaíso de Goiás	16/11/2048	389.652	2.756	-	2.756
		7.816.131	665.959	866.655	1.532.614

33. Seguros (Não auditado)

Em 05 de julho de 2020 foi renovada a contratação de Seguro de Responsabilidade Civil para Gestores e Conselheiros (Seguro D&O) com vigência de 12 (doze) meses, mediante o qual a seguradora pagará, em nome dos segurados, toda e qualquer perda pela qual estes venham a ser legalmente obrigados a pagar em razão de reclamação em decorrência de atos danosos por eles causados, praticados ou tentados durante o período de retroatividade ou o período de vigência da apólice, desde que referida perda não exceda o limite máximo contratado de garantia que é de cinquenta milhões de reais. O total do prêmio pago será de 307 mil.

A Companhia não possui seguros que cubram a totalidade dos riscos inerentes aos seus negócios bem como dos seus ativos. A ocorrência de qualquer dano não coberto poderá afetar adversamente o seu desempenho financeiro.

34. Operação e negociação com partes relacionadas

Abaixo as entidades que se relacionam com a Saneago, conforme item 9, CPC 05(R1) e deliberação CVM 642 de 07 de outubro de 2010.

34.1 Operações com o Estado de Goiás

a) Relação de Dependência

A Saneago mantém sua condição de empresa estatal não dependente, ou seja, não recebe do ente controlador, Governo do Estado de Goiás, nenhum recurso financeiro para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital. Exceto aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

b) Participação em Financiamentos

O Estado de Goiás participa como fiador em contrato de empréstimo firmado entre a Companhia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, além de oferecer garantias em contratos de financiamento celebrados com a Caixa Econômica Federal e com o BNDES.

c) Prestação de Serviços

A Companhia presta serviços de água e esgoto a órgãos da administração pública direta e indireta de responsabilidade do Estado de Goiás, no primeiro trimestre de 2021 a receita bruta da Companhia com o Estado de Goiás foi de R\$ 35.535 (no primeiro trimestre de 2020 foi de R\$ 46.550). O saldo dos débitos vencidos e a vencer desses órgãos são os seguintes:

	31/03/2021	31/12/2020
Faturados a vencer	8.987	4.730
A vencer há mais de 30 dias	892	1.030
Vencidos até 30 dias	3.720	1.614
Vencidos de 31 a 60 dias	3.291	1.135
Vencidos de 61 a 90 dias	-	1.158
Vencidos de 91 a 120 dias	1.525	364
Vencidos de 121 a 180 dias	2.243	915
Vencidos de 181 a 360 dias	1.894	2.566
Vencidos de 361 dias a 5 anos	72.074	85.245
Vencidos acima de 5 anos	8.301	8.303
Estimativa a faturar	2.496	2.718
(-) AVP Créditos a Receber	(39)	(51)
(-) PCLD	(101.097)	(106.201)
Subtotal	4.287	3.526
Créditos a receber (Não Circulante)	1.557	1.697
(-) AVP Créditos a Receber	(197)	(226)
(-) PCLD	-	-
Subtotal	1.360	1.471
Total	5.647	4.997

Considerando os históricos de recebimentos das faturas de Órgãos Estaduais, a Companhia estabeleceu a política de provisão para perda estimada de liquidação duvidosa os títulos vencidos há mais de 90 dias.

34.2 Operações com os Municípios

a) O contrato de programa com o município de Goiânia foi assinado em 17 de dezembro de 2019 com vencimento em 17 de dezembro de 2049. O contrato prevê o pagamento mensal de 5% do faturamento bruto para o Fundo Municipal de Saneamento Básico do município. Até 31/03/2021 o faturamento bruto no município de Goiânia foi de R\$ 242.329, e foram pagos R\$ 12.116.

b) 22 dentre os 144 contratos em vigor, em 31 de março de 2021, são contratos remunerados com valores que variam entre 2% e 5% da arrecadação do município.

c) A Companhia vem realizando encontros de contas para regularização de débitos, por meio de compensação com os serviços realizados pelas Prefeituras à Companhia. Em 31 de março de 2021 o saldo de contas a receber, vencido e a vencer, referente a débitos dos municípios os quais a Companhia presta serviços é de R\$ R\$ 74.172, e foram realizados 7 encontros de contas, com acerto de R\$ 106. (31 de dezembro de 2020 R\$ 72.165, e foram realizados 17 encontros de contas, com acerto de R\$ 609).

35. Remuneração da Administração, Conselho Fiscal e Comitê Estatutário

Os gastos relacionados à remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Colegiada, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário foram de R\$ 1.428 em 31 de março de 2021 (Em 31 março de 2020, R\$ 1.453).

a) Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão normativo e deliberativo e compõe-se de no mínimo 7(sete) e no máximo 11(onze) membros, os quais perceberão honorários mensais de 18% (dezoito por cento) da média da remuneração paga aos Diretores da Companhia.

b) Diretoria Colegiada

A Diretoria é um órgão executivo colegiado com poderes para exercer a administração da Companhia e tem a seguinte composição: Diretoria da Presidência, Diretoria Comercial, Diretoria de Gestão Corporativa, Diretoria Financeira, de Relações com Investidores e Regulação, Diretoria de Produção, Diretoria de Expansão e Procuradoria Jurídica. A Assembleia Geral fixará os honorários da Diretoria que não serão inferiores à maior remuneração paga a empregado da Companhia. Os Diretores perceberão honorários equivalentes ao maior salário base da Companhia e a 95% (noventa e cinco por cento) da maior gratificação que for fixada para o cargo de Diretor Presidente.

No Estatuto da Companhia não existem cláusulas de pagamento de bônus ou gratificação anual aos membros do Conselho de Administração e aos diretores, entretanto os diretores que são empregados da Companhia recebem os mesmos benefícios que os demais empregados.

c) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal compõe-se de no mínimo 3(três) e no máximo 5(cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. A Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal fixará os honorários mensais de seus membros efetivos, quando em funções, observando o limite mínimo, para cada um, de 14% (quatorze por cento) da média dos honorários atribuídos aos Diretores.

d) Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário é um órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, com autonomia operacional para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades. Compõe-se de no mínimo de 3(três) e no máximo de 5(cinco) membros, vedada a eleição de suplentes e observando-se os requisitos mínimos dispostos na Lei 13.303/2016. O Conselho de Administração que eleger o Comitê de Auditoria Estatutário fixará os honorários mensais de seus membros efetivos, que equivalerão a 18% (dezoito por cento) da média da remuneração paga aos Diretores da Companhia.

36. Informações suplementares aos Fluxos de Caixa

Em relação ao Balanço Patrimonial são reduzidas as variações sem efeito no caixa conforme demonstrado abaixo:

Ativo	31/03/2021	Passivo	31/12/2020
Créditos a Receber de Usuários	(4.645)	Consórcios	(8)
PCLD-Perdas/Reversões /AVP	(44.520)	Transferências no Imobilizado/Intangível	820
	<u>(49.165)</u>		<u>812</u>
Estoques	(12.519)		
Transferências no Imobilizado/Intangível	746		
Perdas Estimadas em Estoque/Reversões	16.286		
	<u>4.513</u>		

37. Operação Decantação

No dia 24 de agosto de 2016, foi deflagrada operação denominada Decantação, visando a apurar, no âmbito da Saneago, a existência ou não de irregularidades em determinadas licitações promovidas pela Companhia, sob o argumento de que estaria ocorrendo possíveis alinhamentos e sobrepreços nesses certames, com possível superfaturamento nas execuções dos respectivos contratos.

Os fatos, segundo consta na denúncia, estariam ocasionando desvios de verbas públicas federais, originárias do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento - e de financiamentos obtidos junto a instituições financeiras, verbas essas destinadas à execução de obras, além de outros atos supostamente praticados em desfavor da Administração Pública.

Importante esclarecer que a Operação foi deflagrada e fundada na necessidade de apurar eventuais irregularidades na aplicação de recursos públicos, cometida por alguns gestores, empregados e fornecedores, sendo que a Saneago não figura como parte no processo judicial da denúncia.

A investigação foi dividida em duas fases, assim discriminadas:

(I) apuração de atos praticados no âmbito da licitação da obra da qual decorreu a aquisição de conjunto motobombas a ser aplicado na Estação Elevatória de Água Bruta do Sistema Produtor Corumbá IV;

(II) apuração de eventual ocorrência de fraude na licitação acima referida e suposta prática de sobrepreço no orçamento referência da Companhia, sendo que os responsáveis por supostos atos fraudulentos estariam se valendo de suas atribuições para favorecimentos pessoais e que ainda estariam ocupando os respectivos cargos.

Por decisão da Justiça Federal, houve o afastamento de toda a Diretoria da Empresa. O Conselho de Administração da Saneago agiu prontamente e, no mesmo dia 24 de agosto de 2016, em sua 331ª Reunião, resolveu que a Presidente do Conselho de Administração, Sr.ª Marlene Alves de Carvalho e Vieira, assumiria a Presidência da Empresa interinamente. Essa decisão possibilitou a manutenção regular e adequada da prestação de serviços à população, bem como dos compromissos e encargos assumidos.

No dia 29 de agosto de 2016, em sua 332ª Reunião, o Conselho de Administração se reuniu para a eleição de Diretor-Presidente, sendo eleito o Sr. José Carlos Siqueira, para ocupar o cargo, que esteve até o dia 16 de fevereiro de 2017. O Sr. José Carlos foi substituído por Jalles Fontoura de Siqueira, que ficou no cargo até o dia 31/12/2018. Ou seja, houve célere adoção de medidas voltadas para a recomposição definitiva da Diretoria da Companhia, proporcionando aos acionistas, ao mercado e à população segurança jurídica e administrativa. Posteriormente, ocorreu a eleição dos demais integrantes da Diretoria Colegiada, a qual foi composta parcialmente por empregados de carreira da Saneago.

Os membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL) que foram citados na operação foram destituídos dos cargos de confiança que ocupavam por meio da Resolução da Diretoria nº 123/2016, de 06 de setembro de 2016. Aqueles que eram empregados de carreira foram afastados da empresa por 120 dias por determinação da Justiça. Esses empregados posteriormente retornaram do afastamento, porém, não possuem quaisquer poderes de decisão em nenhum departamento na Companhia, além de nenhum deles comporem mais a CPL. Os demais que não pertenciam à carreira, foram devolvidos aos seus órgãos de origem. Na mesma Resolução, foram designados novos membros para a comissão de licitações.

No dia 08 de setembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia, por meio do Processo n.º 18.683/2016, autorizou a contratação de empresa para apurar internamente as irregularidades apontadas na Operação.

Em 26 de dezembro de 2016 foi publicado o edital do Pregão Eletrônico nº 41/2016, em que se sagrou vencedora a empresa Maciel Auditores S/S. O contrato foi assinado em 30 de janeiro de 2017, e o prazo estabelecido para a execução dos serviços foi de 60 (sessenta) dias. Em 22 de março de 2017 a auditoria contratada solicitou mais 30 (trinta) dias para a conclusão dos serviços, pleito esse deferido pela Saneago ante respaldo técnico e jurídico.

O relatório da empresa contratada para realização dos trabalhos voltados para a apuração de eventuais irregularidades apontadas na Operação Decantação foi finalizado em 26 de abril de 2017, em que se apresentou conclusão pela licitude dos procedimentos licitatórios objeto dos trabalhos, inexistindo qualquer mácula capaz de viciar os respectivos certames.

De outra sorte, foi constatada no relatório a ausência de compliance sobre a execução de obras, o que ensejou a adoção de diversas medidas voltadas ao atendimento de verificação de não conformidade. Essas medidas proporcionaram uma evolução na gestão e execução de obras, inclusive no tocante ao controle de materiais, equipamentos e recebimento de obras, especialmente com a aquisição de sistema Enterprise Resource Planning - ERP.

A partir de 10/11/2017, após alteração do Estatuto Social, foi instituído o Comitê de Elegibilidade Estatutário, o qual passou a fazer a análise de todos os indicados para assumir os cargos de Administradores, Conselheiros Fiscais e integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário, em atendimento à Lei 13.303/2016, fortalecendo ainda mais a segurança jurídica em relação aos administradores da companhia.

Outro ponto relevante é a adoção pela Companhia do sistema eletrônico do Banco do Brasil para a realização dos pregões (licitações-e).

Em razão das tratativas levadas a efeito entre Ministério das Cidades, Ministério Público Federal (MPF), Controladoria Geral da União (CGU), Caixa Econômica Federal (CEF), consórcio construtor (Contratado) e Saneago, houve a repactuação do contrato em relação aos valores das bombas, com a consequente assinatura de Termo Aditivo, o que possibilitou a efetiva retomada das obras da implantação do Sistema Produtor de Água Corumbá IV, atualmente em fase final da obra.

Quanto às obras do Sistema de Esgotamento Sanitário de Goiânia, foi apresentada nota técnica/justificativa à CEF sobre o item "transporte", o qual estava sendo questionado pela instituição financeira. Após análise e mediante autorização da CEF e do Ministério das Cidades, as obras foram retomadas inclusive aquelas referente ao tratamento secundário da Estação de Tratamento de Esgoto Hélio Seixo de Brito.

A Companhia, visando a sua credibilidade perante os Acionistas, o Mercado e a população, entendeu pela necessidade de contratar serviço de Perícia Forense para, em conjunto com as conclusões da Maciel Auditores S/S, oferecer um ambiente dotado da segurança jurídica necessária e também dar conforto à emissão de opinião de auditoria das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017. Assim, promoveu a contratação da "Ernst & Young - EY", por meio dos Processos n.º 20.734/2017 e 2.474/2018, dos quais decorreram os contratos celebrados em 15 de dezembro de 2017 e 16 de fevereiro de 2018, para promover a prestação de "Serviços Técnicos Especializados para Execução de Perícia Forense". Neste contexto também, foi instituído o Comitê de Auditoria Estatutário que, ante as suas atribuições, acompanhou e ajustou os planos de investigação juntamente a "Ernst & Young".

Na realização da perícia foram realizados os seguintes procedimentos:

- Coleta de dados e processamento das informações com metodologia e ferramenta forense específica;
- Levantamento das pessoas físicas e jurídicas investigadas pela Operação Decantação;
- Pesquisas detalhadas em fontes públicas para as empresas e indivíduos citados acima e nos relatórios da CGU - Controladoria Geral da União, TCU - Tribunal de Contas da União, MPF - Ministério Público Federal, entre outros;
- Background Check dos signatários que assinam a carta de representação;
- Elaboração de lista de custodiantes e de palavras-chave com base nas alegações para revisão de documentos e conflitos de interesse;
- Análise financeira e de engenharia de uma amostra de contratos celebrados no período de 2007 a 2017 ligados por semelhança ao objeto da investigação - execução de obras.

Também foi apresentado, ao Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), em agosto de 2018, o Relatório Final de Auditoria Forense, que foi apreciado pelo referido Comitê, em conjunto com Advocacia Independente, tendo sido concluída a análise em janeiro deste ano de 2019. Mesmo antes da referida conclusão, o CAE passou a adotar as medidas necessárias à confirmação dos achados indicados na auditoria forense, bem como para apuração de responsabilidade e eventuais aplicações de penalidades.

O relatório em questão aponta a existência de alguns achados de auditoria acerca das seguintes matérias:

- i) achados quantificáveis, decorrentes de dados financeiros, contábeis e de gestão de assuntos de engenharia, tendo como período de referência os exercícios de 2007-2017, mediante análises de finanças, contratos, comparativo de preços, avaliação de preços unitários e outras transações;
- ii) procedimentos de pesquisa de dados e histórico pessoal e empresarial, visando a identificar relacionamentos e possíveis conflitos de interesses (background check).

Quanto aos achados quantificáveis, estes foram todos catalogados pelo CAE e encaminhados à Auditoria Interna da companhia, onde alguns foram concluídos e os demais se encontram em sindicância para confirmação (ou não) de sua procedência, com necessária emissão de relatórios conclusivos.

No tocante ao Background Check, o Comitê de Auditoria Estatutário acompanhou as investigações necessárias para a confirmação (ou não) das hipóteses apontadas no referido Relatório, que dizem respeito a supostos conflitos de interesses e/ou desvios de conduta, bem como quaisquer outras situações classificadas como irregulares ou com infração à ética ou outros valores importantes para a Companhia, com relatório conclusivo já emitido e aprovado pelo Conselho de Administração em 13 de dezembro de 2018 conforme Ata 372ª RCA.

Concomitantemente, a Administração da Companhia identificou os possíveis efeitos contábeis, mediante a aplicação de uma metodologia razoável que possibilitou a mensuração de valores a serem provisionados. Em decorrência do processo de avaliação e de consistência do Relatório da EY e seus achados e de acordo com os levantamentos dos pagamentos adicionais supostamente indevidos feitos pela companhia a seus contratados, os impactos dos danos causados nas demonstrações contábeis da Saneago podem ser medidos ou avaliados considerando-se as seguintes premissas:

- A Saneago não tolera corrupção ou quaisquer práticas de negócios ilegais por parte de seus fornecedores, contratados ou prestadores de serviço, nem o envolvimento de seus empregados, dirigentes ou qualquer pessoa que, interna ou externamente à Companhia, exerça gestão ou detenha poder sobre a sua gestão, reputando tais práticas como danosas ao seu patrimônio e/ou imagem;
- A Companhia está realizando auditorias internas tendentes a qualificar e quantificar todos os danos apontados direta ou indiretamente no Relatório da EY, adotando também todas as medidas administrativas e representações que visem à reparação de tais danos;
- É impraticável quantificar o montante dos pagamentos supostamente adicionais de todos os contratos celebrados pela Companhia no período considerado, sendo possível tão somente o cálculo de estimativas consistentes a partir da amostra disponível no Relatório da EY;
- A Companhia ainda não recuperou qualquer valor referente aos adicionais supostamente indevidos referentes a contratos objetos destas provisões e não pode estimar de forma confiável qualquer valor recuperável nesse momento, ficando para quando de sua efetiva recuperação o reconhecimento como resultado dos recebidos ou quando a sua realização se tornar praticamente certa.

Foram apontadas, no Relatório Final de Auditoria Forense, algumas possíveis irregularidades. O Relatório analisou 48 (quarenta e oito) contratos considerados prioritários, que totalizam uma base de pagamentos no valor de R\$1.166.017.569,00 (um bilhão cento e sessenta e seis milhões, dezessete mil e quinhentos e sessenta e nove reais). A amostra se deu considerando pagamentos realizados a determinadas empresas no período de 2007 a 2017.

Sobre essa amostra a auditoria forense apontou divergências que totalizariam R\$74.426.982,00 (setenta e quatro milhões, quatrocentos e vinte e seis mil e novecentos e oitenta e dois reais), o que corresponde a um percentual de 6,383% (seis inteiros e trezentos e oitenta e três milésimos por cento) do valor dos pagamentos da amostra.

Com efeito, a Companhia atualizou os dados referentes aos pagamentos supostamente adicionais feitos no período considerado, extrapolando-o para os demais pagamentos às empresas suscitadas no Relatório de Auditoria, que totalizaram a quantia de R\$1.785.111.980,00 (um bilhão, setecentos e oitenta e cinco milhões, cento e onze mil, novecentos e oitenta reais), sobre o qual foi aplicado o mesmo percentual, resultando um montante de R\$113.943.821,00 (cento e treze milhões novecentos e quarenta e três mil oitocentos e vinte e um reais), a título de divergências estimadas que devem ser objeto de baixas (provisões).

O Conselho de Administração havia aprovado provisionamento, ainda em 31/12/2017, com base em achados constantes dos relatórios preliminares da auditoria forense, no montante de R\$64.785.432,00 (sessenta e quatro milhões setecentos e oitenta e cinco mil quatrocentos e trinta e dois reais).

Após a conclusão dos relatórios e análise de equipe multidisciplinar, dentre eles técnicos da Companhia e CAE, foi encontrado um razoável para complementar a provisão já existente, conforme demonstra no quadro a seguir:

Descrição			Em reais	
Amostra (Período 2007/2017):				
Valor pago em Contratos Prioritários (Relatório EY)		A	1.166.017.570	
Valor das Divergências apontadas no Relatório EY nos Contratos Prioritários		B	74.426.982	
Relação % das Divergências X Pagamentos Prioritários	(B*100/A)	C	6,383	%
Extrapolação da amostra ao universo dos contratos de obras (Período 2007/2017)				
Valor total pago em todos os contratos relacionados com a "Operação Decantação"		D	1.709.805.620	
Valor total pago em contratos de empresas listadas em BackgroundCheck		E	75.306.360	
Sub-Total	(D+E)	F	1.785.111.980	
Estimativa provisão s/contratos relacionados com a "Operação Decantação"	(F*C/100)	G	113.943.821	
Valor Provisionado em 31 de dezembro de 2017		H	64.785.432	
Sub-Total	(G-D)	I	49.158.389	
Efeitos tributários sobre contratos lançados em resultado		L	4.550.663	
Provisão complementar rerepresentada em 01 de janeiro de 2018	(I+L)	K	53.709.052	

O processo judicial que apura os fatos no âmbito da operação da Polícia Federal denominada "Decantação" se encontra, ainda, em fase de recebimento da Denúncia ofertada pelo MPF.

Adicionalmente, considerando os fatos ocorridos nos dias 28 de março e 4 de abril de 2019, em que a Polícia Federal deflagrou os desdobramentos da 1ª operação, a Companhia divulgou comunicados ao mercado em que afirma o seguinte:

- Em relação à operação deflagrada pela Polícia Federal, relacionada a fatos ocorridos no período de 2012 a 2016, a Saneago destaca que a atual gestão da Empresa tem priorizado a implantação das melhores práticas de governança e compliance, para garantir a lisura em todos os processos da Companhia;
- Dentre as ações tomadas está a criação da Superintendência de Governança, unidade responsável pela implantação de uma série de políticas estratégicas, como a Política de Alçadas, documento que normatiza a tomada de decisões pela Diretoria Colegiada, a Política de Prevenção de Conflito de Interesses, em conformidade com o Código de Conduta e Integridade da Companhia, a Política de Transações com Partes Relacionadas e a Política de Prevenção de Atos de Corrupção;

- A Saneago informa ainda que permanece prestando toda a colaboração necessária às investigações e está resguardada das ações levadas a efeito, posto que a Companhia não é parte dos autos do processo. A Saneago está inteiramente à disposição das autoridades para prestar quaisquer esclarecimentos que venham a surgir e manterá o mercado informado oportunamente.

É importante destacar, também, que há menção, na Operação Decantação 3, de que algumas empresas citadas na 1ª. Fase da Operação estariam ainda celebrando contratos com a Saneago. Contudo, a Companhia confia nas medidas de governança adotadas após 2016, dentre as quais merecem destaque:

1. As gerências de Compliance e de Gestão de Riscos estão trabalhando na elaboração de matrizes de riscos em todas as contratações das empresas citadas nas Operações Decantação 1, 2 e 3, com o objetivo de clarificar os riscos aos quais a Saneago estaria exposta nesses contratos, bem como vislumbrar ações mitigatórias destes riscos;

2. A Gerência de Compliance está reestruturando o fluxo de indicação de cargos de gestão na empresa, conforme Deliberação de Diretoria Colegiada;

3. Foi realizado estudo sobre adequação do processo de Gestão de Contratos e Fornecedores ao Código de Conduta e Integridade da Companhia, às Políticas de Prevenção de Atos de Corrupção, de Prevenção de Conflito de Interesse e ao Regulamento de Procedimentos de Contratação da Saneago, o que resultou na criação de duas declarações que são exigidas aos fornecedores.

As Gerências de Compliance e Gestão de Riscos realizaram trabalho no qual consiste a elaboração de matrizes de riscos nas contratações das empresas citadas nas Operações Decantação 1,2,3, para diagnóstico do risco intrínseco, segundo a percepção do gestor, bem como a conscientização deste sobre os eventos de riscos na execução destes contratos, resultando em risco médio e alto para Saneago, no qual está sendo estabelecidas medidas mitigatórias capazes de reduzir o risco.

Importante informar, também, que o Juiz condutor dos autos do processo criminal decorrente da operação denominada “Decantação - Fase 1” (Processo n.º0020618-15.2016.4.01.3500), em trâmite na 11ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás, proferiu decisão rejeitando a denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal, na medida em que entendeu, o referido Julgador, que a peça criminal inaugural não atendeu aos requisitos contidos no Código de Processo Penal para ser recebida pelo Poder Judiciário. Vale ressaltar que não se adentrou no mérito da denúncia, uma vez que o motivo da rejeição, cuja decisão ainda será analisada em grau recursal, se deu com base em não atendimento de requisitos formais previstos em lei.

Em janeiro de 2020, o Ministério Público Federal inconformado com a decisão de primeira instância que rejeitou a denúncia por estar manifestamente inepta (falta de requisitos mínimos da peça acusatória), interpôs Recurso em sentido estrito (RESE) impugnando pela reforma da decisão e, conseqüentemente, prosseguimento da ação penal. O recurso foi apenas conhecido e aguarda decisão de mérito do juiz responsável pelo processo, que pode reconsiderar e receber a denúncia. Em mantida a decisão, os autos sobem ao Tribunal Regional Federal para decisão colegiada.

Por último, cabe destacar que a Saneago foi uma das primeiras companhias do País a se adequar aos preceitos da Lei nº 13.303, de 29 de junho de 2016, inclusive no tocante à elaboração de normativa própria de contratações. Nesses termos, todas as companhias teriam o prazo de 2 (dois) anos para se adequarem aos preceitos da referida lei. Desde o fim de 2016, então, diversas medidas internas foram adotadas no sentido de adequar a companhia a referidos preceitos, sendo que no início de 2018 as medidas determinadas no Estatuto das Estatais já estavam completa e efetivamente implantadas nas Saneago, ou seja, quase 6 meses antes do prazo final.

Ricardo José Soavinski
Diretor Presidente

Hugo Cunha Goldfeld
Diretor Comercial

Silvana Canuto Medeiros
Diretora de Gestão Corporativa

Paulo Rogério Bragatto Battiston
Diretor Financeiro, de Relações com Investidores
e Regulação

Mauro Aparecido Lessa de Souza
Diretor de Produção

Fernando Cozzetti Bertoldi de Souza
Diretor de Expansão

Ariana Garcia do Nascimento Teles
Procuradora Jurídica

Elias Evangelista Silva
Contador CRC/GO 13.330